

MESTRADO
SOCIOLOGIA

O papel dos cursos de aprendizagem na construção de um futuro para os jovens

Ana Rita Carneiro Azevedo

M

2018



Ana Rita Carneiro Azevedo

**O papel dos cursos de aprendizagem na construção de um
futuro para os jovens**

Relatório de Estágio realizado no âmbito do Mestrado em Sociologia orientado pelo
Professor Doutor Carlos Manuel Gonçalves

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

setembro de 2018

O papel dos cursos de aprendizagem na construção de um futuro para os jovens

Ana Rita Carneiro Azevedo

Relatório de Estágio realizado no âmbito do Mestrado em Sociologia, orientado pelo
Professor Doutor Carlos Manuel Gonçalves

Membros do Júri

Professora Doutora Sofia Cruz
Faculdade de Economia - Universidade do Porto

Professora Doutora Natália Azevedo
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professor Doutor Carlos Manuel Gonçalves
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 17 valores

Aos meus pais, ao meu irmão e à memória do meu avô

Sumário

Declaração de honra.....	8
Agradecimentos.....	9
Resumo.....	10
Abstract	11
Índice de gráficos	12
Índice de figuras	13
Índice de quadros	14
Índice de anexos	15
Lista de abreviaturas e siglas.....	16
Introdução	17
Capítulo 1 – Sistema de ensino em Portugal e inserção nele do ensino profissional	20
Capítulo 2 – Especificidades da formação profissional	28
2.1. Cursos de aprendizagem.....	28
2.2. Educação e Formação.....	34
2.2.1. Sistema educativo/formativo e o mercado de trabalho.....	34
2.2.2. Cursos de aprendizagem em números	42
2.2.3. Insucesso e abandono escolar.....	46
Capítulo 3 - Influência da família nas escolhas e trajetórias dos jovens	55
Capítulo 4 – A transição da escola para o mercado de trabalho.....	60
4.1. Protótipo do inquérito por questionário sobre “A transição dos jovens do contexto formativo para o mercado de trabalho”	65
Capítulo 5 – A organização acolhedora do estágio curricular.....	67
5.1. Caracterização do local do estágio.....	67
5.2. Atividades realizadas no estágio curricular.....	79
5.3. Balanço do estágio curricular	83
Capítulo 6 – Contributo da Sociologia para a realização do estágio curricular	85
Considerações Finais.....	88
Referências Bibliográficas	90
Anexos.....	98

Declaração de honra

Declaro que o presente relatório de estágio é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, setembro de 2018

Ana Rita Carneiro Azevedo

Agradecimentos

Ao longo desta caminhada, há que salientar as pessoas que me transmitiram apoio e confiança e que me fizeram crescer tanto a nível académico como a nível pessoal.

Ao meu orientador, Professor Doutor Carlos Manuel Gonçalves, agradeço todos os seus ensinamentos na produção deste relatório de estágio, a sua disponibilidade e os seus conselhos nos momentos de maior ansiedade e desânimo.

Agradeço, também, à entidade formadora onde realizei o estágio curricular, o Centro de Formação Profissional, particularmente às gestoras de formação, por me acolherem da melhor forma, pelo apoio na concretização das diferentes tarefas, por me ajudarem a encontrar respostas às minhas dúvidas e me permitirem adquirir novos conhecimentos e aptidões que serão fundamentais para o meu futuro profissional. E, ainda, agradeço à funcionária do bar e à funcionária administrativa pelo constante apoio, atenção e amabilidade, pois contribuiu para que me sentisse mais à vontade e interagisse melhor com todas as pessoas que fazem parte do Centro de Formação Profissional.

Aos meus pais, agradeço todo o esforço que fizeram por mim, para conseguir ter um futuro melhor. Principalmente, agradeço à minha mãe, porque tornou-se, ao longo destes anos, um verdadeiro suporte na minha vida. Nunca me deixou desistir, deu-me sempre força e confiança para conseguir alcançar os meus objetivos e, mesmo estando longe de casa, durante a participação na licenciatura e mestrado em Sociologia, as suas palavras de conforto, carinho e apoio encontravam-se sempre presentes.

Ao meu irmão, agradeço todo o incentivo e desabafos mútuos ao longo desta jornada. À Sofia e à Fernanda, agradeço a verdadeira amizade e confiança construída durante o percurso académico e que por muitos anos continue.

E, finalmente, agradeço ao meu avô que, apesar de ausente, em muitos momentos de saudade e tristeza era uma pessoa que, em pensamento, dava-me força para continuar.

Resumo

Nos últimos anos, a sociedade portuguesa tem sido marcada por diferentes mudanças a vários níveis, nomeadamente, a nível social, cultural e económico. E, a necessidade de investir na educação e na formação profissional tornou-se importante para os jovens, pois a aquisição de conhecimentos e competências irá ser um dos elementos chave para estimular a sua empregabilidade.

A partir da realização do estágio curricular, no Centro de Formação Profissional, foi possível desenvolver um estudo sociológico acerca do papel da formação profissional, mais concretamente, dos cursos de aprendizagem.

Os cursos de aprendizagem demonstram ser um positivo investimento, destacando-se a relação complementar entre a formação teórico-prática e a formação prática em contexto real de trabalho que permitem aos jovens um contacto mais próximo do mercado de trabalho, e a preocupação do Centro de Formação Profissional em garantir um positivo futuro para estes jovens que, nem sempre, têm uma realidade familiar que os incentive a lutar pelos seus objetivos e lhes permita a continuidade no sistema de ensino.

Logo, na produção deste relatório de estágio, a abordagem do insucesso e abandono escolar revela-se importante para compreender a ocorrência de determinados situações e comportamentos, assim como, a influência da família nas escolhas e trajetórias dos jovens pode contribuir para a sua participação positiva ou negativa no meio escolar.

Quanto à transição dos jovens para o mercado de trabalho foi construído um protótipo de um inquérito por questionário para aplicar, posteriormente, a ex-formandos que concluíram o seu curso há cerca de 1 ano e meio e, assim, analisar a sua transição do curso para o mercado de trabalho.

Palavras-chave: cursos de aprendizagem; Centro de Formação Profissional; contexto familiar; abandono escolar; mercado de trabalho.

Abstract

In recent years, the portuguese society has been marked by different changes in various levels, namely, social, cultural and economic levels. So, there is a need to invest in education and professional training for youths, because acquiring knowledge and skills will be a key element to stimulate their employability.

Throughout the experience lived in Professional Training Center, it was possible to develop a sociological study about the role of professional training, more specifically, learning courses.

These learning courses prove being a positive investment, of which the complementary relationship between theoretical and practical training in real work context, that allows the young students to have a closer connection with labour market, and the concern of Professional Training Center in ensure a positive future to these people, that cannot always have a familiar reality that stimulates them to fight for their own purposes and to pursue in their education system.

Therefore, in the production of this report, the approach of underachievement and early dropout is important to understand the occurrence of certain events and behaviors, like the familiar influence on the choices and the paths of these young students could bring a positive or negative participation to their school environment.

In relation to the transition to the labour market it was built a prototype of a survey to apply to the graduates who completed their course about a year and a half ago, with the purpose to analyse this transition.

Key-Words: learning courses; Professional Training Center; familiar context; early dropout; labour market.

Índice de gráficos

Gráfico 1. Taxa de abandono escolar entre os 18 e 24 anos em diferentes países europeus.....	49
--	----

Índice de figuras

Figura 1. Taxa de abandono escolar (%), em 1991, por concelhos	50
Figura 2. Taxa de abandono escolar (%), em 2001, por concelhos	51
Figura 3. Taxa de abandono escolar (%), em 2011, por concelhos	51

Índice de quadros

Quadro 1. Evolução da escolaridade obrigatória.....	21
Quadro 2. Jovens que não se encontram a estudar, nem a trabalhar e nem a frequentar algum tipo de formação (NEET): 15-24 anos (%)	39
Quadro 3. Alunos matriculados no ensino secundário por oferta de educação e formação (Portugal; 2000/01 - 2015/16)	42
Quadro 4. Taxa de desemprego dos diplomados do ensino superior (Portugal, 2000-2017).....	43
Quadro 5. Alunos que concluíram, por NUTS I e II, sexo e natureza de estabelecimento de ensino público	45
Quadro 6. Taxa de abandono escolar precoce de educação e formação: por sexo (Percentagem de homens e mulheres, entre os 18 e 24 anos, que desistiu de estudar, sem o ensino secundário completo)	49
Quadro 7. Indicadores associados ao fracasso escolar	52
Quadro 8. Benefícios do envolvimento parental	56
Quadro 9. Taxa de desemprego (%) da população ativa com idade entre os 15 e 74 anos por grupo etário	61
Quadro 10. Estádios de reação	62
Quadro 11. Competências sociológicas.....	87

Índice de anexos

Anexo 1. Componente sociocultural	99
Anexo 2. Componente científica	100
Anexo 3. Protótipo do inquérito por questionário	104
Anexo 4. Tratamento estatístico do questionário de avaliação da ação pelo formador	114
Anexo 5. Plano curricular do curso Técnico/a de Refrigeração e Climatização	116
Anexo 6. Plano curricular do curso Técnico/a de Instalações Elétricas	121
Anexo 7. Proporção de trabalhadores por conta de outrem com contratos não permanentes (15-64 anos).....	126
Anexo 8. Proporção de trabalhadores por conta de outrem com contratos não permanentes (15-24 anos).....	127

Lista de abreviaturas e siglas

DGEFP – Direcção-Geral do Emprego e Formação Profissional

CEDEFOP – Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional

INE – Instituto Nacional de Estatística

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional

UFCD'S – Unidades de Formação de Curta Duração

PAF – Prova de Avaliação Final

CCP – Certificado de Competências Pedagógicas

TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação

CFP – Centro de Formação Profissional

RSI – Rendimento Social de Inserção

NEET – Not in Education, Employment, or Training

DGERT – Direcção-Geral do Emprego e das Relações de trabalho

SAP – Software de Gestão

SGFOR - Sistema de Gestão de Formação

Introdução

O relatório de estágio foi realizado no âmbito do Mestrado em Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e orientado pelo Professor Doutor Carlos Manuel Gonçalves.

O estágio curricular ocorreu num Centro de Formação Profissional, que passaremos a designar por CFP, mantendo o seu anonimato, situado na zona norte, e que dedica-se ao desenvolvimento da formação profissional, nomeadamente, de cursos de aprendizagem. Este estágio curricular ocorreu entre os dias 27 de novembro de 2017 e 9 de março de 2018, envolvendo um total de 500 horas.

Atualmente, a aposta na formação profissional, mais concretamente, nos cursos de aprendizagem, que apesar de ainda não verificar uma presença verdadeiramente notória, tem sido uma positiva oportunidade para orientar e qualificar os jovens, nomeadamente, aqueles que saem precocemente do sistema de ensino e que vivem uma situação socioeconómica mais frágil.

No primeiro capítulo deste relatório, é realizada a abordagem do desenvolvimento do sistema de ensino em Portugal, destacando-se o aparecimento do ensino profissional e a importância da formação profissional.

O segundo capítulo dedica-se a especificidades da formação profissional, organizando-se em dois subcapítulos. No primeiro subcapítulo, destaca-se a abordagem dos cursos de aprendizagem, tendo em linha de conta, o seu surgimento e os principais elementos que os caracterizam, salientando que o conhecimento obtido acerca do funcionamento dos cursos de aprendizagem foi, na sua maioria, resultado da experiência vivida no estágio curricular. O segundo subcapítulo é destinado à educação e formação, que se encontra repartido em três sub subcapítulos. O primeiro sub subcapítulo trata o nível de articulação entre o sistema educativo/formativo e o mercado de trabalho, assim como, retrata algumas das desigualdades de acesso ao mundo do emprego e as consequências que daí resultam, nomeadamente para os jovens que não estudam, não trabalham e nem frequentam qualquer tipo de formação (NEET) e que são uma realidade preocupante em Portugal e, também, nos restantes países europeus. E, a partir

daí, são apresentadas medidas que contribuem para atenuar as disparidades existentes entre o sistema educativo/formativo e o mercado de trabalho. O segundo sub subcapítulo refere-se à apresentação e análise de dados estatísticos acerca dos cursos de aprendizagem em Portugal. Após a apresentação desses mesmos dados, existe, ainda, a referência à taxa de desemprego de diplomados do ensino superior em Portugal, pois apesar de possuírem uma formação superior, são atingidos por uma situação de precariedade laboral que se encontra associada a diferentes aspetos, nomeadamente, a instabilidade de contratos de trabalho. E, ainda, neste ponto, são apresentadas algumas propostas e estratégias de divulgação dos cursos de aprendizagem. Quanto ao último sub subcapítulo, é desenvolvido um quadro teórico e sociológico acerca do insucesso e abandono escolar, sustentando-se com dados estatísticos, por exemplo, a taxa de abandono escolar em Portugal, tendo em linha de conta, a sua posição no contexto europeu. Assim como, é analisada, ao longo de alguns anos, a situação de abandono escolar no próprio país. Acrescentando, ainda, os principais indicadores que contribuem para o fracasso escolar e a análise de medidas de combate ao abandono escolar.

O terceiro capítulo - a influência da família nas escolhas e trajetórias dos jovens - destina-se à análise do papel da família na educação dos jovens e a relação que se estabelece entre a família e a escola.

No quarto capítulo, a transição da escola para o mercado de trabalho, é desenvolvido um quadro teórico acerca do processo de transição e adaptação dos jovens ao mercado de trabalho. Este tem um subcapítulo que diz respeito à elaboração do protótipo de um inquérito por questionário destinado a ex-formandos que concluíram o seu curso há cerca de um ano e meio. Trata-se apenas de um protótipo. A dificuldade de estabelecer contacto pessoalmente e/ou via telefone com os ex-formandos do Centro de Formação Profissional foi a principal razão para a sua não aplicação.

O quinto capítulo corresponde, na sua totalidade, à organização acolhedora do estágio curricular, estando dividido em três subcapítulos. O primeiro subcapítulo diz respeito à caracterização pormenorizada de todo o processo formativo realizado no Centro de Formação Profissional e à caracterização, a diferentes níveis, dos formandos. No segundo subcapítulo são relatadas todas as atividades desenvolvidas durante o

estágio curricular. E, no terceiro subcapítulo é desenvolvido um balanço do estágio curricular.

O último capítulo debruça-se na reflexão do contributo da Sociologia na realização do estágio curricular e como, em termos de profissionalização, a Sociologia pode ser diversa.

Capítulo 1 – Sistema de ensino em Portugal e inserção nele do ensino profissional

Hoje em dia presencia-se uma veloz evolução da sociedade em termos de mudança e progresso e, como tal, Portugal foi influenciado por essa mudança no que diz respeito ao sistema de ensino que se assume como um dos principais elementos chave para o crescimento socioeconómico do país.

Numa primeira fase, o ensino, em Portugal, encontrava-se associado à Igreja Católica. E, a fundação da Universidade foi um momento fulcral no desenvolvimento do sistema educativo, seguindo, assim, o retrato geral no espaço europeu. Destaca-se, então, a sua primeira ação no século XIII e a sua instalação absoluta no ano de 1308, na cidade de Coimbra. (Cardim, 1999:33)

Mais tarde, no século XVIII, com a reforma pombalina, apareceram as primeiras escolas primárias públicas. (Cardim, 1999:33) E, procurou-se, igualmente, posicionar, da melhor forma, a Universidade de Coimbra ao nível das universidades europeias, e a criação da Aula do Comércio, também foi uma importante iniciativa, pois destinava-se a ensinar os comerciantes. (OEI-Ministério da Educação em Portugal:17)

No período da 1ª República foi atualizado “(...) o esforço legislativo e reformador diversificando a oferta de ensino (o ensino infantil, o primário «superior», o ensino normal, as universidades de Lisboa e Porto) e procedendo à remodelação do ensino técnico de nível superior. Adoptou, também, novos princípios (como o da descentralização) e alterou profundamente os conteúdos programáticos e os métodos pedagógicos. O ensino técnico secundário foi igualmente reformado, não atingindo um limiar de frequências que gerasse um impacto real na economia do país.” (Cardim, 1999:33) Durante, ainda, o período da 1ª República, foi implementado o Ministério da Instrução e, em 1926, o ensino primário sofreu algumas alterações a nível de custos, matérias e durabilidade. Também o ensino secundário, o chamado liceu, sofreu algumas transformações, assim como, o ensino secundário técnico, por exemplo, com a generalização da via profissionalizante. O ensino primário e o ensino secundário foram alargados, tendo abrangido um maior número de população. (Cardim, 1999:33)

No quadro abaixo, está retratado a evolução da legislação sobre a escolaridade obrigatória:

Quadro 1. Evolução da escolaridade obrigatória

Evolução da escolaridade obrigatória		
Ano	Tempo de escolaridade obrigatória	Legislação
1911	3 anos	DL de 29.3.1911
1919	5 anos	DL de 10.5.1919
1927	4 anos	DL 13 619 de 17.5.1927
1930	3 anos	DL 18 140 de 3.1930
1956	4 anos para rapazes e 3 anos para raparigas	DL 40 964 de 12.1956
1960	4 anos para rapazes e para raparigas	DL 42 994 de 5.1960
1964	6 anos	DL 45 810 de 7.1964
1979	Condições que assegurem uma efectiva escolaridade de 6 anos	DL 538/79 de 31.12
1986	9 anos (dos 6 aos 15 anos de idade)	Lei 46/86 de 14.10

Fonte: Cardim (1999).

De acordo com Cardim (1999:35), a partir do ano 1974, alguns aspetos começaram a mudar, assistindo-se a um ativo processo de conflito político, tendo provocado dificuldades na democratização do ensino, mas “(...) a generalização da experiência de integração do ensino secundário viria a concretizar-se em 1975-1976. A unificação das anteriores vias – liceal e técnica – organizou-se com um perfil curricular predominantemente liceal, do que resultou a extinção progressiva do antigo ensino técnico.” (Cardim, 1999:35) Igualmente, a Universidade foi atingida pelas transformações políticas e, entre 1974 e 1986, tentou-se regularizar o seu processo de funcionamento. (Cardim, 1999:35)

A Lei de Bases do Sistema Educativo, publicada em 1986, foi o resultado da aplicação de algumas das medidas tomadas para tentar melhorar problemas no sistema de ensino. Antes do ensino primário, existia o ensino preparatório, que estabelecia a transição para esse mesmo ensino primário, sendo que a entrada, neste último, pode ser efetuada de forma direta, ou seja, anulou-se qualquer tipo de ensino preparatório. (OEI – Ministério da Educação em Portugal:24)

No ensino secundário “ (...) lança-se os 8º e 9º anos de escolaridade do curso geral unificado. O curso complementar do ensino unificado fica organizado em cinco áreas de estudos, que integram um tronco comum de disciplinas, uma componente de formação específica e outra de formação vocacional. O curso complementar (10º e 11º anos de escolaridade), criado em 1978 na continuidade do curso geral, pretende agora essencialmente assegurar uma formação vocacional na área escolhida, tendo em vista a continuação dos estudos.” (OEI – Ministério da Educação de Portugal:24)

Ainda, em 1977, surgiu o chamado ano propedêutico, composto por cinco disciplinas. E, também, foi criado o *numerus clausus* que ditava o número de estudantes que deveriam ser recebidos aquando da entrada num determinado curso superior. Mais tarde, em 1980, o ano propedêutico transformou-se no 12ºano e, posteriormente, dava a possibilidade de entrar no ensino superior. Existem, aqui, a via de ensino, mais direccionada para o ensino superior e a via profissional que, através dela, podia-se, igualmente, concorrer ao ensino superior. (OEI – Ministério da Educação de Portugal:24)

Continuando no ano de 1977, foi criado o ensino superior de curta duração, pois o término do ensino técnico comprovou “(...) o mau desempenho do secundário profissionalizante, que não formava contingentes expressivos de «quadros médios» com uma preparação profissional adequada às necessidades da economia.” (Cardim, 1999:35) E, mais tarde, o ensino superior de curta duração transformou-se “(...) em ensino superior politécnico (1979), constituindo um processo de diversificação do ensino superior para formação de técnicos médios em sectores tecnologicamente mais avançados.” (Cardim, 1999:35)

Entretanto, segundo Fernando Rosas, desde a revolução de 1974, a estrutura social e económica da sociedade portuguesa foi desenvolvendo-se a vários níveis, nomeadamente, na democratização do acesso ao ensino, no acesso a serviços básicos e fundamentais para auxiliar a população, como o serviço nacional de saúde e a segurança social, generalização dos meios de comunicação social e a liberdade das pessoas expressarem aquilo pensam, dignificando a importância do uso da palavra. (Loff e Pereira (coords.), 2006:24) E, ainda de acordo com Fernando Rosas, “Não só se registará uma renovação muito substancial da elite política da Administração Central

(deputados, ministros, governadores civis, directores-gerais, professores universitários, ainda que com fortes continuidades no tocante à magistratura e à diplomacia), como muitos milhares de cidadãs e cidadãos, frequentemente oriundos de extractos sociais normalmente arreados de qualquer forma de participação, serão escolhidos para exercer funções em autarquias, sindicatos, órgãos directivos de escolas, comissão de moradores e de trabalhadores, associações culturais, etc.” (Loff e Pereira (coords.), 2006:23)

Todas estas mudanças despoletaram a necessidade da população se adequar da melhor forma ao novo contexto social em que se encontrava inserida, através da aquisição de novos conhecimentos e aptidões para uma futura e positiva inserção no mercado de trabalho e, assim, conseguir participar nas diferentes esferas da sociedade.

No ano de 1983, tendo em linha de conta, a importância de qualificar os jovens, foram criados os cursos técnico-profissionais que equivalem aos diferentes níveis de ensino secundário (10º, 11º e 12º ano) e que, também, possibilitam a continuação dos estudos no ensino superior, assim como, fornecem diplomas de formação de cariz técnico-profissional relevantes para o exercício de uma determinada profissão. (OEI-Ministério da Educação em Portugal:24,25)

Portanto, a partir de 1986, com a Lei de Bases do Sistema Educativo, o ensino obrigatório tem a duração de nove anos, sendo composto por três ciclos, o primeiro ciclo entre o 1º e o 4º ano, o segundo ciclo entre o 5º e 6º ano e o terceiro ciclo entre 7º e o 9º ano. (OEI – Ministério da Educação em Portugal:25) Deve-se ter em linha de conta que, atualmente, o ensino obrigatório passou a ser até ao 12º ano.

No que diz respeito ao aparecimento e história da formação profissional é importante recuar ao tempo de Marquês de Pombal no desenvolvimento do ensino técnico, nomeadamente, na área do comércio. Mais tarde, foi criada uma escola industrial, mais concretamente, no Porto e o ensino comercial e industrial foram sofrendo algumas mudanças ao longo dos anos. (Cardim, 1999:43)

Com a mudança de regime, ou seja, no período da 1.^a República, (...) o ensino técnico secundário foi reestruturado; apesar de duplicar o efectivo em 15 anos, não ultrapassou o limiar dos 15 000 alunos, limitação que reduziu o seu impacto na economia do país.” (Cardim, 1999:43)

Pouco tempo antes da implementação do Estado Novo, foram reestruturadas as escolas técnicas, compondo-se um conjunto escolar de 20 escolas industriais/comerciais, 19 escolas industriais e 7 escolas comerciais. (Cardim, 1999:43)

Em Portugal, o conceito de formação profissional foi importante, a nível de implementação de reformas, no ano de 1930, “(...) tendo essencialmente a conotação de ensino técnico formal para profissões da base da cadeia operativa orientado para jovens. (Lourenço, 2015:13). Já nos anos 1950, a formação profissional propunha-se a desenvolver diferentes atividades, destinadas, principalmente a desempregados e o melhoramento dos ativos, sendo uma necessidade bastante notória de empresas públicas e privadas para os indivíduos desenvolverem conhecimentos e competências. (Lourenço, 2015:13)

Corria, ainda, o ano de 1948, quando foi apresentada uma nova reforma em termos de organização dos cursos, sendo que o ensino secundário técnico começou a decorrer lado a lado com a via liceal, mas denotando-se uma situação desigualitária, pois no ensino secundário técnico não existia a entrada direta noutras vias de ensino, ao contrário do ensino liceal. Esta situação condicionava o ingresso dos indivíduos em atividades profissionais mais qualificadas e fomentava ainda mais a desigualdade de oportunidades. (Cardim, 1999:43,44)

Já na década de sessenta, era apresentada a reduzida visibilidade da formação profissional, pois a nível quantitativo era necessário responder a diferentes exigências a nível social e económico, mais concretamente, “ (...) a emergência de uma maior procura de mão-de-obra pela indústria, o aumento do êxodo rural, o aumento da emigração de destino europeu e os problemas causados pela mobilização militar para a guerra das colónias.” (Cardim, 1999:44)

Posteriormente, ainda no ano 1960, com a Convenção da Organização Internacional do Trabalho nº 117, já se destacava o interesse da formação profissional, especificamente no artigo 15, ou seja, a importância do investimento e desenvolvimento de um programa de formação profissional e de aprendizagem para que os jovens se encontrem preparados para ingressar no mercado de trabalho. (International Labour Organization, 1980:1965)

No ocidente, registaram-se relevantes mudanças sociais e económicas no mercado de trabalho, seja a nível quantitativo e/ou a nível qualitativo “(...) por um lado deparamo-nos com elevadas taxas de desemprego que afectam diferentes categorias sociais que, pelas suas características, se encontram mais vulneráveis à dinâmica do sistema de emprego, com particular destaque para o segmento jovem da população activa. Por outro lado, em termos qualitativos, assistimos à proliferação de múltiplos cenários de precariedade e de instabilidade da relação salarial que se afigura, cada vez mais, dotada de traços concorrenciais.” (Gonçalves, Parente e Veloso, 1997:5)

Depois da unificação do liceu e do ensino técnico, realizada entre 1975 e 1976, os cursos técnicos foram perdendo a sua força, acabando mesmo por desaparecer qualquer tipo de ensino técnico, ou seja, este tipo de ensino, que deveria ser alvo de reforma, acabou por ser ignorado e não teve o papel valorativo que supostamente deveria ter, e a falta de formação profissional começou a ser sentida de forma mais intensa. (Cardim, 1999:45)

Posto isto, de forma a integrar novamente o ensino profissional no sistema educativo, em 1980, foram implementados os cursos de formação pré-profissional. No ano de 1983, foi aplicada uma reforma educativa para tentar repor o ensino técnico e foram desenvolvidos cursos técnico-profissionais que se estendiam por 3 anos letivos e cursos profissionais que decorriam apenas por um ano letivo, juntamente com um estágio profissional com a duração de seis meses. (Cardim, 1999:45)

Em 1986, depois da integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia, é que se assistiu a uma verdadeira integração da formação profissional no sistema de ensino, contudo, deve-se realçar que, o ensino técnico, referenciado no parágrafo anterior, “(...) nunca teve grande adesão por parte dos jovens, fundamentalmente porque uma parte da mesma lhes surgia já, social e profissionalmente, desvalorizada. Por outro lado, a conjuntura económica desfavorável que se vivenciava a nível empresarial, não favorecia, nessa altura, a procura de emprego com as qualificações adquiridas no ensino técnico-profissional.” (Gonçalves, Parente e Veloso, 1997:40)

A partir da sua adesão à Comunidade Económica Europeia, através dos apoios do Fundo Social Europeu, Portugal conseguiu financiamento para as diferentes atividades formativas, o que fomentou o desenvolvimento de formação profissional inicial e contínua de carácter privado, mas usufruindo de um financiamento público. E o apoio proveniente do Fundo Social Europeu foi fundamental no acesso ao emprego, contribuindo para a diminuição do desemprego entre a população mais jovem e a presença da formação profissional tornou-se importante, por exemplo, nas associações empresariais que vão ajudando a sua população nas diferentes regiões do país. (Cardim, 1999:46)

No ano de 1991, foi desenvolvida a Direcção-Geral do Emprego e Formação Profissional (DGEFP) que fornece apoio na área do emprego e formação profissional. (Cardim, 1999:47) E, o Fundo Social Europeu “(...) tornou-se, pelo apoio a alguns programas de formação mais estruturados (escolas profissionais, sistema de aprendizagem, programas sectoriais, etc.), e pelo crescente rigor introduzido na sua gestão, um meio essencial do desenvolvimento e consistência da formação profissional mais institucional.” (Cardim, 1999:47)

Em 1992, de acordo com o Ministério da Educação, os cursos técnico-profissionais passaram para cursos tecnológicos. Estes têm a duração de 3 anos e permitem a aquisição de diplomas do ensino secundário, qualificação a nível profissional e a possibilidade de prosseguir os estudos no ensino superior. (Cardim, 1999:47)

Quanto à formação, esta apresenta um conjunto de atividades bastante distinto, pelo que o Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP) designa a formação como “o termo genérico para um número de actividades muito diversas, frequentemente com objetivos muito diferentes, que ocorrem em diferentes lugares e com durações muito diferenciadas.” (Centeno (coord.), 2007:4)

São várias as definições de formação profissional, sendo que é possível destacar algumas delas, por exemplo, de acordo com a Direcção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), a formação profissional trata-se de um “conjunto de actividades

que visa a aquisição de conhecimentos, capacidades, atitudes e formas de comportamento exigidos para o exercício das funções próprias duma profissão ou grupo de profissões em qualquer ramo de actividade económica.” (Centeno (coord.), 2007:8). Ou, ainda, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), caracteriza-se pelo grupo de atividades que são organizadas e delineadas com o objetivo de alcançar competências e aptidões para ingressar, posteriormente, uma determinada profissão. Também revela que as ações de formação podem ter a duração de 4 ou mais horas, sendo distribuídas por conferências, cursos, seminários, entre outras formas. (Centeno (coord.), 2007:7)

Portanto, a formação profissional torna-se fundamental para transformar comportamentos e atitudes dos jovens em contexto de trabalho, estimular a aprendizagem de normas, saberes e responsabilidades e avaliar o desempenho dos diferentes trabalhadores no exercício da sua ocupação profissional.

De acordo com o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP, 2017) existem diferentes modalidades de formação, nomeadamente, a formação inicial e a formação contínua e diferentes formas de organização da atividade formativa. A formação inicial destina-se à obtenção de competências para exercer de forma correta uma ocupação profissional. Já a formação contínua caracteriza-se pela obtenção de competências durante um período de tempo mais alargado, ou seja, torna-se um programa de atualização, aperfeiçoamento e reforço constante. Quanto à forma de organização da atividade formativa, esta pode ocorrer de forma presencial, ou seja, em contexto de sala de aula, existindo uma relação de proximidade entre formandos e entre estes e os formadores. A atividade formativa pode, ainda, ser desenvolvida em situação de trabalho, onde realiza-se a componente prática, de treino das suas capacidades e o verdadeiro contacto com o mercado de trabalho. Além disso, existe a formação em alternância constituída por duas componentes, a formação presencial e a formação prática em contexto real de trabalho. E, por último, existe a formação à distância ou, chamada, e-learning que se caracteriza pela aplicação da formação profissional através de uma flexibilidade a nível físico e temporal.

Capítulo 2 – Especificidades da formação profissional

2.1. Cursos de aprendizagem

Os cursos de formação inicial no quadro do sistema de aprendizagem em alternância encontram-se sob tutela do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social – Instituto do Emprego e da Formação Profissional. Em Portugal, a origem dos cursos de aprendizagem em alternância “(...) remonta a 1980, com a Acção – Piloto da Casa Pia de Lisboa, instituída por despacho conjunto das secretarias de Estado da Educação e do Emprego e a ter lugar em empresas públicas e privadas com dimensão suficiente para poderem dispor do seu próprio centro de formação. Desde logo esta acção pré-configurou o desenvolvimento profissional inicial: corresponsabilização dos ministérios da Educação e do Emprego, destinado a jovens com escolaridade obrigatória (6.º ano de escolaridade), assente numa formação de cariz profissionalizante que combina certificação académica com qualificação profissional e centrada na articulação entre a escola e a empresa, à qual é atribuído um importante papel no processo de estruturação e de avaliação da formação.” (Cabrito, 1994:38)

Mais tarde, com a Lei da Aprendizagem, apresentava-se a formação profissional em alternância com uma forte componente teórica (escola) e prática (empresa), esta última, de maior importância, no que diz respeito à aplicação da formação. (Cabrito, 1994:38)

“(...) a alternância aparece como uma resposta nova a um problema velho, ao pretender criar uma relação óptima entre entidades e saberes considerados como insuficientemente interligados, separados ou mesmo opostos, tais como Formação – Emprego, Escola – Trabalho, Teoria – Prática.” (Neves, Pedroso e Matias, 1993:103)

Os cursos de aprendizagem têm como principal objetivo qualificar e certificar os jovens, a nível escolar e profissional, facilitar a transição entre a escola e o mercado de trabalho e, ainda, possibilitar a continuidade dos estudos no ensino superior. A certificação é atribuída a nível escolar e profissional, ou seja, a obtenção do 12º ano e nível 4 de qualificação. Destinam-se a jovens com menos de 25 anos, com o 3º ciclo de

escolaridade completo ou superior, mas sem término do ensino secundário. Os cursos de aprendizagem têm, normalmente, a duração de 3700 horas, cerca de 3 anos de formação. A nível de componentes de formação existem a componente sociocultural, a componente científica, a componente tecnológica e a prática em contexto de trabalho. (IEFP, 2017)

A dificuldade dos jovens em adquirir experiência e a inexistência de uma preparação profissional, devido à ausência de qualificações e ao abandono do sistema educativo, provoca consequências na vida dos jovens, nomeadamente, na construção de obstáculos à sua integração no mercado de trabalho. Posto isto, os cursos de aprendizagem permitem melhorar essa situação, ou seja, a perspectiva dual da aprendizagem, em contexto escolar e em contexto real de trabalho, irá proporcionar aos jovens a possibilidade de adquirir experiência e melhorar, assim, as suas expectativas face ao emprego.

Tendo em linha de conta o Decreto-Lei n.º396/2007, n.º3, art.º9.º, de 31 de Dezembro, a Portaria n.º1497/2008 de 19 de Dezembro apresenta a regulamentação dos cursos de aprendizagem, ou seja, todo o seu processo de funcionamento. E, seguindo essa mesma portaria, irão ser abordados, a partir daqui, alguns elementos que caracterizam os cursos de aprendizagem.

Normalmente, a constituição do grupo de formandos varia entre o número mínimo de 15 formandos e o número máximo de 20 formandos. Em determinadas situações, o IEFP pode considerar a abertura de turmas com um número diferente do determinado. (Portaria n.º1497/2008, cap.3, art.º7.º)

Quando se frequenta um curso de aprendizagem realiza-se um contrato de aprendizagem, modelo disponibilizado pelo IEFP, que é estabelecido entre a entidade formadora e o formando, no qual este último compromete-se a cumpri-lo quando o assina. E, se eventualmente, acontecer algum tipo de problema, por exemplo, de desobediência a ordens impostas por um superior, qualquer tipo de dano que prejudique o património da entidade formadora ou da entidade de apoio à alternância ou excesso de faltas injustificadas, a entidade formadora pode rescindir o contrato realizado. (Portaria n.º1497/2008, cap.3, art.º10.º)

Para além dos contratos que são estabelecidos, o IEFP constrói um regulamento que reúne um conjunto de informações, importantes, para o desenvolvimento de cursos de aprendizagem, como, por exemplo, processos de candidatura, a aceitação de formandos, registo das diferentes entidades de apoio à alternância, contratos de aprendizagem, nível de assiduidade dos formandos, avaliação dos resultados obtidos pelos formandos e dimensão contabilística da ação de formação. (Portaria n.º1497/2008, cap.6, art21.º)

As três componentes de formação teórico-prática (sociocultural, científica e tecnológica) encontram-se organizadas em unidades de formação de curta duração (UFCD'S) que consistem num “conjunto estruturado de objetivos de aprendizagem e conteúdos com sequência pedagógica, contemplando ainda critérios de avaliação, recursos necessários e produtos (evidências de aprendizagem).” (ANQEP, 2015:83).

A componente sociocultural¹ dedica-se ao desenvolvimento de diferentes competências a nível social e cultural. Importa, também, o desenvolvimento da comunicação na língua portuguesa e estrangeira, capacidade de trabalhar em grupo e a capacidade de ter autonomia. (IEFP, 2017). Já a componente científica² destina-se à obtenção de conhecimentos e aptidões de carácter científico que se encontram relacionados com o curso em questão. Engloba disciplinas como a Física – Química, Biologia, Matemática e Realidade, Geometria Descritiva, variando de curso para curso. (IEFP, 2017).

No que diz respeito à terceira componente, a tecnológica, esta tem um carácter muito próprio, envolvendo conhecimentos e competências particulares e saberes técnicos indispensáveis para a execução de uma atividade profissional. (Portaria n.º 1497/2008, cap.3, art 5.º) Aqui, é preciso ter em linha de conta, a capacidade de resolver problemas e desenvolver um espírito crítico. Por exemplo, no curso de Técnico/a de Refrigeração e Climatização destacam-se áreas específicas como: tecnologia mecânica, práticas de técnicas de fabrico.

Nesta modalidade de formação é fulcral a relação que se estabelece entre a componente teórico-prática e a componente prática em contexto real de trabalho. Logo,

¹ Ver Anexo 1.

² Ver Anexo 2.

a aprendizagem decorre do cumprimento de três domínios: o saber, saber-ser/saber-estar e o saber-fazer. O primeiro diz respeito ao entendimento de conceitos e teorias. O segundo refere-se a comportamentos, posturas, nível de adaptação e relacionamento em diferentes contextos. O terceiro, o saber-fazer, relaciona-se com a capacidade de manusear objetos e equipamentos concretos e a eficácia na resolução de possíveis problemas. (IEFP, 2011)

De acordo com Guy Le Boterf (2003), distinguem-se diferentes tipos de saberes no que diz respeito à classificação de competências. A nível do saber, este divide-se em três tipos, o saber teórico, o saber do ambiente e o saber processual. O saber teórico que corresponde ao entendimento de algo, envolvendo um conjunto de conceitos, conhecimentos de carácter disciplinar, racional e organizacional. O saber do ambiente refere-se ao espaço onde o indivíduo trabalha, englobando conhecimentos acerca dos materiais e equipamentos usados, valores, crenças e normas organizacionais, das especificidades dos produtos, da gestão e da estrutura de clientes. O saber processual trata-se da aquisição de um saber e método operativo para desenvolver diferentes ações, tendo em linha de conta, um conjunto de etapas que serão importantes seguir para alcançar um determinado objetivo.

A nível do saber-fazer, existe o saber-fazer formalizado, o saber-fazer empírico, o saber-fazer relacional e o saber-fazer cognitivo. O saber-fazer formalizado diz respeito à aplicação prática de diferentes métodos e estratégias, ou seja, o grau de capacidade de um profissional para concretizar uma operação concreta. O saber-fazer empírico corresponde ao conjunto de conhecimentos que o indivíduo adquire durante a sua experiência e encontra-se relacionado com um saber-fazer experiencial que, através da ativação e aplicação de saberes relacionados com o corpo e os sentidos, o indivíduo adquire, ao longo do tempo, um conjunto de aptidões. O saber-fazer relacional envolve capacidades comportamentais, por exemplo, capacidade de relacionamento com os outros e nível de motivação e interesse. Por último, o saber-fazer cognitivo permite o desenvolvimento de operações intelectuais que são necessárias na capacidade de superar obstáculos, tomada de iniciativa, capacidade de criatividade e autonomia. (Guy Le Boterf, 2003)

No desenvolvimento de cursos de aprendizagem, mais especificamente, na formação prática em contexto real de trabalho, a parceria com entidades de apoio à alternância é fundamental, pois trata-se de um espaço destinado à aplicação de conhecimentos e capacidades adquiridos pelos formandos e, ainda, contribui para o conhecimento da rotina diária de um trabalho e de um contexto organizacional. Normalmente, as entidades formadoras têm mais do que uma entidade de apoio à alternância.

Estas empresas devem apresentar um conjunto de elementos para desenvolver a formação prática em contexto real de trabalho, como por exemplo, devem apresentar um espaço seguro e organizado para assegurar a formação, salientando que as condições de higiene e segurança no trabalho devem apresentar-se devidamente regularizadas, pois estas empresas são avaliadas pelas entidades formadoras a nível de condições de higiene e segurança, recursos técnicos, humanos e materiais para assegurar a presença segura dos formandos. As atividades/exercícios desempenhados pelos formandos são acompanhados, apoiados e avaliados por um responsável, o tutor, que deve monitorizar até cinco formandos. E, claro, a nível de horário de formação prática em contexto de trabalho, este não deve ultrapassar a duração do horário normal de trabalho. (Portaria n.º1497/2008, cap.3, art9.º)

A participação de jovens nas empresas, durante os seus respetivos estágios, é vantajosa para ambas as partes, pois as empresas, de acordo com as suas necessidades, usufruem da possibilidade de recrutar esses mesmos jovens num futuro próximo. E a aposta contínua como entidade de apoio à alternância é positiva, pois mostra-se que está disposta a melhorar e desenvolver o desempenho a nível profissional dos jovens, e estes têm a oportunidade de conhecer de perto o mercado de trabalho.

Quanto à planificação da formação é elaborado um cronograma, no qual consta a informação cronológica para a realização da atividade formativa, nomeadamente, a distribuição da carga horária, registo dos períodos de formação prática em contexto real de trabalho, projetos transdisciplinares onde se incluem exercícios de recuperação, o período da prova da avaliação final (PAF), situações de interrupção da formação, registo de reuniões da equipa técnico-pedagógica e as visitas de acompanhamento dos formandos às entidades de apoio à alternância. Este tipo de documento encontra-se num

dossiê técnico-pedagógico que arquiva toda a informação acerca do percurso formativo em cada período de formação.

Os formandos detêm diferentes direitos como participar na atividade formativa, ser auxiliado e acompanhado, durante o seu percurso formativo, por uma equipa técnico-pedagógica, desfrutar de diferentes apoios sociais, benéficos, para a realização do curso de formação. Por outro lado, também apresenta deveres, mais concretamente, empenhar-se durante o seu percurso formativo, cumprir sempre aspetos como a pontualidade e a assiduidade, usufruir corretamente e conservar todos os equipamentos à sua disposição e, claro, cumprir devidamente o seu contrato. A entidade formadora deve informar o Instituto de Emprego e Formação Profissional se forem apresentados problemas graves. (Portaria n.º1497/2008, cap.4, art11.º e 12.º)

A equipa pedagógica existente neste tipo de cursos é constituída por um responsável pedagógico, formadores, tutores e, por vezes, um técnico de orientação profissional e/ou técnico de serviço social. (Portaria n.º1497/2008, cap.4, art13.º) E, ainda, existem na equipa da entidade formadora, o coordenador pedagógico e o gestor de formação.

Os formadores devem possuir formação e experiência adequada na área, um certificado de competências pedagógicas (CCP) para o exercício das componentes de formação sociocultural e científica, e, no caso, da formação tecnológica, os formadores devem apresentar o domínio técnico, pois trata-se de uma componente de formação mais específica. (MTSS, DGERT e DQSA,2017)

Portanto, a atuação dos cursos de aprendizagem torna-se importante para os jovens, sendo que há uma possibilidade de os preparar da melhor forma, numa dimensão teórica e prática, para uma integração favorável no mercado de trabalho. Contudo, a realidade destes cursos ainda não é verdadeiramente notória, o que faz com que ainda existam um número reduzido de jovens matriculados nesses mesmos cursos, como veremos mais à frente. E, por vezes, existe a dificuldade em desenvolver este tipo de oferta formativa, porque o sistema de ensino oficial é o mais valorizado, mais generalizado e o dominante, pelo que as pessoas, na sua maioria, optam por escolher esta via, e não a formação profissional. Logo, é importante que o Estado demonstre

empenho e valorize mais o papel dos cursos de aprendizagem na construção de um futuro profissional para os jovens, sendo necessário refletir e combater esta situação desigualitária. O reforço do papel do Estado deve ser realizado na promoção de iniciativas desenvolvidas pelos cursos de aprendizagem, demonstrando os benefícios e vantagens da participação dos jovens, porque se isso não acontecer, as entidades formadoras terão dificuldades em manter abertos os seus espaços formativos, dada a falta de interesse demonstrada pelos jovens e a ausência de investimento para o desenvolvimento e melhoria da atividade formativa apresentada pelos cursos de aprendizagem.

Uma caracterização mais pormenorizada do curso de aprendizagem irá constar no subcapítulo 5.1. Caracterização do local de estágio, pois foi no resultado do estágio curricular que tomou-se conhecimento, na sua maioria, da informação acerca do funcionamento dos cursos de aprendizagem, tendo em consideração, igualmente, a Portaria n.º1497/2008 de 19 de Dezembro e o Guia da Certificação de Entidades Formadoras (MTSS, DGERT e DSQA, 2017).

2.2. Educação e Formação

2.2.1. Sistema educativo/formativo e o mercado de trabalho

A formação profissional deve ser vista como um elemento indispensável face ao sistema de ensino, “A este último cabe dotar os jovens de conhecimentos básicos ao nível do saber, saber-ser/estar e saber aprender, enquanto o primeiro deverá desenvolver conhecimentos, fundamentalmente, mas nunca de forma exclusiva, do foro do saber-fazer. Ou seja, torna-se fundamental que a formação faculte aos indivíduos um conjunto de saberes directamente mobilizáveis na prática quotidiana de trabalho, sem excluir, todavia, a necessidade de os fundamentar com saberes de âmbito teórico, técnico e mesmo de os complementar com saberes comportamentais/relacionais.” (Gonçalves, Parente e Veloso, 1997:10)

Esta articulação entre o sistema de ensino e a formação profissional é fulcral para conseguir responder às principais necessidades do mercado de trabalho, sendo que

o desenvolvimento e aplicação de diferentes competências e capacidades permitirão a integração dos jovens no mercado de trabalho. Para além dos domínios já falados anteriormente, é importante realçar o desenvolvimento do domínio relacional e comportamental ainda mesmo no sistema escolar/formativo, pois irá apresentar-se como uma ferramenta útil para lidar com situações futuras no mercado de trabalho, no que diz respeito ao desenvolvimento da comunicação, cooperação, participação e responsabilidade. No domínio relacional, destaca-se a necessidade dos jovens trabalharem em grupo, de forma a exporem as suas ideias, praticarem a construção de diálogo com o outro através, por exemplo, da apresentação de trabalhos e/ou participação em palestras, debates ou outro tipo de eventos, assim como, demonstrarem interesse e iniciativa nas atividades/tarefas que desempenham. No domínio comportamental, torna-se necessário apresentar responsabilidade nas atividades/tarefas que executam, participar ativa e positivamente e ter uma apresentação cuidada de si próprio, de forma a adequar-se a um determinado contexto de trabalho e, claro, demonstrar um comportamento assíduo e pontual.

Importa, igualmente, realçar que o prolongamento da escolaridade obrigatória permitiu algumas transformações no que diz respeito ao acesso do mercado de trabalho, “(...) já que ao alterar a idade mínima de acesso ao emprego obrigou a que a legislação laboral consagrasse esse novo preceito, contribuindo para a diminuição da taxa de atividade juvenil e da quantidade de população jovem empregada.” (Parente *et al*, 2014:85-86).

Este prolongamento da escolaridade obrigatória provoca a entrada, tardia, dos jovens no mercado de trabalho, mas, sabe-se que, o investimento realizado na sua educação e formação será uma mais-valia no futuro profissional, pois os conhecimentos e competências que vão adquirindo e desenvolvendo serão importantes ferramentas a aplicar no mercado de trabalho.

Sabe-se, também, que as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) provocaram profundas mudanças, nomeadamente, no contexto escolar e profissional, mas ainda é notada uma forte desigualdade no acesso e utilização das mesmas, ou seja, tendo como referência Azevedo, Carneiro e Castells, Azevedo e Fonseca (2007:22) referem que “Nas políticas públicas actuais, a educação escolar é vista, uma vez mais,

como a grande oportunidade de construção de iguais oportunidades para todos os cidadãos acederem e usufruírem das potencialidades que as TIC transportam. No entanto, é bem conhecida a marca de desigualdade que está impressa no tecido social no que se refere às TIC, havendo uma boa parte da população que continua excluída do acesso e uso deste bem.” Assim como, existem desigualdades de acesso às TIC no contexto escolar, também existem no contexto profissional, mas não apenas a nível das TIC.

De acordo com Piore, Dolringer e Berger, a segmentação no mercado de trabalho pode ser de dois tipos, primária e secundária. A primeira diz respeito a empregos bem remunerados, empresas de grandes dimensões, operando numa lógica de competitividade e modernidade. Já a segmentação secundária relaciona-se com empregos instáveis e mal remunerados, empresas de pequenas dimensões que, normalmente, abrangem na sua maioria, grupos sociais mais vulneráveis e que, nessas mesmas empresas, carecem de frágeis condições laborais. (Azevedo e Fonseca, 2007: 27).

Logo, “Os mercados de trabalho funcionam assim, face à entrada dos jovens no mundo do trabalho, como atractores e como retardadores da saída precoce do sistema escolar. Como atractores funcionam aqueles segmentos do mercado de trabalho que ainda estão disponíveis para acolher uma mão-de-obra não qualificada e intensiva, de baixo custo.” (Azevedo e Fonseca, 2007:27) Muitas das vezes, presencia-se, nesta situação, a questão do subemprego e o envolvimento de empresas familiares. (Azevedo e Fonseca, 2007:27-28)

Segundo Azevedo e Fonseca (2007:28), no que diz respeito ao sentido retardador, este destina-se a população qualificada e associa-se ao mercado de trabalho primário. E, foca-se na análise do “(...) “perfil do candidato”, ou seja, os seus comportamentos e atitudes, as suas expectativas face ao emprego e à profissão, os seus valores e opções e até a sua experiência profissional.” (Azevedo e Fonseca, 2007:28)

Portanto, é fundamental proporcionar o desenvolvimento de uma relação de proximidade entre o sistema escolar/formativo e o mercado de trabalho, de forma a capacitar os jovens com qualificações mais apropriadas às necessidades que o mercado

de trabalho apresenta e, assim, contribuir para a redução das desigualdades referidas anteriormente. Torna-se importante, reforçar esta relação ao longo de todo o sistema de ensino, pois os jovens, nem sempre, conseguem investir na continuidade dos seus estudos, sendo que não é um processo simples, pois sabe-se que, hoje em dia, nem todos apresentam o mesmo contexto familiar e recursos socioeconómicos e nem as mesmas oportunidades de conseguirem o mesmo. Atualmente, são os jovens que apresentam mais dificuldades em conseguir um emprego e, esta situação, traz consigo consequências negativas, a nível pessoal e profissional, sendo que condiciona a sua independência financeira, ou seja, não conseguem sustentar-se sozinhos e, por vezes, encontram-se dependentes dos pais e/ou outros familiares e, a longo prazo, se esta situação de incerteza e instabilidade perdurar, será mais difícil, para os jovens, construir uma carreira profissional sólida, criar uma família e concretizar os seus principais desejos e objetivos.

Esta instabilidade vivida no momento da integração no mercado de trabalho, ainda se torna mais preocupante, no que se refere aos jovens que não estudam, não trabalham e nem frequentam qualquer tipo de formação, os chamados jovens NEET (Not in Education, Employment, or Training), acrónimo da expressão inglesa Young People Neither.

O projeto “Make The Future...Today!” teve como principal finalidade apoiar o desenvolvimento da Garantia Jovem, sendo que trata-se de uma iniciativa promovida pelo IEFP, tendo como parceiros o Observatório Permanente da Juventude do Instituto de Ciências Sociais, o Sair da Casca e a TESE-Associação para o Desenvolvimento e, financeiramente, foi apoiado pela União Europeia. Este projeto ocorreu entre janeiro de 2017 e junho de 2018, e destinou-se a facilitar a integração dos jovens NEET na Garantia Jovem e consciencializa-los para uma atitude mais interventiva e responsável no seu futuro profissional. E, no debate deste projeto, foi apresentado que, em 2018, existem cerca de 160 000 jovens portugueses que não estudam nem trabalham, que corresponde a 10% da população jovem em Portugal. Destaca-se que 45% deles têm idades entre os 20 e 24 anos, 41% entre os 25 e 29 anos, e 41% dos jovens possuem o 9º ano de escolaridade e 42% o ensino secundário. (Garantia Jovem, 2018)

Alguns destes jovens interrompem a sua situação, como NEET, e realizam trabalhos instáveis e biscoites, mas acabam, posteriormente, por voltar à mesma situação. (Martins, 2013) O abandono escolar aumenta a probabilidade de um jovem se tornar NEET, ou seja, de acordo com Massimiliano Mascherini, “Os jovens que abandonam o seu percurso escolar têm mais probabilidade de cair nesta situação. Quem tem um baixo nível de instrução tem três vezes mais probabilidades de se tornar NEET do que os que têm um curso superior.” (cit. por Martins, 2013).

A continuidade nesta situação provoca um negativo impacto nos jovens, no que diz respeito à sua participação cívica, ou seja, não se envolvem ativamente nos acontecimentos que surgem nas diferentes esferas da sociedade, assim como, vão perdendo a motivação na procura de uma ocupação profissional. E, este sentimento de desilusão e de negativismo, de acordo com o Eurofound, pode levar os jovens “(...) a um largo espectro de problemas sociais, como isolamento, trabalho precário e mal remunerado, criminalidade juvenil e patologias mentais e físicas.” (cit. por Martins, 2013) Posto isto, esta situação leva os jovens a um enfraquecimento a nível físico e emocional e os comportamentos associados à delinquência e economia paralela, por vezes, são vistos como solução rápida para alcançarem o que pretendem, mas, em nada, a adoção deste tipo de comportamentos, beneficia positivamente a vida dos jovens.

Os jovens NEET são um grupo heterogéneo, sendo composto por desempregados de curta duração, desempregados de longa duração, repetentes, ou seja, que já se encontraram a estudar ou a frequentar algum tipo de formação, anteriormente, e brevemente deixarão o grupo NEET. Existem, ainda, os desencorajados, que desistem de procurar um emprego, os jovens que apresentam incapacidades ou doença, os jovens que têm responsabilidades familiares e outros jovens que não se encontra os verdadeiros motivos pelos quais integram o grupo NEET. (Eurofound, 2018)

Segundo os dados estatísticos do Eurostat, autoridade estatística da União Europeia, no panorama europeu, a presença dos jovens NEET entre os 15 e os 24 anos, também se vai diferenciando, como exemplifica o quadro 2, da página seguinte.

De acordo com os valores apresentados por alguns dos países europeus, entre os anos 2012 e 2017, a percentagem de jovens NEET tem vindo a diminuir lentamente, ou

seja, não se registam mudanças muito significativas. Destaca-se que, entre 2012 e 2013, registou-se um aumento da percentagem de jovens NEET na maior parte dos países, à exceção da Alemanha, Suécia, Reino Unido, França e Espanha, este último manteve o mesmo valor. Esta situação pode ter sido despoletada pela crise económica e financeira que se fazia sentir na Europa e que afetou de forma mais acentuada os jovens. A Itália é o país que apresenta valores mais elevados face aos países apresentados, registando, entre 2012 e 2017, uma pequeníssima redução de jovens NEET, de 21% para 20,1%, respetivamente. Quanto a Portugal, entre 2012 e 2017, assistiu-se a uma diminuição de 13,9% para 9,3%, exceto entre 2012 e 2013 que aumentou de 13,9% para 14,1%.

Existem algumas diferenças entre os países apresentados, como se regista no quadro 2, e o Eurofound, no ano de 2013, relata alguns aspetos que permitem entender que tipo de jovem NEET se encontrava nesses diferentes países europeus. No que diz respeito a países nórdicos e ocidentais, por exemplo, Bélgica, Alemanha, França, Reino Unido e Suécia, o grupo com maior dimensão correspondia ao desempregado de curta duração e ao jovem NEET com incapacidades. Nos países do Sul e Mediterrânico, por exemplo, Grécia, Itália, Portugal, Espanha e Croácia era o desempregado de longa duração e o desencorajado que registava uma presença mais notória. Na Europa Oriental, por exemplo, Bulgária e República Checa, a maioria dos jovens NEET eram do sexo feminino e encontravam-se com responsabilidades familiares. (Eurofound, 2016:46)

Quadro 2. Jovens que não se encontram a estudar, nem a trabalhar e nem a frequentar algum tipo de formação (NEET): 15-24 anos (%)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Itália	21	22,2	22,1	21,4	19,9	20,1
Grécia	20,2	20,4	19,1	17,2	15,8	15,3
Espanha	18,6	18,6	17,1	15,6	14,6	13,3
França	12,5	11,2	11,4	12	11,9	11,5
Portugal	13,9	14,1	12,3	11,3	10,6	9,3
Bélgica	12,3	12,7	12	12,2	9,9	9,3
Reino Unido	13,9	13,2	11,9	11,1	10,9	10,3
Suécia	7,8	7,5	7,2	6,7	6,5	6,2
Croácia	16,6	19,6	19,3	18,1	16,9	15,4
Alemanha	7,1	6,3	6,4	6,2	6,7	6,3
Rep.Checa	8,9	9,1	8,1	7,5	7	6,3
Bulgária	21,5	21,6	20,2	19,3	18,2	15,3

Fonte: Eurostat, 2018.

Posto isto, de forma a reduzir o número de jovens NEET, destaca-se a importância do programa Garantia Jovem, promovido pelo IEFP, que se destina a jovens até aos 29 anos e que não se encontram a estudar nem a trabalhar. Os seus principais objetivos passam pelo desenvolvimento de qualificações dos jovens, diminuir o desemprego juvenil e auxiliar os jovens no ingresso do mercado de trabalho. Trata-se de um importante apoio na procura de emprego e na sua integração, assim como, incentiva o investimento na educação e formação e participação em estágios em Portugal ou no estrangeiro. (Garantia Jovem, 2014)

Na área da educação, desenvolvida pela Garantia Jovem, destaca-se a importância de frequentar, por exemplo, cursos profissionais, cursos de educação e formação de jovens, cursos de aprendizagem, cursos de especialização tecnológica e cursos técnicos superiores profissionais. (Garantia Jovem, 2014)

O desenvolvimento de cursos de aprendizagem é relevante neste tipo de situações, pois abrange, na sua maioria, jovens que saíram precocemente do sistema escolar, mas que vêm de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, e desta forma, uma das suas principais finalidades é permitir que esses jovens possam ter uma vida melhor, construir a sua própria carreira através da constante obtenção de conhecimentos e aptidões e, possivelmente, demonstrar ao seu próprio meio familiar que é possível lutar por uma vida melhor e que a educação e a formação é uma das principais alavancas para o desenvolvimento pessoal e profissional de um jovem. O que também ajuda os jovens a manterem-se num curso de aprendizagem são os apoios sociais que lhes são concedidos, o que se torna benéfico, principalmente, para aqueles que se encontram em situação de maior fragilidade e, desta forma, previne o abandono e contribui para o sucesso escolar desses jovens.

Igualmente, pode-se registar a ação do IEFP, mais especificamente, o desenvolvimento da formação profissional no contexto de mercado de trabalho. O IEFP trata-se de um serviço público que tem como objetivo ajudar a população no acesso ao emprego. É responsável por intervir no mercado de trabalho de maneira a fomentar um equilíbrio entre a oferta e a procura de emprego, desenvolver uma qualificação escolar e profissional entre jovens e adultos, executar ações de formação profissional, promover a integração profissional da população que apresenta uma situação de risco mais

acentuado no acesso ao mercado de trabalho. Assim como, participar no desenvolvimento de políticas de emprego, visando os indivíduos com mais dificuldade em conseguir um emprego. (IEFP, 2012)

Incorporar uma atitude positiva na procura de emprego irá “Evidenciar mais confiança em si próprio, tornando a sua argumentação e sinais não verbais mais credíveis. Estar mais descontraído e mais disponível para escutar activamente. A escuta activa permitir-lhe-á mostrar que está verdadeiramente interessado, evidenciar que é capaz de estar focado no seu interlocutor e preparar a sua resposta com mais consistência, sem se precipitar. A escuta activa é uma capacidade cada vez mais valorizada no mundo do trabalho e dos negócios.” (Dirigir Separata, 2011: 5)

É importante ter em linha de conta diferentes elementos no momento de procura de emprego, por exemplo, seleccionar os anúncios de emprego que mais despertam interesse e responder a esses mesmos anúncios, enviar currículos para diferentes empresas, realizar entrevistas, informar-se junto do centro de emprego e gabinetes de inserção profissional acerca das ofertas de emprego. Se na procura de emprego não surgirem as oportunidades desejadas, os jovens devem continuar, se possível, a apostar na formação e na melhoria do seu currículo, por exemplo, através da participação em seminários, palestras, ou outro tipo de eventos. O contacto com este tipo de atividades facultará a aquisição de novos conhecimentos acerca da sua área de formação ou outras áreas, contribuindo para desenvolver o currículo e para estabelecer contacto com diferentes profissionais. (Dirigir & Formar, 2017:5) Todo o conhecimento apreendido poderá ser útil num futuro profissional, visto que o mercado de trabalho encontra-se em constante mudança.

A promoção de nós próprios é indispensável no contexto profissional, pois “Os seus interlocutores profissionais estão interessados em saber como é que você pode ser valor acrescentado para a empresa ou projecto de que são responsáveis.” (Dirigir Separata, 2011:9)

2.2.2. Cursos de aprendizagem em números

No que diz respeito a dados estatísticos, o número de alunos nos cursos de aprendizagem é significativamente menor, comparando com os cursos científico-humanísticos/gerais ou cursos profissionais. Entre os anos letivos 2008/09 e 2013/14, o número de indivíduos matriculados nos cursos de aprendizagem aumentou de 13 584 para 35 400 matriculados, mas entre 2013/14 e 2015/16 passou de 35 400 para 26 010 matriculados, o que de facto requer alguma reflexão. É normal que o número de alunos nos cursos científicos-humanísticos/gerais regista um aumento significativo, pois trata-se do sistema de ensino oficial e, normalmente, são frequentados, na sua maioria, por jovens que desejam prosseguir os estudos no ensino superior e, no caso dos cursos profissionais, estes, também, têm apresentado um desenvolvimento notório. Ao contrário dos CEF e cursos tecnológicos que apresentam uma constante diminuição, ao longo dos anos, como é constatado no quadro abaixo.

Quadro 3. Alunos matriculados no ensino secundário por oferta de educação e formação (Portugal; 2000/01 - 2015/16)

Anos	Modalidade			CEF	Cursos tecnológicos
	Cursos de aprendizagem	Cursos científico-humanísticos/ gerais	Cursos profissionais		
2000/01	X	241 850	30 668	X	64 944
2001/02	X	224 077	33 799	X	58 264
2002/03	X	213 731	33 587	2 353	53 973
2003/04	X	212 342	34 399	2 877	52 850
2004/05	X	205 671	36 765	2 832	59 474
2005/06	X	188 460	36 943	3 422	52 228
2006/07	X	196 023	47 709	5 224	42 820
2007/08	X	196 216	70 177	8 425	25 673
2008/09	13 584	195 330	93 438	4 388	20 212
2009/10	17 619	197 582	107 266	2 320	14 577
2010/11	18 669	197 918	110 462	2 117	13 315
2011/12	21 056	199 131	113 749	2 012	10 145
2012/13	33 366	201 118	115 885	3 025	5 976
2013/14	35 400	200 860	117 699	1 920	4 458
2014/15	33 030	203 790	114 848	825	3 752
2015/16	26 010	206 346	112 395	506	3 913

Fonte: DGEEC, DSEE e DEEBS (2017).

“O principal adversário destes cursos passa pelo estigma enraizado de que são uma forma algo segregacionista de oferta formativa, insistindo-se muitas vezes

em percursos escolares, designadamente superiores, com um elevado grau de dificuldade de inserção no mercado de trabalho.” (Félix, 2018)

No que diz respeito à taxa de desemprego de diplomados do ensino superior, é notório que tem vindo a aumentar ao longo dos anos. De acordo com o quadro abaixo, entre 2000 e 2017, aumentou de 3,1% para 6,5%, mas, existiram algumas oscilações, atingindo o seu valor mais elevado no ano 2012 e 2013, de 11,6% e 12,6%, respetivamente e, entre 2015 e 2017, assistiu-se a uma redução de 9,2% para 6,5%.

Quadro 4. Taxa de desemprego dos diplomados do ensino superior (Portugal, 2000-2017)

Anos	%
2000	3,1
2001	3,4
2002	4,9
2003	5,9
2004	5,2
2005	6,2
2006	6,3
2007	7,4
2008	6,8
2009	6,4
2010	7,0
2011	9,0
2012	11,6
2013	12,6
2014	10,0
2015	9,2
2016	8,4
2017	6,5

Fonte: Pordata (2018).

O mercado de trabalho tem vindo a sofrer grandes mudanças, ano após ano, e o desemprego de jovens qualificados mostra-se afetado, pois em vez das suas qualificações serem valorizadas no desenvolvimento do setor económico, revela-se um determinado desperdício das capacidades e qualificações desses mesmos jovens, questionando-se a importância dada ao investimento que os jovens realizam, durante anos, na aquisição de qualificações e, o que revela ainda, a situação abordada, anteriormente, o desajustamento existente entre o sistema educativo/formativo e o mercado de trabalho, ou seja, há uma dificuldade em estabelecer correspondência entre

o nível de qualificações dos jovens e as necessidades apresentadas pelo mercado de trabalho.

A precariedade laboral, também, contribui para o aumento da taxa de desemprego de jovens qualificados. Apresenta-se como uma situação de instabilidade experienciada por um indivíduo relativamente ao seu contrato de trabalho, por exemplo, recibos verdes e contratos a termo certo. Existe um conjunto de elementos que permitem caracterizar a questão da precariedade laboral, nomeadamente, a constante rotatividade dos trabalhadores, o incumprimento das normas de higiene e segurança no trabalho e o excesso de horas de trabalho realizadas, que são superiores ao que é estabelecido por lei.

De acordo com a informação disponibilizada pelo Livro Verde (2018), os trabalhadores por conta de outrem, entre os 15 e os 64 anos, com contratos de trabalho não permanentes, no ano de 2016, rondava os 22%, sendo que esta percentagem de trabalhadores registava-se elevada, comparativamente à média europeia que rondava os 14%.³ E, ainda, a percentagem de trabalhadores, entre os 15 e os 24 anos, por conta de outrem, com contratos de trabalho não permanentes, registava-se nos 66%, face a 44% da média europeia.⁴

Posto isto, e ainda voltando à questão dos alunos matriculados nos cursos de aprendizagem, os seus valores mais baixos, comparativamente aos cursos profissionais e aos cursos científicos-humanísticos/gerais, nos últimos anos, podem associar-se ao facto da escolaridade obrigatória ser estabelecida até ao 12ºano e ao desenvolvimento de cursos profissionais que, como é notório, de acordo com o quadro 3, o número de jovens matriculados nos cursos profissionais é muito superior ao dos jovens matriculados nos cursos de aprendizagem. Os alunos que frequentaram, durante anos, uma determinada escola, muitas das vezes, não desejam sair de lá e podem não gostar do curso que frequentam, mas o facto de existir um grupo de amigos, proximidade entre casa – escola e com os professores, tudo isto, acaba por contribuir para a sua permanência nessa mesma escola e para a sua participação num curso profissional, mesmo que não seja o mais desejado. E a intensa competitividade em torno das escolas que apresentam uma oferta diversificada de cursos apresenta-se como uma das medidas

³ Ver Anexo 7.

⁴ Ver Anexo 8.

para conseguir reter, o mais tempo possível, os seus alunos, o que acaba por condicionar os objetivos de outras entidades formadoras.

Para um crescimento mais notório dos cursos de aprendizagem, o IIEFP promove uma iniciativa interessante, chamada Geração PRO, na qual os seus principais objetivos passam pela promoção dos cursos de aprendizagem entre os jovens com idades compreendidas entre 15 e 24 anos, desenvolvimento deste tipo de cursos como um importante instrumento que auxilia os jovens na integração no mercado de trabalho e transformação desta situação de segregação existente no que diz respeito aos cursos de aprendizagem. (Diário Online, 2017)

No quadro abaixo é apresentado o número de jovens que concluíram o curso de aprendizagem, num estabelecimento de ensino público, no ano letivo 2016/2017, por NUTS I e II.

Quadro 5. Alunos que concluíram, por NUTS I e II, sexo e natureza de estabelecimento de ensino público

Norte	Centro	A.M. Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira	Portugal
891	450	811	121	29	87	30	2419

Fonte: DGEEC e DSEE (2016/2017).

No que diz respeito ao número de jovens que concluíram o seu curso, na modalidade de cursos de aprendizagem num estabelecimento de ensino público, destaca-se a zona do Norte de Portugal que apresenta um maior número de formandos que concluíram o seu percurso formativo. De facto, apesar de não ser um número elevado, existe um grande esforço das entidades formadoras para divulgar a sua oferta formativa e, durante o desenrolar do estágio curricular no CFP, constatamos isso mesmo, ou seja, que existe uma intensa concorrência e competitividade entre as diferentes entidades formadoras, o que resulta numa oferta formativa diversa para os jovens.

Logo, a criação de estratégias para fomentar e valorizar a experiência dual que se constata nos cursos de aprendizagem é fundamental, pois apesar de ainda não possuir o reconhecimento adequado, a participação dos jovens torna-se benéfica, porque as

relações de proximidade existentes entre as entidades formadoras e as entidades de apoio à alternância, facilitam o processo de entrada no mercado de trabalho.

2.2.3. Insucesso e abandono escolar

Apesar do aumento de alunos matriculados nos diferentes níveis de ensino, é necessário realçar que esta generalização do ensino levou à criação de um enorme obstáculo, o insucesso escolar. Este é “(...) expresso pela acumulação de retenções, é frequentemente apontado como a antecâmara, seja do abandono escolar, seja do abandono do prosseguimento de estudos sem concluir o nível secundário – ou, frequentemente, sequer o básico. Sendo seguramente plausível, essa relação não é unívoca. Se é provável que os trajetos de repetências acumuladas, com o consequente prolongamento da frequência escolar por idades superiores às consideradas normais nos diversos ciclos do ensino regular, desincentive o prosseguimento de estudos até à idade legal (...) ou para além dela; também é admissível que o insucesso possa ser uma antecipação de quem já optou, a prazo, pelo abandono. Ou seja, o abandono tanto pode ser o resultado do insucesso, como este poderá ser o resultado da antecipação de um abandono futuro.” (Justino e Santos (coords.), 2017:21)

O insucesso escolar tem sido abordado por inúmeras teorias, nomeadamente, a teoria dos dotes e a teoria do handicap sociocultural, sendo que a teoria dos dotes baseia-se nos fatores psicológicos de cada pessoa, sendo o sucesso ou insucesso escolar resultado do seu nível de inteligência e das suas capacidades. (Benavente, 1990:716). No que diz respeito à teoria do handicap sociocultural, há um forte vínculo à sociologia e “O sucesso/insucesso dos alunos é justificado pela sua pertença social, pela maior ou menor bagagem cultural de que dispõem à entrada na escola. O cruzamento entre origem social/resultados escolares revela a existência de mecanismos mais vastos na produção do sucesso/insucesso, que não pode ser atribuído apenas a causas psicológicas individuais.” (Benavente, 1990:716)

A escola tem um papel fundamental na preparação dos jovens para uma melhor integração no mercado de trabalho, contudo, sabe-se que ainda existem desigualdades, ou seja, que a escola não é realmente imparcial no que diz respeito ao acesso igualitário

dos jovens à educação, pois os jovens não são um grupo social homogéneo e apresentam padrões de vida diferentes a nível social, cultural e económico. Divulga-se que a escola possibilita a mobilidade social de todos de forma igualitária, mas por outro lado, nota-se que é igualmente capaz de salientar ainda mais as disparidades sociais. Um exemplo, desse tipo de desigualdade, é o facto de existirem escolas menos influentes que são compostas por jovens com baixos recursos socioeconómicos e outras que dão acesso a um tipo de ensino com mais qualidade e são ocupados por jovens com altos recursos socioeconómicos. Logo, na sua generalidade, a escola acaba por fomentar valores e princípios dos grupos sociais de carácter dominante.

De acordo com Bernstein, as desigualdades relativamente à escola podem, também, ser percecionadas através do nível de capacidade dos alunos para a aprendizagem e, observa-se esta situação através dos códigos linguísticos, que têm em linha de conta as formas de socialização adquiridas pelos jovens no meio familiar. Por exemplo, existe um conjunto de códigos linguísticos que são mais restritos em termos de conceitos e significados face à origem familiar dos jovens, sendo que se associam, na sua maioria, à classe trabalhadora. O confronto com este tipo de códigos demonstra que os jovens têm mais dificuldade em encontrarem uma forma de adaptação ao meio escolar, pois não há um incentivo para exprimirem as suas ideias e os seus sentimentos. Por outro lado, existem os códigos mais amplos, de cariz mais elaborado, que são mais característicos da classe média, na qual os jovens encontram-se mais adaptados à escola e conseguem expressar melhor os seus pensamentos. Segundo Bernstein, jovens com códigos mais amplos têm uma melhor capacidade para lidar com o meio escolar do que aqueles que possuem códigos restritos. (Narzetii e Nobre, 2016:292-294)

Tanto o sucesso, como o insucesso escolar têm um papel fulcral no que diz respeito à futura ocupação profissional de um indivíduo e “Depreende-se que não apenas o insucesso escolar está ligado à origem social dos indivíduos como também, em vez de diminuir as diferenças sociais, as pode acentuar pelas implicações que a escolaridade tem nos seus projetos de vida. As economias paralelas e subterrâneas, designadamente a proliferação de unidades de produção clandestinas que se tem verificado em Portugal, absorvem o “insucesso”.” (Roazzi e Almeida, 1988:56)

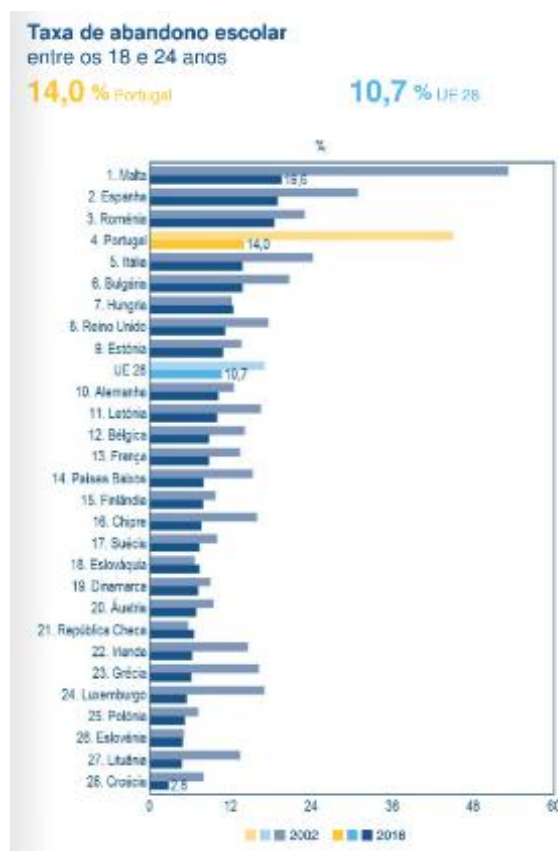
O insucesso encontra-se intimamente relacionado com o abandono escolar e esta situação de abandono, por vezes, associa-se a questões pessoais e familiares, destacando-se o seu nível de valorização acerca da educação, que assume diferentes perspetivas nas pessoas. “Por exemplo, em contextos locais que, pela natureza das suas atividades económicas, favoreçam a inserção precoce e pouco qualificada no mercado de trabalho, os grupos e indivíduos cujas situações socioeconómicas e representações das oportunidades os orientem para esse tipo de inserção, poderão atribuir menor valor à escolarização (ou maior custo de oportunidade, por via do adiamento da inserção laboral).” (Justino e Santos (coords.), 2017:21)

O abandono escolar trata-se da desistência do sistema de educação e formação antes do término da escolaridade obrigatória, dentro do limite mínimo de idade estabelecido na legislação. (INE, 2017)

Para se obter uma melhor perspetiva acerca da posição de Portugal, comparativamente a outros países europeus, no gráfico da página seguinte, é apresentada a taxa de abandono escolar entre os 18 e 24 anos, no ano de 2016.

Como se regista no gráfico 1, Portugal apresentava, em 2016, uma das maiores taxas de abandono escolar na Europa, situando-se no quarto lugar, com cerca de 14%. E, é importante realçar que taxa de abandono escolar em Portugal encontrava-se acima da média europeia, que situava-se nos 10,7%. O país que registava a taxa de abandono escolar mais elevada era Malta, com 19,6%.

Gráfico 1. Taxa de abandono escolar entre os 18 e 24 anos em diferentes países europeus



Fonte: PORDATA, Retrato de Portugal na Europa (2017)

Como já referimos anteriormente, o insucesso interliga-se com o abandono escolar e, quanto à taxa de abandono escolar precoce, em Portugal, existe, igualmente, valores distintos na perspetiva do sexo feminino e do sexo masculino.

Quadro 6. Taxa de abandono escolar precoce de educação e formação: por sexo (Percentagem de homens e mulheres, entre os 18 e 24 anos, que desistiu de estudar, sem o ensino secundário completo)

	1992	2002	2012	2017
Masculino	56,2	52,7	26,9	15,3
Feminino	44,2	37,3	14,0	9,7

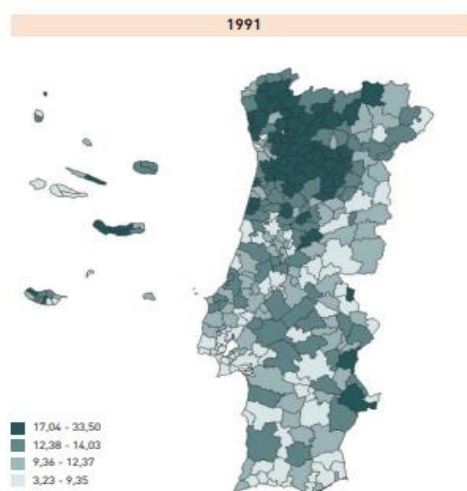
Fonte: Pordata, 2018.

Regista-se uma redução entre os anos 1992 e 2002 da taxa de abandono escolar precoce, entre os dois sexos, pois, possivelmente, um dos motivos que terá levado a

ocorrer esta situação foi o estabelecimento da escolaridade obrigatória no ano de 1986. Mas, de referir que ao longo dos anos, apresentados no quadro acima, a taxa de abandono escolar precoce foi sempre diminuindo, destacando-se o sexo feminino com uma percentagem menor do que o sexo masculino.

A concentração do abandono escolar foi-se alterando nas diferentes regiões do país. “(...) os concelhos que registaram maior quebra do abandono escolar entre 1991 e 2011 localizam-se nos vale do Ave, do Sousa e do Tâmega, a que poderíamos associar o vale do Douro como prolongamento deste grande polo de concentração do abandono, à entrada da década de 90. Era a região tradicionalmente conhecida pelo trabalho infantil, na sua maioria industrial, especialmente nos sectores do têxtil, vestuário, calçado, do mobiliário, e também da construção civil. A transição da escola para o mercado de trabalho era então muito precoce e, frequentemente, concretizava-se no interior do próprio núcleo doméstico. Foi este tipo de abandono que registou a maior redução absoluta.” (Justino e Santos (coords.), 2017:28-29). Na figura abaixo, pode-se observar o país, tendo em conta a situação descrita, para o ano de 1991.

Figura 1. Taxa de abandono escolar (%), em 1991, por concelhos

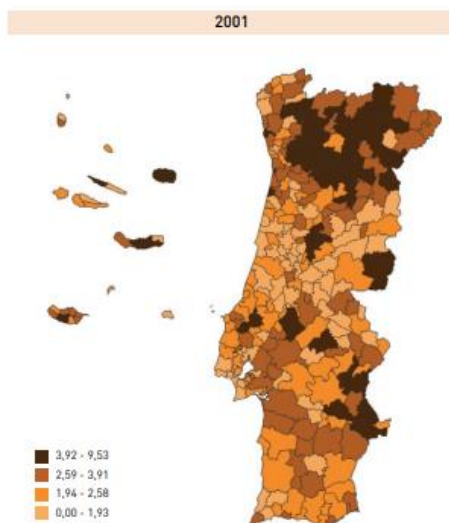


Fonte: Justino e Santos, coords. (2017)

Durante o ano 2001, ainda apresentava-se uma concentração bastante forte do abandono escolar, mas, posteriormente, no ano de 2011, assistiu-se a uma dispersão, um

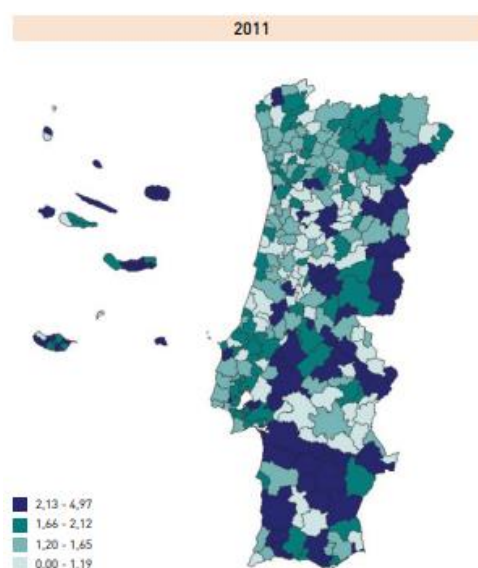
pouco por todo o país, salientando-se as regiões do interior, a zona do Alentejo, Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e um pouco da zona centro.

Figura 3. Taxa de abandono escolar (%), em 2001, por concelhos



Fonte: Justino e Santos, coords. (2017)

Figura 2. Taxa de abandono escolar (%), em 2011, por concelhos



Fonte: Justino e Santos, coords. (2017)

Apesar da taxa de abandono escolar ter diminuído, ainda se nota a sua presença nas regiões do interior do país. Numa situação de abandono escolar, por vezes, recorre-se ao subemprego, ou seja, de forma a evitar um período prolongado no desemprego e as pessoas, principalmente, as que apresentam um reduzido nível de qualificações e que carecem de estabilidade financeira, exercem atividades profissionais mais precárias e instáveis com o principal objetivo de conseguir receber um ordenado, mesmo que seja abaixo do permitido por lei, pois necessitam, rapidamente, de sustentarem-se a si próprias e como, nalguns exemplos, sustentarem a família.

Existe uma panóplia de fatores que podem explicar o abandono escolar, mais concretamente, a capacidade relacional e de inserção, ou seja, por vezes, é demonstrada uma ausência de interesse pela escola, pela obtenção de conhecimentos e competências, falhas de comunicação com professores e colegas e o desinteresse que vai persistindo, ao longo do tempo, pela escola vai permitir o aparecimento de resultados negativos. Assim como, fatores familiares podem afetar a questão do abandono escolar, por exemplo, as reduzidas condições socioeconómicas, baixas expectativas quanto ao

percurso escolar dos filhos, aumento do desejo de uma integração rápida no mercado de trabalho e um ambiente familiar instável e inconstante. Outros fatores relacionados com o sistema escolar provocam o aparecimento do abandono, isto é, o ambiente escolar instável, a relação conflituosa entre a escola e a comunidade, programa disciplinar inadequado e má utilização, por exemplo, de tecnologias. E, ainda a adoção de comportamentos desviantes e sistema de transporte ineficiente para fazer o percurso casa-escola e escola-casa, também, contribuem para o aumento do desinteresse da escola. (Lourenço, 2013:5-6)

De uma forma mais sintética, no quadro abaixo são apresentados os diferentes indicadores que contribuem para o insucesso e abandono escolar.

Quadro 7. Indicadores associados ao fracasso escolar

Sociedade	Estrutura social
	Exigências educacionais
Família	Nível socioeconómico
	Identidade Cultural
	Dedicação
	Expetativas
Sistema de ensino	Despesa pública
	Formação de professores
	Flexibilidade do currículo
	Sistemas de avaliação e certificação
Escola	Nível socioeconómico
	Cultura escolar
	Gestão e Coordenação
	Participação
Aula	Atitudes e expetativas
	Métodos de ensino
	Avaliação
Aluno	Capacidade
	Motivação
	Desenvolvimento social e afetivo
	Comportamento

Fonte: Rocha (2014:13)

(Adaptado de Marchesi e Gil, 2004 e Marchesi, 2006)

O abandono escolar é um problema social que traz consigo consequências severas a vários níveis para as pessoas, mas, também, para o desenvolvimento do país. Por exemplo, destacam-se consequências a nível de desenvolvimento de conhecimentos, analfabetismo, consumo cultural débil, nomeadamente, a nível de leitura de jornais, livros e consumo de televisão e rádio, dificuldade de integração e participação nas diferentes esferas da sociedade, principalmente no mercado de trabalho, pois mesmo integradas no mercado de trabalho, a ocupação profissional de trabalhos precários é constante.

No combate ao abandono escolar, a escola assume um papel fundamental no desenvolvimento da orientação escolar e profissional. Logo, deve-se ter em linha de conta todos os jovens, principalmente aqueles que apresentam mais dificuldades e que revelam estar mais fragilizados, sendo que esta orientação deve ser realizada de forma individual, mais focalizada, e/ou em sala de aula, se possível, com o apoio de atividades extracurriculares. (Eurydice, 2014:3)

No desenvolvimento da orientação escolar e profissional são vários os profissionais que se encontram envolvidos, nomeadamente, “(...) docentes especializados em orientação, conselheiros de orientação, psicólogos e assistentes sociais. Porém, são os professores sem formação específica nesta área que constituem a categoria de pessoal mais representada quando se trata de acompanhar e de apoiar os alunos no desenvolvimento das suas aspirações escolares e/ou profissionais, bem como no aconselhamento àqueles que manifestam dificuldades ou problemas educacionais. É também de salientar o papel relevante desempenhado pelos parceiros externos na formação do pessoal escolar e no apoio à organização de atividades de orientação.” (Eurydice, 2014:3)

Os cursos de aprendizagem apresentam, para os jovens que desistiram precocemente do sistema escolar, um acompanhamento focalizado e individualizado de cada um dos formandos, como por exemplo, na superação de resultados negativos, sendo que existe uma disponibilidade e empenho do formador para apoiar o formando na obtenção de sucesso escolar.

Quando não se consegue obter algum tipo de progresso, é importante atrair a atenção dos pais para o comportamento dos filhos, sendo que podem apresentar-se dois cenários, ou seja, por um lado há a preocupação dos pais acerca do que se passa no percurso escolar dos seus filhos, e tentam provocar mudanças de atitudes e comportamentos, mas por outro lado, existe a despreocupação face aos acontecimentos, isto é, não há qualquer tipo de responsabilidade sobre as ações dos seus filhos.

Logo, de maneira a atenuar situações de abandono escolar, é necessário desenvolver ações prudentes como a valorização da dupla certificação, apresentada pelos cursos de aprendizagem, reforçar a formação prática para que se crie uma relação mais próxima com o mercado de trabalho, criar estratégias de atuação eficientes para reduzir comportamentos negativos como indisciplina e falta de responsabilidade. Igualmente, deve-se alertar os pais para o valor da sua participação e envolvimento na educação dos filhos, como veremos no capítulo seguinte.

Capítulo 3 - Influência da família nas escolhas e trajetórias dos jovens

A família assume um papel de destaque na trajetória escolar e profissional dos jovens. Como refere António Teixeira Fernandes, “Os jovens são sempre uma função do estado geral da sociedade e do ambiente familiar em que nascem e são socializados” (Fernandes, 2007:256). Os jovens têm o direito de aprender a viver e a relacionar-se com os outros, seja qual for o contexto familiar em que se encontram envolvidos, assim como, a escola necessita de refletir que existem ambientes familiares diferentes e que é importante aprender a lidar com as diferenças sociais existentes.

A família deve ter um papel ativo e constante no percurso escolar dos seus filhos, pois o seu envolvimento e proximidade contribuirão para que os seus filhos se encontrem mais determinados e confiantes na obtenção de resultados positivos, assim como, a sua participação permitirá estabelecer uma relação mais próxima com os professores. Por um lado, estão mais atentos às dificuldades e necessidades apresentadas pelos seus filhos e, por outro lado, no caso de existirem problemas, a sua participação no contexto escolar e a sua relação próxima com os professores permitirá entender qual a origem da ocorrência desses problemas e encontrar possíveis soluções para que os conflitos não voltem a acontecer.

São vários os benefícios que resultam de um equilibrado e ativo envolvimento familiar nas trajetórias escolares dos jovens, como se pode verificar no quadro da página seguinte.

Quadro 8. Benefícios do envolvimento parental

Família	Aluno	Escola
Melhora a comunicação com os professores	Aumenta o sucesso escolar	Mais competente e eficaz
Melhora a comunicação com os filhos	Melhora a atitude perante a escola	Ensino mais centrado no aluno
Melhora a compreensão com os programas escolares	Permite adquirir mais habilidades sociais	Maior relação com as famílias e com a comunidade
Visão positiva em relação à escola	Aumenta a probabilidade de continuar a escolaridade	Professores mais satisfeitos e empenhados
Aumento a confiança e auto-estima	Permite ter melhores hábitos de estudo	
Aumenta o compromisso social e comunitário	Diminuem os conflitos	

Fonte: Barradas (2012:60)

(Adaptado de Fernández et al, 2011)

Contudo, nem sempre o envolvimento familiar demonstra-se positivo em determinados contextos, sendo que, às vezes, não é demonstrado o apoio e envolvimento suficiente no percurso escolar dos seus filhos.

Existem diferentes elementos que podem explicar o reduzido envolvimento dos pais nas trajetórias e escolhas dos filhos. Por exemplo, numa situação de desemprego vivenciada no meio familiar ou até perante uma família com baixos rendimentos, os jovens acabam por ser afetados de várias formas, pois a falta de estabilidade, o fraco apoio familiar e a própria área onde residem contribuem, igualmente, para o desenvolvimento de possíveis comportamentos negativos e reprováveis. O nível de escolaridade dos pais e a sua profissão também influenciam a forma como valorizam a necessidade e o desenvolvimento da aprendizagem na vida dos filhos.

Como já foi referido, os pais apresentam um papel fundamental no que diz respeito à educação dos seus filhos, mas, muitas das vezes, existe uma atitude de desvalorização, isto é, a escola é vista como uma perda de tempo e, em nada, irá contribuir para o desenvolvimento pessoal e profissional dos seus filhos e, claro, isto demonstra um impacto negativo na vida dos jovens em termos de expectativas, logo “(...) os jovens ficam desarmados no ambiente familiar e passam de imediato a ser colonizados pelo meio ambiente, mais do que autónomos e autodirigidos, passam a ser conduzidos pelos outros. Não se desenvolvem as capacidades e os meios de defesa perante as inúmeras dificuldades da vida social. A educação não estará orientada para a

autonomia e, sem esta, facilmente se cai nas mais diversas dependências.” (Fernandes, 2007:257)

Posto isto, este comodismo, em nada, beneficiará um jovem a desenvolver-se a nível pessoal e profissional, a adquirir conhecimentos e aptidões e, o mais importante, a conquistar independência e responsabilidade. E, reconhece-se, hoje em dia, que a escola não pode atuar sozinha para conseguir mudar comportamentos, ou seja, a família deve realizar um esforço e demonstrar responsabilidade na educação dos jovens com o principal objetivo de melhoria constante.

A falta de comunicação da família com o meio escolar e o não acompanhamento do percurso escolar dos jovens destaca-se pelo afastamento e desvalorização apresentados pelos pais, face à escola e, por vezes, “(...) sentem-se responsabilizados e culpabilizados, consciente ou inconscientemente, pelos insucessos dos seus filhos, colocando em causa o seu papel como educadores. Como consequência, os pais oriundos de contextos desfavorecidos, tendem a sentir-se marginalizados pela escola, distanciando-se dela e penalizando, deste modo, os seus educandos transmitindo-lhes mensagens veiculadoras de expectativas reduzidas face a um percurso escolar mais longo pela desvalorização da formação. A escola, por sua vez, institui-se num instrumento de exclusão social e legitimadora de desigualdades.” (Gonçalves, 2007:13).

Em contextos mais desfavorecidos, no meio familiar, existe a necessidade de começar a trabalhar rapidamente, e a possibilidade dos jovens conseguirem desenvolver-se a nível pessoal e profissional acaba por ser posta em causa, pois assume-se, normalmente, o mesmo comportamento que o meio familiar dos jovens apresenta, ou seja, não há lugar para a apreensão de conhecimentos e competências e, apenas, deve-se começar a trabalhar, pelo que o investimento na educação pode ser visto como uma situação anormal e/ou um desenraizamento, ou seja, uma mudança de valores e crenças que não são aceitáveis no seu contexto familiar.

Logo, o contexto familiar pode influenciar o pleno acesso à educação e ao mercado de trabalho e à criação de expectativas e motivações, pois “O volume e a estrutura dos capitais económico, social e cultural da família de origem é, então,

determinante nas oportunidades de continuidade de processo de escolarização e de acesso ao emprego.” (Gonçalves, Parente e Veloso, 1997:15)

Portanto, o meio escolar assume um papel fulcral na construção de uma relação de proximidade com os pais, valorizando a comunicação contínua e mútua para que os pais compreendam de que forma podem ajudar os filhos no desenvolvimento da aprendizagem, por exemplo, no acompanhamento e apoio realizado em casa, ou seja, na concretização de diferentes exercícios e atividades. Assim como, a escola necessita de analisar, compreender e responder às principais dúvidas, inquietações e informações que os pais apresentam.

E, deve-se, então, no que se refere à escola, “(...) mobilizar todos os esforços para esbater as distâncias e as barreiras culturais que ela própria construiu, ultrapassando os fantasmas e medos de serem invadidos e desautorizados, pela adoção de estratégias que permitam às famílias sentirem-se respeitados no seu papel de educadores, acolhidos e reconhecidos como uma mais-valia no sucesso educativo dos seus filhos e interlocutores privilegiados da escola com a comunidade.” (Gonçalves, 2007:13)

As TIC são um importante instrumento de apoio em termos de comunicação e, a participação dos pais em atividades formativas destinadas à aprendizagem do uso das TIC é uma oportunidade para aprender a lidar com diferentes ferramentas, que são habituais no dia-a-dia escolar dos seus filhos e, para além disso, a participação dos pais nalgumas aulas seria importante para compreender o seu funcionamento e observarem o comportamento dos seus filhos, mas também ajudava os pais a compreenderem, de que forma, podem ajudar os filhos na resolução de exercícios, de forma mais atenta, em casa. Assim como, os professores conseguiriam conversar com os pais, e para os próprios filhos, também seria positivo, porque era uma oportunidade para os pais conhecerem o seu dia-a-dia na escola e percepcionarem a importância da escola no desenvolvimento de capacidades e aquisição de conhecimentos.

Em suma, a atuação do sistema de ensino e da formação profissional, principalmente, dos cursos de aprendizagem, revelam-se fundamentais no desenvolvimento a nível pessoal e profissional dos indivíduos, na valorização de si

próprio e das suas capacidades, na demonstração ao seu meio familiar que o investimento na educação e formação é uma mais-valia para o exercício de uma profissão no futuro e no desenvolvimento da capacidade de autonomia e iniciativa, pois “No plano pedagógico, as metodologias de ensino colocam não as disciplinas mas o sujeito aprendente no centro do processo e privilegiam a experimentação, a combinação entre as teorias e as práticas, a articulação entre o estudo e a aprendizagem de saberes técnicos e operativos.” (Capucha, 2010:9)

Capítulo 4 – A transição da escola para o mercado de trabalho

Nos últimos anos, presenciou-se grandes transformações a vários níveis, nomeadamente, a nível económico, social, financeiro e cultural. O que afetou, naturalmente, o mercado de trabalho e, consequentemente, os jovens, pois encontram-se numa posição mais vulnerável relativamente ao mundo do mercado de trabalho, lidando com situações de precariedade, instabilidade salarial e/ou até desemprego.

A transição da escola para o mercado de trabalho pode ser um processo mais difícil ou, por outro lado, mais harmonioso, ou seja, existem diferentes elementos que contribuem para uma integração positiva e/ou negativa no mercado de trabalho. “Schlossberg, porém, chama a atenção para o facto de a transição não ser tanto uma questão de mudança, por si só, mas ter sobretudo a ver com *a percepção do indivíduo relativamente a essa mudança*, pelo que uma transição só funciona como tal se assim for definida pela pessoa que a experimenta.” (Azevedo e Fonseca, 2007:81)

Azevedo e Fonseca (2007:82-83), tendo como referência Schlossberg (1981), expõem os diferentes tipos de acontecimentos no processo de transição, sendo que existe o acontecimento antecipado que se caracteriza pela sua previsibilidade e começo do percurso profissional do indivíduo. Há ainda o acontecimento não antecipado que se destaca pela presença de acontecimentos inesperados como, por exemplo, situação de desemprego. E, por último, a ausência do acontecimento, ou seja, trata-se daquele acontecimento que se deseja alcançar, mas não se consegue facilmente, por exemplo, após o término de um determinado curso, não conseguir arranjar emprego na área desejada.

Face à instabilidade e precariedade verificada no mercado de trabalho, torna-se ainda mais difícil ocupar um emprego estável e bem renumerado. Um dos fatores motivadores para a ocorrência deste tipo de situações é a influência dos contratos precários que apresentam uma renumeração chamativa, mas que tem gerado consequências, “(...) o que está a penalizar os contratos sem termo que começam, cada vez mais a aproximar-se do salário mínimo nacional. Em 2016, o salário médio líquido

de um português a trabalhar por conta de outrem era de 846 euros. O salário mínimo nacional está atualmente fixado nos 580 euros.” (Lopes, 2018) Esta última afirmação refere-se a este ano, 2018.

De acordo com os dados estatísticos apresentados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a taxa de desemprego entre a camada populacional mais jovem, entre os 15 e os 24 anos, apesar de estar a diminuir, ainda se encontra elevada, como é verificado no quadro abaixo.

O quadro 9 apresenta que, é entre os 15 e os 24 anos que se regista uma maior percentagem da taxa de desemprego da população ativa em Portugal. No panorama geral, ou seja, no seu total, ao longo dos últimos meses, a taxa de desemprego entre os 15 e 74 anos, tem vindo a diminuir, isto é, em dezembro de 2017, apresentava cerca de 8,1%, e no mês de abril de 2018 já registava cerca de 7,2%.

Quadro 9. Taxa de desemprego (%) da população ativa com idade entre os 15 e 74 anos por grupo etário

Período	Grupo etário	Taxa de desemprego (%)
Abril 2018	Total	7,2
	15-24 anos	20,2
	25 e mais anos	6,2
Março 2018	Total	7,7
	15-24 anos	22,0
	25 e mais anos	6,6
Fevereiro 2018	Total	8,0
	15-24 anos	21,9
	25 e mais anos	6,9
Janeiro 2018	Total	8,1
	15-24 anos	22,1
	25 e mais anos	7,1
Dezembro 2017	Total	8,1
	15-24 anos	23,0
	25 e mais anos	7,0

Fonte: INE (2018)

O facto da taxa de desemprego ainda encontrar-se elevada entre a população mais jovem remete para alguns aspetos, como o desajustamento existente entre o sistema de ensino/formativo e o mercado de trabalho, revelando-se a importância de refletir e analisar as principais necessidades do mercado de trabalho e as mudanças que ocorrem, constantemente, a nível de contratos de trabalho que, também, contribuem para uma maior instabilidade da posição dos jovens no mercado de trabalho.

Quanto ao fenómeno da transição, são diferentes as reacções das pessoas face ao processo da transição. Azevedo e Fonseca (2007:84) enunciam os diferentes estádios de reacção, a partir dos autores Brammer e Abrego (1981) e Hopson (1981).

Quadro 10. Estádios de reacção

Estádios de reacção	Descrição
Choque e imobilização	Quanto mais se tratar de um acontecimento surpresa, mais susceptível será de provocar sentimentos contraditórios.
Minimização/Negação	Forma de lidar com os sentimentos negativos que decorram da transição, procurando reduzir o impacto do acontecimento.
Depressão	Que pode não ter exatamente uma tradução clínica, mas assumir outras respostas comportamentais, como ansiedade, medo ou tristeza.
“Indiferença” (“letting go”)	Incerteza, hesitação, “deixar andar...”.
Exploração de alternativas	No que pode ser acompanhado por mudanças rápidas de humor, excitação e/ou impaciência, associadas a novas formas de estar que vão sendo “testadas”.
Procura de significado	Através de novos investimentos que vão sendo experimentados.
Integração	Fase de <i>renovação</i> , caracterizada pela adesão a novas concepções e a novos valores.

Fonte: Azevedo e Fonseca (2007:84)

Mesmo a questão da adaptação pode apresentar diferentes perspetivas, ou seja, numa fase de transição, aspetos que se prendem com as mudanças, podem revelar-se positivos ou negativos. Igualmente, a própria personalidade do indivíduo influencia a

sua capacidade de adaptação, assim como o meio onde se encontra inserido, também, contribuirá para compreender o processo de transição e adaptação ao mesmo. (Azevedo e Fonseca, 2007:88)

A situação familiar em que o indivíduo se encontra, também, influencia o seu nível de adaptação ao contexto escolar/formativo, mas também, ao mercado de trabalho, por exemplo, o apoio e clima familiar vivido pelo indivíduo, sendo ele positivo ou negativo, terá repercussões na sua capacidade de resposta, em termos de autonomia, responsabilidade e comportamento face a diferentes situações que se confrontará num futuro profissional, e, desta forma, consegue-se, igualmente, perceber qual o nível de adaptação do indivíduo e a sua capacidade de autodomínio e reflexão nas situações mais difíceis.

Após a conclusão do ensino secundário e/ou de formação, destacam-se diferentes tipos de percurso que os jovens podem adotar no que diz respeito à sua integração social e profissional. Tendo como base a tipologia de percursos de Filmus, Miranda e Otero (2004), Azevedo e Fonseca (2007:68,69) pronunciam-se sobre esses mesmos percursos, sendo que existe um percurso em que os indivíduos prosseguem os estudos e, basicamente, é a sua ocupação principal. Depois, há o percurso dos indivíduos que têm, como ocupação principal, o seu emprego, e o percurso dos indivíduos que conciliam os estudos com o trabalho. Um outro tipo de percurso é o errático que se trata do indivíduo que apresenta variações entre o sistema educativo e o mercado de trabalho, não tendo uma posição objectiva da sua atividade principal, o tipo de percurso vulnerável que caracteriza-se pela inactividade, mas os indivíduos já trabalharam e/ou estudaram e, por último, o percurso de risco que engloba os indivíduos que não se encontram a fazer rigorosamente nada.

Os jovens, como já foi referido, é a categoria populacional que mais se apresenta fragilizada e afetada pelas constantes transformações no mercado laboral e, aquando a sua entrada nesse mesmo mercado, confrontam-se com situações de contratos precários, nomeadamente a termo certo e recibos verdes. “Uma parte considerável dos jovens que chega ao mercado de emprego debate-se com a necessidade de aceitar este tipo de contrato, o que vai implicar uma maior insegurança laboral. Nomeadamente, torna os

jovens mais vulneráveis a processos de *downsizing* e outras reorganizações organizacionais.” (Guerreiro e Pegado (coords.), 2006:19).

Toda esta situação traz consigo sentimentos de incerteza, distanciando-se daquilo que realmente os jovens desejam, ou seja, concretizar os seus objetivos pessoais e profissionais, a longo prazo, nomeadamente, construir família e desenvolver uma carreira plena e estável, pois “(...) procuram, cada vez mais, circular entre trabalhos criativos e emocionantes, com tempos e espaços muito flexíveis e em que possam conhecer diferentes locais e diversas pessoas. Por outro lado, este tipo de trabalho continua a caracterizar segmentos específicos e muito minoritários do mercado de trabalho, permanecendo este dominado por empregos rotineiros, em que os horários e locais de trabalho são rígidos e bem definidos.” (Guerreiro e Pegado (coords.), 2006:20)

O financiamento europeu tem sido uma grande aposta, pois permitiu o desenvolvimento e a melhoria de programas de apoio, por exemplo, na integração do mercado de trabalho e na formação profissional, mas, apesar dos esforços, continuam a ser “(...) insuficientes perante o universo de constrangimentos que sofrem os jovens portugueses e, por outro lado, parecem algo desarticulados, burocratizados e desajustados das realidades sociais que os jovens vivem.” (Guerreiro e Pegado (coords.), 2006:21)

Portanto, importa aqui o contínuo desenvolvimento de políticas, a nível da educação e formação, que ajudem os jovens no processo de transição entre a escola e o mercado de trabalho. Logo, deve ser reforçado o apoio, fornecido aos jovens, no acesso ao emprego, principalmente na procura de emprego, mas também na sua integração e, para isso, torna-se importante estabelecer uma relação mais próxima com o mercado de trabalho, por exemplo, ainda no contexto escolar, por exemplo, no ensino secundário, nos cursos de formação profissional e/ou no ensino superior, deve-se promover visitas a determinadas empresas, pois torna-se uma oportunidade de conhecer o seu processo de funcionamento, clima organizacional, capacidade organizativa, entre outros elementos. E, a realização de estágios, como no caso dos cursos de aprendizagem, também fornecem aos jovens uma experiência e preparação profissional.

Em suma, a educação não deve ter como único foco, o desenvolvimento e preparação do indivíduo para o mercado de trabalho, mas sim “(...) deve focar a construção pessoal e social de cada cidadão que se faz na vida, ao longo da vida, com a vida, com os outros, em sociedade, um autêntico estaleiro, diríamos nós, onde cada jovem se desenvolve (como um novelo que se des-envolve) e procura sentido para a sua vida nas relações que constrói com os demais cidadãos, luta por um espaço, um lugar, um modo próprio de ser e estar, em proximidade e solidariedade.” (Azevedo e Fonseca, 2007:49)

4.1. Protótipo do inquérito por questionário sobre “A transição dos jovens do contexto formativo para o mercado de trabalho”

O protótipo do inquérito por questionário⁵ construído destina-se a ex-formandos, do CFP, que concluíram o seu curso há cerca de um ano e meio.

A razão pela qual o inquérito por questionário não foi aplicado incide na existência de dificuldades para contactar os ex-formandos, após a sua saída do CFP, ou seja, muitas das vezes, o contacto por email e/ou por telefone não é correspondido. Então, o inquérito por questionário desenvolvido irá ser apresentado ao CFP e, se possível, ser aplicado, posteriormente, a ex-formandos.

O inquérito tem como principal objetivo recolher informação acerca da transição dos ex-formandos do contexto formativo para o mercado de trabalho, isto é, compreender se o processo de transição foi pleno ou mais árduo, tendo em linha de conta o curso que o ex-formando frequentou, o percurso profissional que apresentou antes e após a sua participação no curso de aprendizagem, o tipo de relação que se pode estabelecer entre a formação profissional e o mercado de trabalho, ou seja, se existe ou não algum tipo de complementaridade entre as duas partes e, claro, o que os ex-formandos valorizam no mercado de trabalho e de que forma se apresentam satisfeitos ou não com o exercício da sua profissão. Apesar de não existirem resultados, a abordagem do protótipo do inquérito por questionário neste capítulo torna-se importante

⁵ Ver Anexo 3.

devido ao desenvolvimento de um quadro teórico sobre a transição da escola para o mercado de trabalho que influenciou, de alguma forma, algumas das questões colocadas.

Quanto à sua estrutura, o inquérito é composto por diferentes grupos. O primeiro grupo é dedicado à caracterização sociodemográfica do ex-formando, englobando, igualmente, questões acerca dos seus pais, em termos de profissão e nível de escolaridade.

O segundo grupo refere-se à formação profissional e são apresentadas questões relativamente ao curso frequentado no CFP, assim como, existem questões relacionadas com a tomada de conhecimento do curso de aprendizagem, a razão pela qual ingressou no curso e o grau de importância atribuído na entrada do mesmo. O terceiro grupo diz respeito ao percurso profissional do ex-formando antes e após da sua participação no curso de aprendizagem. E, como, atualmente se encontra, tendo em linha de conta, para quem está empregado, aspetos como o salário, tipo de contrato de trabalho, tipo de empresa, número de horas de trabalho e, para quem está desempregado, existem questões que abrangem o número de vezes que se encontrou desempregado, a duração da situação de desemprego, o que contribuiu para essa situação e o que os jovens eram capazes de aceitar no exercício de uma profissão para abandonar a situação de desemprego.

O quarto grupo apresenta a relação entre a formação profissional e o emprego, ou seja, pretende-se compreender o nível de adequação, em termos de conhecimentos e competências, entre o curso de aprendizagem frequentado e o posto de trabalho que exerce ou que já exerceu, caso esteja desempregado/a e que importância tem o curso que o ex-formando frequentou.

O último grupo refere-se aos valores e satisfação no mercado de trabalho, destacando-se a intenção de entender o grau de satisfação dos ex-formandos face ao seu atual emprego ou o último, caso esteja desempregado/a, assim como, compreender o que os jovens mais valorizam no mercado de trabalho.

Capítulo 5 – A organização acolhedora do estágio curricular

5.1. Caraterização do local do estágio

A organização acolhedora foi o CFP, pertencente a um grande grupo empresarial que atua a nível nacional e internacional, e inaugurado em 1997, situando-se na cidade do Porto. Trata-se de uma entidade formadora que é beneficiária de financiamento público, certificada pela Direção-Geral do Emprego e das Relações de trabalho (DGERT) e encontra-se articulada com o IEFP. O pedido de certificação foi efetuado, em 2012, para despoletar o desenvolvimento de elementos como as áreas de educação e formação e pedidos de financiamento. Este pedido de certificação veio fortalecer o que o CFP, na aplicação de cursos de aprendizagem, pretende melhorar e desenvolver ao longo dos anos, nomeadamente, contribuir para a integração profissional dos jovens, aumentar os seus níveis de qualificação e, claro, o mais importante, neste caso específico, abrir horizontes e desenvolver competências e aptidões de públicos com baixos recursos socioeconómicos.

Para a realização da atividade formativa e financiamento existe um protocolo entre o IEFP e uma Fundação, com o objetivo de refletir e atuar de acordo com as principais exigências do atual mercado de trabalho e promover a qualificação dos jovens.

De uma forma mais explícita, cabe ao IEFP a designação das áreas de formação, todos os anos, o financiamento das ações de formação, a validação de candidaturas, tendo em linha de conta, por exemplo, a monitorização a nível de recursos humanos, financeiro e de equipamentos da entidade formadora. (Portaria n.º1497/2008, cap.2, art4.º)

Quanto à Fundação, o seu papel remete para o estabelecimento de condições físicas e humanas para operacionalizar a formação, seja a nível sociocultural, científico e tecnológico e assume um papel fulcral no processo de certificação. Assim como, realiza um controlo a nível técnico e pedagógico da entidade formadora, regulariza a aprovação de formandos e acompanha o desenvolvimento das atividades formativas e a composição das equipas formativas. Além do referido anteriormente, fornece o acesso

aos equipamentos devidos e assegura os principais requisitos a nível de saúde, higiene e segurança no trabalho.

O CFP é certificado em cinco áreas de formação, nomeadamente, a construção civil e engenharia civil (técnico/a de Obra/Condutor/a de Obra, Técnico/a de Medições e Orçamentos), Eletricidade e Energia (Técnico/a de Instalações Elétricas, Técnico/a de Refrigeração e Climatização), Segurança e Higiene do Trabalho (Técnico/a de Higiene e Segurança no trabalho), Secretariado e Trabalho Administrativo (Técnico/a Administrativo/a), Enquadramento na organização/empresa (Técnico/a de Qualidade).

Os cursos de formação, na modalidade de cursos de aprendizagem, em regime de alternância, apresentados no CFP, têm uma forte componente teórico-prática e componente prática em contexto real de trabalho. Dirigem-se a jovens que, neste caso, apresentam baixos recursos socioeconómicos e que abandonaram muito cedo o sistema educativo, sendo a sua principal finalidade a dupla certificação (nível IV e equivalência ao 12ºano), fornecer aos jovens uma positiva integração no mercado de trabalho e, por ventura, reforçar a importância de ingressar um curso superior, valorizando, desta forma, o potencial destes jovens.

No que se refere a recursos humanos, a entidade formadora (gestores de formação) responsabiliza-se pela planificação, realização, acompanhamento e verificação de toda a ação formativa, assim como, pelo estabelecimento da equipa pedagógica e as turmas de formandos, tendo, sempre, em consideração, os requisitos necessários. (Portaria n.º1497/2008, cap.4, art12.º) Existe, também, um coordenador pedagógico que se responsabiliza por um acompanhamento pedagógico e constante dos formandos, e possui uma relação próxima com os gestores de formação e equipa de formadores, sendo que assume um papel fundamental nas ações de formação a nível pedagógico e organizacional. (MTSS, DGERT e DSQA, 2017)

Há, ainda, um responsável pedagógico/coordenador de turma que acompanha e orienta de forma individualizada, a nível social e pedagógico, os formandos e articula-se com a equipa técnico-pedagógica. (Portaria n.º1497/2008, cap. 4, art13.º) Desenvolve e atualiza, ainda, frequentemente o dossiê técnico-pedagógico e, claro, participa na avaliação final dos formandos. Quanto aos formadores, estes devem cumprir o

programa da atividade formativa, organizar planos de sessão, englobando a utilização de manuais, apresentação de exercícios, supervisionar ações de formação e aplicar, devidamente, o sistema de avaliação. (MTSS, DGERT e DSQA, 2017) No que diz respeito ao tutor, este faz o devido acompanhamento dos formandos na empresa em que se encontram a estagiar, assim como, é elaborado um plano individual de atividades a realizar pelos formandos, cria as condições essenciais em termos logísticos e materiais e realiza a avaliação do desempenho do formando. (Portaria n.º1497/2008, cap.3, art9.º)

O apoio administrativo/atendimento, no CFP, destaca-se pela presença de uma funcionária que dedica-se ao atendimento das pessoas, desempenha tarefas de cariz administrativo e fornece apoio no desenvolvimento da ação formativa. Quanto à contabilidade da entidade formadora, trata-se de uma empresa externa que detêm a sua responsabilidade contabilística e fiscal.

Quanto aos recursos físicos, a entidade formadora tem um espaço próprio para o atendimento diário, instalações sanitárias, um bar, uma sala de convívio, uma sala de estudo, uma sala de reuniões, dois gabinetes técnicos e espaço de arrumos. Em contexto de formação em sala, teórico-prática, há três salas de cariz teórico, uma oficina de refrigeração e climatização, uma oficina de obra e uma oficina de eletricidade, salientando que as oficinas demonstram o caráter mais prático e específico do curso. E, ainda, existe uma sala de informática, onde os formandos adquirem conhecimentos acerca da utilização de diferentes programas necessários para o desenvolvimento e apresentação de trabalhos e, por exemplo, onde assiste-se ao treinamento e desenvolvimento da técnica de desenho em 2D, uma das disciplinas específicas do curso de Técnico/a de Refrigeração e Climatização.

Para o funcionamento da atividade formativa, a entidade formadora, em termos quantitativos, deve ter em linha de conta, o número de formandos e formadores, a quantidade de ações de formação, custos, entre outros elementos. E, em termos qualitativos, existe a necessidade de avaliar o desempenho dos formadores, coordenadores e formandos, assim como, avaliar a qualidade das ações de formação e o nível de integração profissional dos formandos. (MTSS, DGERT e DSQA, 2017)

Existe todo um conjunto de aspetos que se devem cumprir antes, durante e após a formação, no CFP.

Antes do início do curso, no CFP, são recolhidas todas as inscrições dos formandos. De seguida, a sua seleção é efetuada pelo Centro de Emprego e, depois, o CFP recebe a lista de formandos selecionados e realiza-se o contacto com os mesmos, para verificar e confirmar a sua inscrição no respetivo curso. Posteriormente, existe uma reunião com a equipa técnico-pedagógica para realizar a apresentação dos formandos e demonstrar o processo de funcionamento da atividade formativa.

No CFP, o coordenador pedagógico auxiliado pelo responsável pedagógico/coordenador de turma assumem um papel fundamental na concretização da formação, nomeadamente, no acompanhamento semanal de cada um dos formandos, controlando, por exemplo, a questão da assiduidade, o cumprimento das atividades propostas e preenchimento de inquéritos para avaliar diferentes aspetos. E, realiza-se, igualmente, reuniões mensais para efetuar um balanço da situação dos formandos e reuniões trimestrais de avaliação intermédia com os formadores para discutir alguns aspetos acerca dos formandos, por exemplo, a superação de conflitos entre formandos ou entre estes e formadores.

O papel do coordenador pedagógico, do responsável pedagógico/coordenador de turma e do tutor, durante a atividade formativa, são relevantes na componente prática em contexto real de trabalho, pois através de visitas de acompanhamento dos formandos nas diferentes empresas, o controlo de assiduidade, comportamento, cumprimento das atividades propostas e a ocorrência de conflitos são avaliados e analisados.

O IEFP encontra-se sempre presente, devendo-lhe ser comunicado tudo o que se passa acerca do desenvolvimento da ação formativa. (Portaria n.º 1497/2008, cap.4, art12.º) Por exemplo, o processo de assiduidade dos formandos e comunicação de possíveis desistências.

A atribuição dos diferentes apoios sociais depende da assiduidade dos formandos e do seu nível de aproveitamento durante o percurso formativo. Os apoios sociais desenvolvidos, no CFP, são uma bolsa de profissionalização (paga mensalmente, sendo que o seu valor máximo é de 10% do Indexante de Apoios Sociais), o subsídio de

alimentação (atribuído nos dias em que a atividade formativa frequentada seja igual ou superior a três horas), o reembolso do valor do passe (quantia correspondente aos custos das viagens em transportes públicos para fazer o percurso casa-CFP), a bolsa de material de estudo (atribuída de acordo com o nível de escassez de recursos económicos, tendo em linha de conta o escalão de abono de família atribuído pelo Ministério da Educação) e o subsídio de acolhimento de crianças (comprovar a necessidade de entregar, a terceiros, o acolhimento de crianças e/ou outros dependentes para participar no curso de aprendizagem; limite máximo de 50% do Indexante de Apoios Sociais). (IEFP, 2018)

A sua atribuição, no caso da existência de faltas, só é realizada se as mesmas forem devidamente justificadas, pois se isso não acontecer, a bolsa de profissionalização, as despesas de transporte e o subsídio de alimentação podem ser afetados.

No final da atividade formativa, reúne-se toda a equipa técnico-pedagógica para apresentar os resultados de avaliação, problemas, dúvidas, propostas, ações corretivas e de melhoria. Assim como, discute-se os resultados da avaliação final dos formandos e, posteriormente, reúne-se com os encarregados de educação para apresentar as avaliações dos formandos.

Depois de estabelecidas as pautas de avaliação final, estas são enviadas ao IEF, juntamente com uma cópia do dossiê técnico-pedagógico. Este último reúne toda a informação relativa à atividade formativa, sendo que para a sua elaboração, há a participação dos gestores de formação, do coordenador pedagógico, responsável pedagógico/coordenador de turma, formadores e pessoal administrativo/atendimento. Os vários elementos que integram o dossiê técnico-pedagógico vão desde a identificação da ação, dos formandos, dos formadores, desenvolvimento curricular (sumários, listagem dos formandos, registo de assiduidade, ocorrências), atas, propostas e relatórios, cronograma, contratos de formadores e de formandos. A formação prática em contexto real de trabalho, também, consta neste dossiê e engloba a lista de entidades de apoio à alternância, plano de atividades e relatórios de acompanhamento. A avaliação da aprendizagem é acompanhada por grelhas de avaliação, questionários de avaliação de formandos e formadores, relatórios e pautas de avaliação final e, ainda, certificados e

diplomas. (MTSS, DGERT e DSQA, 2017) Acrescentando os recursos didáticos (manuais e textos de apoio), pagamentos (petições, ficha de subsídios de transporte, fotocópias de passes, atestados), informações a encarregados de educação, avaliação pós-formação (questionários de avaliação).

No CFP, a avaliação passa pela análise dos conhecimentos adquiridos antes, durante e após a formação. Primeiramente, é efetuada uma avaliação diagnóstica que se caracteriza pela avaliação realizada, no início de cada UFCD, para perceber os conhecimentos dos formandos relativamente ao tema. A seguir, desenvolve-se a avaliação formativa que se regista ao longo do percurso formativo e existe a possibilidade de detetar dificuldades e fazer melhorias. A avaliação sumativa acontece no fim do período formativo e corresponde à verificação dos conhecimentos obtidos pelos formandos, numa escala de 0 a 20 valores. (MTSS, DGERT e DSQA, 2017) No que diz respeito à avaliação da formação prática em contexto real de trabalho, a avaliação do formando será assegurada por um tutor da entidade de apoio à alternância em articulação com a entidade formadora. Aqui, o tutor apresentará a sua apreciação, acerca do percurso do formando, e atribuirá uma classificação numa escala de 0 a 20 valores.

A avaliação final do curso pauta-se pela realização da Prova de Avaliação Final (PAF) na qual só quem teve aproveitamento, anteriormente, é que a realiza. O seu período de duração varia entre as 12 e as 18 horas e, basicamente, trata-se de uma prova prática para avaliar as capacidades e conhecimentos. O júri da PAF é composto pelo responsável pedagógico da ação, formador da componente tecnológica, formador da componente sociocultural, formador da área científica e, se possível, um tutor. (Portaria n.º1497/2008, cap.5, art17º)

No caso do formando não ter sido aprovado ou que não tenha aparecido à PAF pode incitar, por escrito, a realização de uma nova prova, no prazo de 15 dias, depois da divulgação dos resultados, sendo que a nova PAF acontecerá no período máximo de um ano. E, se não conseguir na entidade formadora onde está inserido, esta terá que solicitar ao IEFEP uma outra entidade formadora para a realizar. (Portaria n.º1497/2008, cap.5, art17.º)

A classificação final do período de formação alcança-se pela média dos resultados das componentes de formação, tendo em linha de conta a primeira fórmula, e a classificação final do curso rege-se pela média das classificações dos diferentes períodos formativos, como exemplifica a segunda fórmula. (Portaria n.º1497/2008, cap.5, art19.º)

$$CFp = (FSC+FC+2FT+FP)/5$$

$$CF = (3CFp+PAF)/4$$

A registar que todas as componentes de formação devem ter a classificação mínima de 10 valores, assim como a PAF. (Portaria n.º1497/2008, cap.5, art19.º)

Quanto ao acompanhamento pós-formação, há o envio do questionário de avaliação pós-formação para os ex-formandos e/ou entrevista pós-formação, após 6 meses da conclusão do curso. De seguida, há a receção dos questionários de avaliação pós-formação, por correio electrónico, ou no caso das entrevistas, via telefone ou pessoalmente. Posto isto, desenvolve-se o tratamento estatístico, da informação recebida, em folha de cálculo. E, finalmente, sistematiza-se a informação recolhida, anteriormente, e é integrada no Balanço de Atividade.

Normalmente, analisa-se elementos como a integração profissional, o nível de satisfação acerca das competências adquiridas e possibilidade de as aplicar numa atividade profissional e, por conseguinte, o grau de melhoria do seu desempenho no contexto profissional. (MTSS, DGERT e DSQA, 2017) Este tipo de avaliação pós-formação, por vezes, não é conseguido, devido à falta de resposta dos ex-formandos do CFP.

No que diz respeito à divulgação e promoção da atividade formativa, ainda não referida, o gestor de formação assume um papel central, não excluindo o auxílio da coordenação pedagógica, dos formadores e do pessoal de atendimento. A divulgação da oferta formativa passa pela publicação de anúncios na imprensa, impressão e distribuição de flyers e cartazes, utilização do website, participação em eventos organizados por instituições escolares, centros de emprego, portais online, newsletter. A mensagem pretendida deve ser transmitida ao outro com clareza e veracidade, e relativamente à sua participação, no caso de diferentes eventos/atividades, os gestores

de formação planeiam e preparam antecipadamente a organização de materiais, equipamentos e documentos necessários para a divulgação da oferta formativa, tendo em linha de conta diferentes públicos-alvo.

Durante o estágio curricular encontravam-se dois cursos a decorrer, nomeadamente uma turma de Técnico/a de Instalações Elétricas e duas turmas de Técnico/a de Refrigeração e Climatização, sendo que a primeira frequentava o terceiro e último ano de formação e, quanto ao segundo curso, este é composto por duas turmas, que se apresentavam em estágio nas diferentes entidades de apoio à alternância, salientando-se que uma turma encontrava-se no 2ºano e a outra turma no término do curso de formação, ou seja, no 3ºano.

O curso Técnico/a de Instalações Elétricas⁶ corresponde, de acordo com o Catálogo Nacional de Qualificações, à área de formação 522. Eletricidade e Energia. Em síntese, trata-se de um profissional qualificado que se encontra preparado para desempenhar tarefas específicas, relacionadas com instalações elétricas de baixa e média tensão, assim como, efetua o diagnóstico de possíveis avarias e realiza as respetivas reparações, respeitando sempre as normas de higiene e segurança. (Catálogo Nacional das Qualificações, p.3)

As suas principais atividades passam por “Orientar e/ou efetuar a instalação de equipamentos eléctricos/electrónicos e instalações elétricas de utilização de baixa e média tensão, de comando, sinalização e proteção, industriais e de distribuição de energia elétrica, de acordo com as instruções técnicas e plano de instalação; Efetuar a instalação de equipamentos e sistemas de telecomunicações em edifícios, utilizando tecnologias, técnicas e instrumentos adequados, de acordo com as instruções técnicas, regulamentação específica e manuais de fabricante, respeitando as normas de segurança de pessoas e equipamentos; Efetuar orçamentos relativos à execução, manutenção e/ou reparação de instalações elétricas, efetuando, nomeadamente os cálculos de materiais, equipamentos, mão-de-obra e tempos de trabalho; Elaborar relatórios e preencher documentação técnica relativa à atividade desenvolvida.” (Catálogo Nacional das Qualificações, p.3)

⁶ Ver Anexo 6.

No que diz respeito ao curso Técnico/a de Refrigeração e Climatização⁷, este também enquadra-se na área de formação 522. Eletricidade e Energia, de acordo com o Catálogo Nacional das Qualificações. Em suma, destina-se a “Programar, organizar e coordenar a execução da instalação e da manutenção de sistemas comerciais e industriais de refrigeração ou de sistemas domésticos, comerciais e industriais de climatização (...)” (Catálogo Nacional das Qualificações, p.2)

As atividades desenvolvidas por este profissional passam por “Programar e organizar a instalação e/ou manutenção de sistemas comerciais e industriais de refrigeração ou de sistemas domésticos, comerciais e industriais de climatização. Coordenar e supervisionar a instalação de unidades, equipamentos e outros componentes de sistemas e industriais de refrigeração; coordenar e supervisionar a manutenção preventiva de sistemas comerciais e industriais de refrigeração; prestar esclarecimentos e efetuar recomendações aos clientes no sentido da utilização correta e otimizada dos sistemas comerciais e industriais de refrigeração ou de sistemas domésticos, comerciais e industriais de climatização.” (Catálogo Nacional de Qualificações, p.2)

O estágio curricular tornou-se uma oportunidade para entender, de perto, a realidade social, económica, escolar e cultural dos diferentes formandos.

A maioria dos formandos, que passam pelo CFP, apresenta baixos recursos socioeconómicos, sendo que as famílias, de alguns destes jovens, vivem do rendimento social de inserção (RSI). A influência da condição socioeconómica, do clima familiar e do contexto de aprendizagem, que se desenvolve dentro das suas casas, vai passando de uma geração para a outra, pois acaba por não ser apenas os pais que vivem do RSI, mas também se constata avós, tios e até irmãos, logo, é apresentado um ciclo vicioso, que têm repercussões, como veremos adiante, nos comportamentos e atitudes dos formandos.

Noutras situações, os pais apresentam uma situação laboral muito frágil, devido à ausência de qualificações suficientes para ocupar um posto de trabalho estável e acabam por não conseguir encontrar estabilidade económica, nem condições

⁷ Ver Anexo 5.

habitacionais razoáveis. No que diz respeito à ocupação profissional, o mundo do subemprego encontra-se muito presente, assim como, a questão da economia paralela.

As reuniões, que ocorreram durante o estágio curricular, permitiram entender os motivos pelos quais alguns formandos agem de determinada forma, tendo como referência, o contexto familiar em que se encontram envolvidos. É possível destacar alguns exemplos, mais concretamente, existia um formando que revelava um grande esforço para conseguir tirar boas notas, mas também apresentava algumas dificuldades de aprendizagem e problemas no que diz respeito à criação de uma relação de proximidade com os outros colegas, pois o seu grau de confiança nos outros apresentava-se, praticamente, nulo. Posto isto, depois da nossa participação em reuniões da equipa técnico-pedagógica, entendeu-se que este formando vivia uma situação familiar muito frágil, onde o contacto com situações de toxicodependência e violência era constante e a própria área de residência também era considerada uma zona problemática.

O facto do formando viver um clima familiar instável e não ter apoio e confiança necessária levou-o a não relacionar-se com os colegas que apresentassem algum tipo de comportamento de risco, por exemplo, o ato de fumar, e abominava qualquer tipo de situação de desvio que o faria lembrar o seu contexto familiar e, além disso, tudo o que se apresentava fora do padrão normal era-lhe considerado estranho. Apenas encontrava apoio nos formadores, pois no final de cada aula, aproveitava para conversar um pouco com eles.

Numa outra situação, presenciou-se o mau estar de um formando, tendo ataques e espasmos e como sofre de esquizofrenia e problemas cardíacos, logo, precisou rapidamente de emergência médica. E, também, suspeitou-se que fumou alguma substância química, pois como tomava medicação, alguma coisa fez com que lhe provocasse alterações no organismo, sendo que não era a primeira vez que acontecia algo semelhante. E, todos os intervenientes no espaço formativo preocuparam-se com ele e acompanharam-no e auxiliaram-no da melhor forma possível, como acontece com os restantes formandos.

Contudo, é necessário destacar que a resposta da família a este tipo de situações, por vezes, não é a melhor, ou seja, existe uma atitude de desvalorização e irresponsabilidade face aos acontecimentos.

Por outro lado, é relevado um esforço enorme do CFP em estabelecer um diálogo com base na cooperação, partilha e entreaajuda com os formandos. As iniciativas do CFP são um bom exemplo, pois, muitas das vezes, assiste-se a comportamentos negativos dos formandos, seja a nível da assiduidade e pontualidade, faltas de respeito e de responsabilidade, entre outros aspetos, e o que se torna notório são as tentativas constantes da entidade formadora em transformar esses comportamentos e atitudes através da oferta de pequenos-almoços, aulas mais expositivas e interventivas e, em situações mais complicadas, a ajuda dos pais para tentar arranjar uma solução para os comportamentos negativos ou, pelo menos, para consciencializar os seus filhos acerca das consequências que podem resultar da adoção de comportamentos negativos. Mas, nem sempre é fácil, pois existe quase como uma fronteira e deixam os jovens nas mãos deles próprios, ou seja, não há uma valorização do papel da educação e formação, nem qualquer tipo de chamada de atenção ao comportamento dos filhos.

No que diz respeito ao percurso formativo dos formandos, existe um acompanhamento focalizado e individualizado de cada um dos formandos. Por exemplo, existe a orientação de formandos na melhoria de resultados negativos em testes e/ou trabalhos, sendo que existe o reforço do papel do formador no apoio a estes formandos, que no período de atividades extracurriculares, o formador ajuda o formando na resolução de diferentes tarefas e/ou atividades. Por vezes, não é um processo fácil e rápido de solucionar, pois de um lado, há os formadores e gestores de formação que se preocupam com o percurso formativo dos formandos, tentando ajudar da melhor forma possível para obterem sucesso, mas não encontram uma resposta positiva do lado dos formandos, que acabam por aproveitar-se da boa vontade e preocupação de quem os quer ajudar a ter uma vida melhor e a ter um futuro profissional positivo, assistindo-se, assim, a formandos que não comparecem às atividades de recuperação, que excedem o limite de faltas estabelecido e têm problemas de assiduidade e pontualidade.

Apesar de todas as circunstâncias, este acompanhamento focalizado é importante, porque no início e durante o percurso formativo, alguns dos formandos

apresentam uma intensa dificuldade de aprendizagem de aspetos e conteúdos mais básicos e um fraco conhecimento de cultura geral. Esta situação deve-se ao abandono escolar precoce do sistema de ensino e ao seu insucesso, mas, também, à ausência de um apoio e harmonia familiar durante a sua permanência na escola.

Nem sempre é fácil contornar este tipo de situações, mas denota-se um esforço do CFP para que os formandos tenham um percurso formativo minimamente razoável.

O CFP acolhe jovens de diferentes zonas problemáticas do Porto e, no meio onde vivem, na maioria das vezes, o investimento na educação não é visto como uma mais-valia na construção de uma vida melhor. Por exemplo, há alguns anos atrás, o CFP acolheu um jovem que saiu do seu bairro para ir viver para uma pousada enquanto estudava no CFP, pois vivia em condições praticamente inabitáveis, mas ao fim de quase três anos, mais concretamente, a dois meses do fim, acabou por desistir do curso, porque perante a sua família e o seu grupo de pares não era importante estudar, ter algum progresso a nível pessoal e profissional, pelo que era importante “trabalhar” (vender substâncias ilícitas) e não o resto, sendo penalizado e envergonhado por quem se encontrava à sua volta.

A importância de adquirir responsabilidade, também, torna-se difícil de alcançar, e o facto de não existir horários, não saber cumprir regras em contexto prático de trabalho, a postura dos jovens acaba por ser criticada na parte da avaliação. Então, no CFP, por vezes, é questionado o seguinte, se em casa, as pessoas que vivem lá, não trabalham e levantam-se às horas que lhes apetece, como é que é possível terem motivação para melhorar a sua vida? Em situações específicas comunica-se com os pais e o que se ouve do outro lado é “Já lhe disse!”, “Já o avisei”, “Já tem 18 anos, não quero saber!”. Há uma perda de controlo total da sua vida e comportamento. Depois, quando começam a formar família e surgir a necessidade de sustento e de ter um trabalho, começam a dar valor, mas já tardiamente, que era importante a obtenção de um curso de formação profissional para conseguir uma vida melhor.

A formação prática em contexto de trabalho, existente no CFP, é uma positiva oportunidade para que os jovens tenham uma experiência a nível profissional. E, no resultado de uma boa conduta, aplicação correta dos conhecimentos obtidos,

comportamento adequado nas empresas e um satisfatório resultado na componente de formação prática em contexto real de trabalho, a probabilidade dessas empresas integrarem os jovens, após a conclusão do seu percurso formativo, é muito grande, pois as empresas, aquando do acolhimento de formandos no estágio, conseguiram perceber as suas aptidões e competências na resolução de problemas e a sua capacidade de autonomia e responsabilidade.

Neste âmbito, dos cursos de aprendizagem em alternância, seria importante a participação da família dos formandos em atividades ou sessões relacionadas com os cursos de aprendizagem com o principal objetivo de entender o seu papel no trajeto pessoal e profissional dos jovens, contribuindo para o desenvolvimento das suas capacidades, obtenção de responsabilidade e autonomia e aumento das suas motivações e expectativas para viver de forma equilibrada e digna. Os dias abertos e momentos festivos, como por exemplo, a época natalícia e/ou comemoração de aniversário do CFP, ou outras datas especiais seriam uma oportunidade para os pais participarem e observarem de perto e entenderem qual a missão e os valores apresentados pelo CFP, de forma a despertarem uma atitude de mudança, mas também informarem-se e consciencializarem-se da importância do seu envolvimento no percurso formativo dos seus filhos.

5.2. Atividades realizadas no estágio curricular

As atividades desenvolvidas, no local de estágio, basearam-se no conhecimento e reflexão de todo o processo formativo, ou seja, através da leitura de dossiês técnico-pedagógicos, Manual de Qualidade da Certificação pela DGERT, processos dos formandos e dos formadores. Assim como, acompanhamos o percurso dos formandos, a nível pessoal, tendo em linha de conta a sua participação, comportamento, assiduidade à formação teórico-prática e à formação prática em contexto real de trabalho e a nível social, ou seja, as relações entre formandos e formadores e entre os próprios formandos.

A participação em sessões direcionadas para os formandos tornaram-se importantes para compreender o seu tipo de comportamento a nível da atenção, discussão e participação. Assim como, a participação em reuniões da equipa técnico-

pedagógica foi uma boa experiência, pois existia o acompanhamento de todo o processo de avaliação atribuído aos formandos, compreensão do seu comportamento positivo e/ou negativo em estágio, e se, por ventura, existiu alguma mudança de comportamento, ou seja, a adoção de uma correta postura e tomada de responsabilidade ou o contrário. Para além disso, participamos em reuniões que se destinavam à discussão de novas propostas e novos tipos de curso, como a aposta na formação contínua, que seriam importantes implementar no Centro, dado o número reduzido de inscrições para os cursos já existentes.

Aprendemos, igualmente, como funciona o processamento de informação em programas como o software de gestão (SAP) que permite realizar um conjunto de tarefas relacionadas com a criação de tipos de eventos, criar horários com o nome dos formandos, registar o número das suas participações e ausências, por exemplo, a partir da colocação do código da turma desejada é atribuída a falta ao respetivo formando. Este programa possibilita, ainda, a extração de relatórios e a oportunidade de os configurar e alterar da forma que se deseja, possibilitando a colocação de diferentes filtros.

Um outro programa utilizado foi o Sistema de Gestão de Formação do IEFP (SGFOR) que sistematiza e produz um conjunto de informações relativamente à formação profissional. Este programa permite o fornecimento de dados acerca da área de formação, da data de início da ação da formação, do número de vagas, definição do horário da ação, total de faltas justificadas e injustificadas. Também possibilita a construção do período de férias e do período de interrupção na formação, assim como, viabiliza a criação de tabelas acerca dos motivos de saída da formação e a inserção da avaliação dos diferentes formandos por períodos e a avaliação final do percurso formativo. O SGFOR fornece, ainda, o alerta de faltas, nomeadamente o relatório de alerta amarelo (5% de faltas justificadas, 3% de faltas injustificadas) e o relatório de alerta vermelho (5% de faltas injustificadas ou 10% do total de faltas).

Durante o estágio curricular, integramos atividades de carácter mais administrativo, associadas ao atendimento telefónico, fornecimento de equipamento e materiais aos diferentes formadores e, às vezes, a formandos, à utilização da fotocopiadora para a impressão de diferentes documentos. O processamento de salários

dos formadores, subsídios de transportes dos formandos e a análise de todos os documentos precisos foram algumas das tarefas que a funcionária administrativa realizou, mas que contou com a nossa colaboração.

Quanto à realização e registo do tratamento estatístico da avaliação da ação de formação pelos formadores e formandos, procedemos à sua análise e ao registo de alterações⁸.

Numa sessão de informação para os formandos, organizada por uma cooperativa de solidariedade social, que apresentou um projeto que se dedica à promoção da empregabilidade dos jovens com idades compreendidas entre os 16 anos e os 30 anos, existiu espaço para entender e analisar o nível de participação e interesse dos formandos pelas informações apresentadas e, também, de que forma era desenvolvida a interação entre os convidados e os próprios formandos. E, aquando da época natalícia, o CFP organizou um lanche de natal e, aí, também se destacaram momentos em que os formandos se encontravam mais à vontade, participando na realização de doces e atividades desportivas e era sentida uma relação de proximidade entre formandos e restantes intervenientes do CFP.

O CFP efetua a divulgação da sua oferta formativa através da participação em vários eventos/atividades. Então, após uma proposta realizada por uma gestora de formação, construímos e desenvolvemos diferentes *flyers* que promovessem a oferta formativa do CFP. Foi um trabalho interessante e cativante, e as gestoras de formação auxiliaram na construção desses *flyers*, apontando correções e fazendo sugestões, através de *flyers* informativos pertencentes a outras entidades formadoras, como forma de inspiração e criatividade.

Nalgumas situações de divulgação, acompanhamos a gestora de formação em atividades/mostras nas escolas básicas e secundárias, nomeadamente, na Escola Secundária de Clara de Resende e numa outra escola no Olival, em Vila Nova de Gaia. Foram momentos de grande proximidade com os alunos, pois através deste tipo de atividades, há a oportunidade de atrair estes jovens estudantes aos objetivos da formação profissional e apresentar os benefícios que os cursos de aprendizagem podem

⁸ Ver Anexo 4.

ter num futuro profissional. Nestes momentos, a gestora de formação deu-nos espaço para pôr em prática a comunicação com o outro, de forma a informarmos e cativarmos os jovens acerca da oferta formativa. Contudo, nem sempre era fácil chamar atenção dos alunos, pois os objetos que se encontravam à disposição eram mais aliciantes do que propriamente ter curiosidade para saber mais acerca da entidade formadora, mas ainda existiram alguns deles que mostraram interesse na oferta formativa do CFP e faziam algumas perguntas. Nestes momentos de divulgação da oferta formativa, também, auxiliávamos a gestora de formação na preparação dos materiais e documentos necessários para a sua participação em diferentes eventos/atividades.

Num destes momentos de divulgação da oferta formativa foi possível verificar um distanciamento entre a formação profissional e o ensino superior, ou seja, este último concentrava-se numa grande sala, enquanto as entidades formadoras encontravam-se num átrio à entrada dessa mesma sala, o que provocava a passagem de alunos sem prestar o mínimo de atenção àquilo que se encontrava presente ou entravam diretamente para a sala onde se encontravam as instituições do ensino superior, porque existia outra entrada e nem sequer passavam pelas entidades formadoras.

Durante o estágio curricular participamos num seminário acerca da inteligência artificial que foi organizado por uma outra entidade formadora, numa universidade privada, situada na cidade do Porto. Igualmente, um outro evento de divulgação, chamado “Qualifica 2018”, na Exponor, foi uma grande oportunidade para realizar a divulgação da oferta formativa do CFP, com o principal objetivo de atrair mais jovens para os cursos de aprendizagem e, desta forma, conseguir abrir novos cursos. Este evento recebeu muitos jovens de escolas básicas e secundárias, sendo que alguns deles demonstraram interesse na oferta formativa. Além dos jovens, as pessoas mais velhas também se encontravam interessadas nas áreas de formação. No diálogo que se ia estabelecendo entre ambas as partes, destacava-se a importância de transmitir toda a informação acerca da oferta formativa do CFP, para que despoletasse o interesse dos jovens pelo tipo de cursos apresentados. Professores, psicólogos e técnicos de orientação de outras escolas também se mostraram interessados e deixaram os seus contactos, assim como, levaram consigo panfletos e *flyers* informativos para transmitirem aos seus alunos.

Ainda no “Qualifica 2018”, a possibilidade de conhecer outras instituições de ensino superior, entidades formadoras e empresas foi uma excelente oportunidade para compreender como a divulgação da oferta formativa pode ser tão diversa e inovadora.

Um importante acontecimento, durante o estágio curricular, foi o processo de auditoria de que o CFP foi alvo pelo IEFP, pois foi uma oportunidade para entender como se desenvolve um processo de auditoria, ou seja, o que era necessário avaliar, rever, refazer e refletir para que seja apresentada informação clara e coerente. Por exemplo, cooperamos na revisão dos diferentes dossiês para registar o que estava correto e/ou o que estava em falta, auxiliamos na verificação de subsídios de transporte, ou seja, procedeu-se à verificação de todos os documentos envolvidos, como cópia do cartão de cidadão, atestado de residência, ficha de formando e certificado de habilitações.

Com este processo de auditoria, na fase da revisão do tratamento estatístico dos inquéritos realizados pelos formandos, procedemos às respetivas correções, e aproveitando esta situação, também realizamos alterações no tratamento estatístico de outros períodos de formação. A auditoria tornou-se um momento para observar de perto o que é ser alvo de uma enorme pressão, nomeadamente, sentida pelas gestoras de formação, pois todo este processo é difícil e complexo de gerir.

Em suma, a auditoria também proporcionou, no percurso do estágio curricular, momentos de mais atenção e reflexão, mas também de mais dinamismo, distanciando-se de atividades mais rotineiras que realizávamos no CFP.

5.3. Balanço do estágio curricular

Em termos globais o estágio curricular foi positivo. O contacto com as várias dimensões do processo formativo, como a sua organização, controlo, planeamento e divulgação, ou seja, as diferentes fases do ciclo formativo foram importantes para entender a realidade, em termos de mercado de trabalho, de um centro de formação profissional. Portanto, a interação com esta área - a formação profissional - permitiu a

aquisição de conhecimentos, competências e saberes que serão importantes num futuro profissional, nesta ou noutra área.

Durante o estágio curricular, todo o clima organizacional foi positivo, isto é, sempre se proporcionou um ambiente de proximidade e as gestoras de formação, funcionária do bar, formadores e pessoal de atendimento prestavam, constantemente, apoio na concretização das diferentes atividades e nas respostas às dúvidas que se faziam sentir.

O objeto principal do estágio era, fundamentalmente, compreender como se desenvolvia a atuação dos cursos de aprendizagem em prole da qualificação e integração de jovens, com baixos recursos socioeconómicos, no mercado de trabalho.

Os objetivos do estágio curricular foram cumpridos, ou seja, entender como se processa a divulgação, planificação, desenvolvimento e avaliação da atividade formativa, compreender os diferentes elementos respeitantes a cada período formativo e observar o percurso formativo dos formandos. Foi, igualmente, importante refletir sobre as condições que o Centro oferece para aquisição de novos conhecimentos e competências, seja a nível de equipamentos e/ou materiais. E, compreender e analisar como o CFP chama a atenção dos jovens para a necessidade de formação, como os diferentes apoios lhes são facultados, sendo eles oriundos de contextos familiares mais frágeis.

Já, em anos anteriores, existiu uma forte proximidade com o mercado de trabalho, mas numa área totalmente diferente daquela que se registou no estágio curricular, tratando-se da indústria do calçado, na qual procedia-se à execução de tarefas integradas num sistema de produção em série. O que permitiu, igualmente, obter conhecimentos e aptidões e adquirir responsabilidade em termos de pontualidade, comportamento devido, atenção e perspicácia, sendo que, de certa forma, possibilitou uma preparação, em determinados pormenores, para a realização do estágio curricular.

Capítulo 6 – Contributo da Sociologia para a realização do estágio curricular

No estágio curricular foi encontrada uma oportunidade de pôr em prática diferentes conhecimentos teóricos e metodológicos da Sociologia sobre as diferentes situações que me deparava, para além das tarefas de cariz mais administrativo que me eram dirigidas.

A perspetiva sociológica passou pela análise de diferentes aspetos, nomeadamente, o insucesso e abandono escolar, pelo que muitos dos jovens que frequentam o CFP, abandonaram o sistema educativo oficial muito cedo, ou porque não quiseram estudar mais, ou porque tinham muitas retenções, por exemplo, há jovens que iniciaram o curso de aprendizagem entre os 14 anos e os 16 anos - efetivamente muito novos.

O olhar sociológico também se encontrou na transição dos jovens para o mercado de trabalho, ou seja, através das gestoras de formação, conseguimos saber mais acerca de casos de sucesso ou a falta destes, após o término do curso. Um outro aspeto que o estágio curricular permitiu entender melhor foram os contextos sociais e culturais em que os jovens formandos se encontravam inseridos, pois explicam, de certo modo, algumas das situações presenciadas, e destaca-se a abordagem do papel da família para entender melhor essas situações. Estes jovens apresentam, por vezes, falta de motivação, irresponsabilidade e desvalorizam as suas aptidões, carecendo do constante apoio da equipa técnico-pedagógica que os auxilie da melhor forma para que consigam obter sucesso.

Este apoio da equipa técnico-pedagógica também se revela um desafio complexo, pois, por um lado existem formandos que conseguem obter resultados positivos, mas por outro lado, há jovens que excedem as faltas de respeito. Há uma ausência de cooperação com os formadores para que possam obter melhores resultados, por exemplo, o facto de se marcar uma hora de atividade extracurricular para realizar testes ou trabalhos e o formando não aparece, sendo que já teve esse comportamento por diversas vezes, mas, mesmo assim, o formador continua a insistir quando o formando encontra-se muito perto da reprovação de ano.

Portanto, a realização das diferentes tarefas no estágio curricular possibilitaram o contributo da Sociologia, pois esta apresenta-se como uma mais-valia na análise de diferentes situações, no diagnóstico de necessidades, na resolução de problemas e, também, na construção de estratégias de intervenção em situações específicas. Logo, todas as competências e conhecimentos que adquirimos no CFP foram um contributo fundamental para fortalecer a nossa formação base em Sociologia.

As áreas profissionais que os sociólogos integram são variadas, por exemplo, “Outras áreas de actividade e contextos de profissionalização dos sociólogos incluem ministérios (nomeadamente os respectivos gabinetes de estudos, mas não só), serviços públicos centrais (como o INE, o IEF e outros), laboratórios do Estado (como o LNEC e outros), gabinetes de estudos e projectos, empresas de sondagens, agências de publicidade, meios de comunicação social, empresas de consultoria e formação profissional, associações, sindicatos, IPSS, ONGs, empresas de serviços financeiros, empresas industriais, escolas do ensino secundário, institutos politécnicos, universidades, centros de investigação.” (Costa, 2004:44)

A Sociologia é uma área científica, mas, como se observa no parágrafo anterior, permite a aplicação de conhecimentos e competências, de forma mais vincada ou não, em diferentes atividades profissionais, como por exemplo, neste caso, a formação profissional. Numa determinada profissão, existe a hipótese de colocar em prática aquilo que se foi aprendendo, ao longo de vários anos, em Sociologia, analisando e refletindo previamente de que forma esses conhecimentos possam ser aplicados.

Logo, na aplicação desses conhecimentos em determinadas situações, deve-se ter em linha de conta, as diferentes competências sociológicas, como são apresentadas por Costa (2004), no quadro da página seguinte.

Quadro 11. Competências sociológicas

Competências teóricas	Capacidade de selecção, aplicação e produção de teorias e conceitos de forma adequada aos objetos e problemas em causa, em especial, a capacidade de mobilização produtiva dos quadros teórico-conceptuais elaborados de modo nuclear na área disciplinar da sociologia.
Competências metodológicas	Capacidade de utilização e desenvolvimento pertinentes de métodos e técnicas de recolha e análise de informação empírica sobre as relações e processos sociais, designadamente dos métodos e técnicas de carácter quantitativo e qualitativo mais cultivados nesta área.
Competências relacionais	Capacidade pericial para agir nas interacções sociais envolvidas nos objectos de trabalho sociológico, não apenas da maneira corrente como qualquer actor social o faz, mas de maneira informada pelos conhecimentos sociológicos acumulados a este respeito.
Competências operatórias	Capacidade de seleccionar, accionar e construir um conjunto diversificado de procedimentos de acção técnica, estratégica, organizacional ou comunicacional, desenvolvidos ou reelaborados pelos sociólogos em múltiplos domínios.

Fonte: Costa (2004:56)

Estas competências sociológicas irão ser uma mais-valia no exercício de uma futura atividade profissional. E durante o estágio curricular existiu espaço para praticar essas mesmas competências, pois a observação de determinadas situações permitiram refletir, abordar e aplicar quadros teóricos na realização deste relatório de estágio, como, por exemplo a transição da escola para o mercado de trabalho, o papel da família e o insucesso e abandono escolar. Igualmente, a construção de um protótipo de um inquérito por questionário reflete os conhecimentos que foram apreendidos durante o percurso académico em Sociologia, assim como, no decorrer do estágio curricular foi possível desenvolver a capacidade de interação com o objeto de estudo e análise do mesmo, tendo como elementos fundamentais a observação e a capacidade de comunicar.

Considerações Finais

Após a realização deste relatório de estágio devemos tecer algumas considerações acerca do trabalho desenvolvido.

O papel que a formação profissional tem desenvolvido, ao longo dos anos, demonstra o interesse e a necessidade de investir na educação e qualificação dos jovens, sendo que, como observamos neste relatório de estágio, deve-se destacar o desenvolvimento de cursos de aprendizagem. Estes ainda não têm o reconhecimento merecido, mas caminham para um futuro promissor, pois existem, atualmente, diferentes medidas e criação de estratégias para as diversas entidades formadoras captarem a atenção dos jovens e, assim, revela-se que os cursos de aprendizagem podem ser uma solução para a aquisição de competências e aptidões necessárias destinadas à ocupação de um posto de trabalho no futuro e não deverão ser observados, apenas, como outro curso qualquer.

Os cursos de aprendizagem são uma modalidade de formação que, seguindo o exemplo presenciado no CFP, abrangem na sua maioria, jovens que saíram precocemente do sistema de ensino e que apresentavam um elevado nível de insucesso escolar. E, o CFP realiza um esforço enorme para mudar as mentalidades e comportamentos desses mesmos jovens, ou seja, há o desejo de lhes possibilitar o desenvolvimento de novas expectativas e motivações que irão ser úteis e valorizadas num futuro profissional. E, desta forma, consegue-se reduzir o fracasso escolar e fomentar a importância da participação dos jovens na formação teórico-prática e a formação prática em contexto real de trabalho disponibilizada nos cursos de aprendizagem, porque contribuem para a aquisição de competências e aptidões e para o contacto mais próximo com o mercado de trabalho.

É, igualmente, importante destacar que a família, por vezes, não realiza um acompanhamento próximo na educação dos seus filhos e esta situação foi verificada durante o estágio curricular. A maior parte dos formandos apresentam baixos recursos económicos e culturais e, a maioria dos pais, apresenta uma atitude de desvalorização face ao percurso formativo dos seus filhos, o que resulta, nalgumas situações mais desagradáveis, como comportamentos negativos, faltas de respeito e irresponsabilidade.

Daí, como foi referido, neste relatório de estágio, há a necessidade de construir uma relação mais próxima entre a escola e os pais, para que possam compreender que a escola ou a entidade formadora não consegue, sozinha, mudar comportamentos dos jovens, ou seja, necessita da cooperação dos pais para que os filhos consigam obter sucesso escolar e, posteriormente, conseguirem ocupar um posto de trabalho satisfatório.

A análise da transição dos ex-formandos, do CFP, para o mercado de trabalho não foi realizada, devido às razões apontadas anteriormente, mas foi elaborado um protótipo de inquérito por questionário que apresenta-se como um modelo possível de aplicação no futuro e que irá recolher informação importante acerca do percurso profissional dos ex-formandos. Como foi relatado, num quadro teórico, o processo de transição dos jovens para o mercado de trabalho não é fácil, pois os jovens confrontam-se com diferentes situações positivas e/ou negativas, como por exemplo, a instabilidade dos contratos de trabalho. E, com o inquérito por questionário, pretende-se, igualmente, entender se o processo de transição foi positivo ou negativo e se a sua participação no curso de aprendizagem facilitou ou não a inserção no mercado de trabalho.

Em suma, na consequência do estágio curricular, observamos que todo o processo formativo relativamente à prática de cursos de aprendizagem é rigorosamente bem organizado e regulamentado, assim como, é notada a persistência e eficácia das gestoras de formação na divulgação da oferta formativa para que consigam atrair o máximo de jovens. Contudo, a questão que se coloca é se, realmente, todo esse esforço é valorizado e respeitado pelos seus superiores, pois, enquadrando-se numa situação de financiamento público do IEFP, a entidade formadora encontra-se bastante limitada no que diz respeito à possibilidade de investimento na oferta formativa e torna-se necessário refletir sobre a valorização deste tipo de cursos, porque estes apresentam, na sua maioria, resultados positivos.

Referências Bibliográficas

AGÊNCIA NACIONAL PARA A QUALIFICAÇÃO E O ENSINO PROFISSIONAL, I.P. (ANQEP) (2015), *Guia metodológico – conceção de qualificações baseadas em resultados de aprendizagem*, Lisboa. ISBN 978-972-8743-77-2.

AZEVEDO, Joaquim e FONSECA, António M. (2007), *Imprevisíveis itinerários de transição escola-trabalho: a expressão de uma outra sociedade*, Vila Nova de Gaia, Coleção FML, Apoio Fundação Calouste Gulbenkian.

BARRADAS, Maria Teresa (2012), *Envolvimento parental e sucesso escolar – Estudo de caso*. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa. [Em linha]. Disponível em <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/13432/3/ENVOLVIMENTO%20PARENTAL%20E%20SUCESSO%20ESCOLAR%20-%20ESTUDO%20DE%20CASO.pdf>.

BENAVENTE, Ana (1990), *Insucesso escolar no contexto português – abordagens, concepções e políticas*, Análise Social, Vol. XXV, pp.716. [Em linha]. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223034893G8cGD1nd2Zt45QL6.pdf>.

BOTERF, Guy Le (2003), *Desenvolvendo a competência dos profissionais*. Trad. Patrícia Reuillard: Porto Alegre, Artmed, 3.^a edição.

CABRITO, Belmiro Gil (1994), *Formações em alternância: conceitos e práticas*, EDUCA: Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação, Universidade de Lisboa. [Em linha]. Disponível em <https://books.google.pt/books?id=yFQOgVIR6VMC&pg=PA38&lpg=PA38&dq=aprendizagem+em+alternancia&source=bl&ots=CBsKRe0a1u&sig=q0dcfd4rDeex31Zkk6brUTTTU28&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwj6cbftpPYAhUGWBQKHac8Cdk4ChDoAQgmMAA#v=onepage&q=aprendizagem%20em%20alternancia&f=false>. ISBN: 972-8036-08-6.

CAPUCHA, Luís (2010), *Acesso universal a qualificações certificadas: para a ruptura da relação entre insucesso escolar e desigualdades sociais*, Fórum Sociológico: A pobreza, pluralidade de olhares e de intervenções. [Em linha]. Disponível em

<https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/5304/1/sociologico-174-20-acesso-universal-a-qualificacoes-certificadas-para-a-ruptura-da-relacao-entre-insucesso-escolar-e-desigualdades-sociais.pdf>.

CARDIM, José Casqueiro (1999), *O Sistema de Formação Profissional em Portugal*, Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional, 2.ª edição.

CATÁLOGO NACIONAL DE QUALIFICAÇÕES, *Referencial de formação: Técnico/a de Instalações Elétricas*. [Em linha]. Disponível em http://www.catalogo.anqep.gov.pt/PDF/QualificacaoReferencialPDF/1700/CA/duplacetificacao/522238_RefCA.

CATÁLOGO NACIONAL DE QUALIFICAÇÕES, *Referencial de formação: Técnico/a de Refrigeração e Climatização*. [Em linha]. Disponível em http://www.catalogo.anqep.gov.pt/PDF/QualificacaoReferencialPDF/1759/CA/duplacetificacao/522064_RefCA.

CENTENO, Luís, coord. (2007), *Estudo sobre o retorno da formação profissional*. Coleção Cogitum nº 30. ISBN: 978-972-704-299-9.

COSTA, António Firmino da (2004), “*Será a sociologia profissionalizável?*” Departamento de Sociologia e CIES, ISCTE. pp. 44,56.

DGEEC – DIREÇÃO-GERAL DE ESTATÍSTICAS DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA e DSEE – DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO (2016/2017) – *Alunos que concluíram, por NUTS I e II, sexo e natureza do estabelecimento de ensino, cursos de aprendizagem*. Estatísticas da educação 2016/2017 Jovens. [Em linha]. Disponível em [http://www.dgeec.mec.pt/np4/96/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=145&fileName=DGEEC_DSEE_DEEBS_2018_EE20162017_Jovens.pdf](http://www.dgeec.mec.pt/np4/96/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=145&fileName=DGEEC_DSEE_DEEBS_2018_EE20162017_Jovens.pdf). ISBN: 978-972-614-658-2.

DGEEC – DIREÇÃO-GERAL DE ESTATÍSTICAS DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA, DSEE – DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE ESTATÍSTICAS DA EDUCAÇÃO e DEEBS – DIVISÃO DE ESTATÍSTICAS DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO (2017), *Alunos matriculados no ensino secundário por oferta de educação e formação (Portugal; 2000/01 - 2015/16, Educação em números. Portugal-2017*. [Em linha].

Disponível em
[http://www.dgeec.mec.pt/np4/96/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=145&fileName=DGEEC_DSEE_DEEBS_2017_EducacaoEmNumeros2.pdf](http://www.dgeec.mec.pt/np4/96/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=145&fileName=DGEEC_DSEE_DEEBS_2017_EducacaoEmNumeros2.pdf). ISBN: 978-972-614-640-7.

DIÁRIO ONLINE (2017), *Geração Pro do IEFP com mais de cem caminhos em Cursos de Aprendizagem*. [Em linha]. Disponível em <https://regiao-sul.pt/2017/10/23/sociedade/geracao-pro-do-iefp-com-mais-de-cem-caminhos-em-cursos-de-aprendizagem/397762>.

DIRIGIR & FORMAR (2017), *Transformar ao longo da vida: Qualificação e Orientação: Novos Instrumentos*, Instituto do Emprego e Formação Profissional, N.º14.

DIRIGIR separata (2011), *Marketing Pessoal para o Sucesso na Procura e Manutenção do Emprego*, Instituto do Emprego e Formação Profissional, N.º113.

EUROFOUND (2016), *Exploring the diversity of NEETs*, Publications Office of the European Union, Luxembourg. [Em linha]. Disponível em https://www.eurofound.europa.eu/sites/default/files/ef_publication/field_ef_document/ef1602en.pdf.

EUROFOUND (2018), *NEET*. [Em linha]. Disponível em <https://www.eurofound.europa.eu/pt/topic/neets>.

EUROSTAT (2018), *Jovens que não trabalham, não estudam e nem frequentam algum tipo de formação (15-24 anos):%*, Tables, Graphs and Maps Interface. [Em linha]. Disponível em <https://ec.europa.eu/eurostat/tgm/table.do?tab=table&init=1&plugin=1&language=fr&pcode=tipslm90>.

EURYDICE (2014), *Combate ao Abandono Precoce no Ensino e Formação Profissionais na Europa. Estratégias, políticas e medidas*, DGEEC. [Em linha]. Disponível em [http://www.dgeec.mec.pt/np4/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=192&fileName=Destaques_Abandono.pdf](http://www.dgeec.mec.pt/np4/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=192&fileName=Destaques_Abandono.pdf). ISBN: 978-92-9201-876-4.

FÉLIX, António Bagão (2018), *Aprendizagem profissional consistente*, Público. [Em linha]. Disponível em

<https://www.publico.pt/2018/01/30/economia/opinioao/aprendizagem-profissional-consistente-1801181>.

FERNANDES, António Teixeira (2007), *Sociedade, família e escola*, Revista da Faculdade de Letras: Sociologia, Porto, Universidade do Porto. V.17/18, pp.256-257.

[Em linha]. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/9242/2/5515000064255.pdf>.

GARANTIA JOVEM (2014), *Educação*. [Em linha]. Disponível em <https://www.garantiajovem.pt/educacao>.

GARANTIA JOVEM (2014), *O que é a Garantia Jovem?* [Em linha]. Disponível em <https://www.garantiajovem.pt/o-que-e-a-garantia-jovem>.

GARANTIA JOVEM (2018), *MakeTheFutureToday*. [Em linha]. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=KqFyS_WgUrg.

GONÇALVES, Carlos (2007), *Escola e família: uma relação conflitual rumo à cooperação*, FPCEUP: Artigo em Revista Científica Nacional. [Em linha]. pp.13. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/6729/2/83801.pdf>.

GONÇALVES, Carlos, PARENTE, Cristina e VELOSO, Luísa (1997), *Formação e Emprego Juvenil em Portugal, França e Dinamarca. Um estudo nas áreas da metalurgia e mecânica e do têxtil e vestuário*, Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

GUERREIRO, Maria e PEGADO, Elsa, coords. (2006), *Os jovens e o mercado de trabalho: Caracterização, estrangulamentos à integração efectiva na vida activa e a eficácia das políticas*, Lisboa, Coleção Cogitum N.º 18.

IEFP (2011), *Níveis de saber*, Recursos didácticos para a formação de tutores em contexto de trabalho. [Em linha]. Disponível em https://elearning.iefp.pt/pluginfile.php/49579/mod_scorm/content/0/teo01/03teo01.htm.

IEFP (2012), *A instituição*. [Em linha]. Disponível em <https://www.iefp.pt/instituicao>.

IEFP (2017), *Cursos de Aprendizagem: Componente Científica*. [Em linha]. Disponível em <https://www.iefp.pt/componente-cientifica>.

IEFP (2017), *Cursos de Aprendizagem: Componente Sociocultural*. [Em linha]. Disponível em <https://www.iefp.pt/documents/10181/255812/20170105+Aprendizagem+-+componente+sociocultural.pdf/ac1eb7b2-5f39-43de-aa93-0044f33963b0>.

IEFP (2017), *Cursos de formação*. [Em linha]. Disponível em <https://www.iefp.pt/formacao-para-jovens>.

IEFP (2017), *Modalidades e formas de organização da formação profissional*. [Em linha]. Disponível em https://elearning.iefp.pt/pluginfile.php/47236/mod_scorm/content/0/ons01/03ons01.htm.

IEFP (2018), Atribuição de apoios sociais a formandos, Regulamento Específico 2018.

INE (2017), *Conceito de abandono escolar*. [Em linha]. Disponível em <http://smi.ine.pt/Conceito>.

INE (2018), *Taxa de desemprego (%) da população ativa com idade entre 15 e 74 anos por grupo etário; Mensal*. [Em linha]. Disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007976&contexto=bd&selTab=tab2.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (1980), *Convenção da Organização internacional do trabalho nº117*. [Em linha]. Disponível em http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/conv_117.pdf.

JUSTINO, David e SANTOS, Rui, coords. (2017), *Atlas da Educação: Contextos sociais e locais do sucesso e insucesso*, Lisboa, Epis. [Em linha]. Disponível em <http://www.epis.pt/upload/documents/59fafbec27c55.pdf>. ISBN 978-989-977702-8-7.

LIVRO VERDE (2018), *Sobre as relações laborais 2016*, Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social: Gabinete de Estratégia e Planeamento. Atualização- Janeiro 2018. [Em linha]. Disponível em http://www.gep.msess.gov.pt/estudos/pdf/LVRL_atualizacao_janeiro_2018_rev.pdf.

LOFF, Manuel e PEREIRA, M. da Conceição, coords. (2006), *PORTUGAL: 30 ANOS DE DEMOCRACIA (1974 – 2004)*, Atas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. [Em linha]. Disponível em https://sigarra.up.pt/up/pt/web_gessi_docs.download_file?p_name=F1545106281/978-972-8025-47-2.pdf. ISBN 972-8025-47-5.

LOPES, Margarida Vaqueiro (2018) – *Taxa de desemprego desce mas continua a preocupar jovens*. Exame: Visão. [Em linha]. Disponível em <http://visao.sapo.pt/exame/2018-04-03-Taxa-de-desemprego-desce-mas-continua-a-preocupar-jovens>.

LOURENÇO, Ana Raquel (2013) – *Motivações na origem do abandono escolar: Estudo de caso com jovens sinalizados na CPCJ de Castelo Branco*, Mestrado em Intervenção Social Escolar, Instituto Politécnico de Castelo Branco: Escola Superior de Educação. [Em linha]. Disponível em <https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/2246/1/Tese%20Ana%20Raquel%20Lour en%C3%A7o.pdf>.

LOURENÇO, Teresa (2015), *A Importância da Formação Profissional enquanto Investimento de Capital Humano*, Relatório de estágio de Mestrado em Economia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. [Em linha]. Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/29695/1/Relat%C3%B3rio%20de%20Est %C3%A1gio%20-%20A%20Import%C3%A2ncia%20da%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20Profissional %20enquanto%20Investimento%20em%20Capital%20Humano%20-%202015.pdf>.

MARTINS, Raquel (2013), *Portugal já tem quase meio milhão de jovens que não estudam nem trabalham*, Público. [Em linha]. Disponível em <https://www.publico.pt/2013/11/24/portugal/noticia/portugal-ja-tem-quase-meio-milhao-de-jovens-que-nao-estudam-nem-trabalham-1613702>.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL, DIREÇÃO-GERAL DO EMPREGO E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO e DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE QUALIDADE E ACREDITAÇÃO (MTSS, DGERT E DSQA)

(2017), *Guia da Certificação de Entidades Formadoras: Sistemas e Requisitos de Certificação*, Lisboa.

NARZETII, Claudiana e NOBRE, Ayene (2016), *A teoria dos códigos linguísticos de Basil Bernestein e a questão da modalidade oral da língua*, ResearchGate. [Em linha]. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/299522093_A_teorias_dos_codigos_linguisticos_de_Basil_Bernstein_e_a_questao_da_modalidade_oral_da_lingua.

NEVES, António Oliveira das, PEDROSO, Paula e MATIAS, Nelson (1993), *O sistema de aprendizagem em Portugal. Experiência de avaliação crítica*, Estudos 10. Instituto do Emprego e Formação Profissional. ISBN: 972-732-071-6.

OEI – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE PORTUGAL – *Sistema educativo nacional de Portugal*.

PARENTE, Cristina, NETO, Hernâni Veloso, RAMOS, Madalena, CRUZ, Sofia Alexandra e MARCOS, Vanessa (2014), *Os jovens pouco escolarizados no mercado de trabalho português*. *Análise Social*. [Em linha]. 210, XLIX, 1.ª edição. Disponível em http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_210_d01.pdf. ISSN 2182-2999.

PORDATA (2017), *Retrato de Portugal na Europa*, Fundação Francisco Manuel dos Santos. [Em linha]. 1.ª edição. Disponível em <https://www.pordata.pt/ebooks/PT2017v20171012/mobile/index.html#p=2>. ISBN 978-969-8863-44-7.

PORDATA (2018), *Taxa de abandono precoce de educação e formação: por sexo*. [Em linha]. Disponível em <https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+abandono+precoce+de+educa%C3%A7%C3%A3o+e+forma%C3%A7%C3%A3o+total+e+por+sexo-433-4678>.

PORDATA (2018), *Taxa de desemprego (%) dos diplomados do ensino superior*. [Em linha]. Disponível em [https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+n%C3%ADvel+de+escolaridade+completo+\(percentagem\)-1009](https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+n%C3%ADvel+de+escolaridade+completo+(percentagem)-1009).

ROAZZI, António e ALMEIDA, Leandro S. (1988), *Insucesso escolar: insucesso do aluno ou insucesso do sistema escolar?* Revista Portuguesa de Educação, Universidade do Minho. [Em linha]. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3326/1/Prof.%20Leandro%20RPE%201%282%29%201988.pdf>.

ROCHA, Maria, coord. (2014), *Redução do abandono escolar precoce – uma meta a prosseguir, Estudos e Intervenções*, RH+50-Associação Quadros Seniores.

Legislação consultada

PORTARIA N.º1497/2008 de 19 de Dezembro: regulamento e funcionamento dos cursos de aprendizagem. D.R. I Série. N.º245 (19 Dez. 2008).

Anexos

Anexo 1. Componente sociocultural

Domínio	Código SGFOR	UFCD	Horas
1. Viver em Português	6651	Portugal e a Europa	50
	6652	Os Media hoje	25
	6653	Portugal e a sua história	25
	6654	Ler a imprensa escrita	25
	6655	A literatura do nosso tempo	50
	6656	Mudanças profissionais e mercado de trabalho	25
	6657	Diversidade linguística e cultural	25
	6658	Procurar emprego	50
2. Comunicar em Língua Inglesa	6659	Ler documentos informativos	25
	6660	Conhecer os problemas do mundo atual	50
	6661	Viajar na Europa	25
	6662	Escolher uma profissão/mudar de atividade	25
	6663	Debater os direitos e deveres dos cidadãos	25
	6664	Realizar uma exposição sobre as instituições internacionais	50
3. Mundo Atual	6665	O Homem e o ambiente	25
	6666	Publicidade: um discurso de sedução	25
	6667	Mundo atual – tema opcional	25
	6668	Uma nova ordem económica mundial	25
4. Desenvolvimento pessoal e social	6669	Higiene e prevenção no trabalho	50
	6670	Promoção da saúde	25
	6671	Culturas, etnias e diversidades	25
5. Tecnologias da Informação e Comunicação	6672	Processador de texto – funcionalidades avançadas	25
	6673	Internet – navegação	25
	6674	Folha de Cálculo – funcionalidades avançadas	25
	6675	Criação de páginas para a Web em hipertexto	25

Fonte: IEFP (2017)

Anexo 2. Componente científica

Domínio	Código SGFOR	UFCD	Horas
1. Biologia	6677	Renovação celular	50
	6678	Processos de reprodução	25
	6679	Dinâmica de ecossistemas	25
	6680	Evolução e Classificação	25
	6681	Hereditariedade	25
	6682	Regulação do meio interno	25
	6683	Interações com microrganismos	25
2. Desenho	6690	Desenho e cor	25
	6691	Materiais e técnicas de desenho	25
	6692	Desenho de estudo	50
	6693	Desenho de observação	50
	6694	Desenho geométrico	25
	6695	Desenho no processo de design	25
3. Direito	6696	Ordem jurídica, fontes de Direito, sujeitos e relação jurídica	25
	6697	Contratos e garantias	25
	6698	Sociedades comerciais	25
	6699	Títulos de crédito e operações bancárias	25
4. Economia	6700	Agentes económicos e atividades económicas	25
	6701	Funcionamento da atividade económica	25
	6702	Estado como regulador da atividade económica	25
	6703	Economia portuguesa em contexto internacional	25

5. Física e Química	6704	Movimentos e Forças	25
	6705	Sistemas termodinâmicos, eléctricos e magnéticos	25
	6706	Movimentos ondulatórios	25
	6707	Física moderna – fundamentos	25
	6708	Reações químicas e equilíbrio dinâmico	25
	6709	Reações de ácido-base e de oxidação – redução	25
	6710	Reações de precipitação e equilíbrio heterogéneo	25
	6711	Compostos orgânicos, polímeros, ligas metálicas e outros materiais	25
6. Francês	6726	Informação e atualidade	25
	6727	Vida quotidiana	25
	6728	Divulgação de um produto/serviço	25
	6729	Edificar a Europa	50
	6730	Diversidade cultural	25
	6731	Descoberta de uma obra literária	50
	6713	Representação de figuras planas	25
	6714	Representação de sólidos	50
	6715	Intersecções e secções	50
	6716	Sombras de figuras planas e de sólidos	50
7. História das Artes	6717	Arte em busca de identidade – mosteiro, catedral, palácio e altar	25
	6718	Arte em tempo de mudança – tradição e resistência inovadora	25

	6719	Revoluções, reacções e vanguardas	25
	6720	Ordens e desordens no contexto de contemporaneidade	25
8. Inglês	6721	Mundo do trabalho	50
	6722	Ambiente e consumo	25
	6723	Mundo tecnológico	25
	6724	Jovens na era global	50
	6725	Línguas e cidadania	50
9. Matemática e Realidade	6672	Organização, análise da informação e probabilidades	50
	6673	Operações numéricas e estimação	25
	6674	Geometria e trigonometria	50
	6675	Padrões, funções e álgebra	25
	6676	Funções, limites e cálculo diferencial	50
10. Psicologia	6684	Psicologia, desenvolvimento humano, percurso de vida e comportamento	25
	6685	Domínio intrapessoal da cognição, emoção e motivação	25
	6686	Processos de aprendizagem	25
	6687	Dinâmicas de grupos, relações interpessoais, socialização e contextos	50
	6688	Diferença de comportamento e diferença de intervenção	50
	6689	Gestão de carreira	25

II. Sociologia	6732	Sociologia e realidade social	25
	6733	Processo de socialização e identidade cultural	25
	6734	Vida em sociedade	25
	6735	Dinamismo e heterogeneidade das sociedades modernas	25

Fonte: IEFP (2017)

Anexo 3. Protótipo do inquérito por questionário

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

Estudo sobre a transição dos jovens do contexto formativo para o mercado de trabalho

Com este inquérito pretendo recolher informação acerca da transição de ex-formandos do Centro de Formação Profissional para o mercado de trabalho. Este exercício enquadra-se num relatório de estágio no âmbito do 2º ano do Mestrado em Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Todos os dados recolhidos são confidenciais e serão usados para fins académicos. Não há respostas certas ou erradas. Por favor, responda com sinceridade, pois a sua opinião é fundamental.

GRUPO I. CARATERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA

1. Sexo

☐ Masculino (1) ☐ Feminino (2)

2. Idade:____ anos

3. Nacionalidade:_____

4. Estado Civil

- ☐ Solteiro/a (1)
☐ Casado/a (2)
☐ União de facto (3)
☐ Divorciado/a/Separado/a (4)
☐ Viúvo/a (5)

5. Local de residência (indicar concelho):_____

6. Qual o seu nível de escolaridade (completo)?

- ☐ Nenhum (1)
☐ 1º Ciclo do Ensino Básico (2)
☐ 2º Ciclo do Ensino Básico (3)
☐ 3º Ciclo do Ensino Básico (4)
☐ Ensino Secundário (5)
☐ Outro (6) Qual?_____

7. Qual a profissão atual dos seus pais (ou a última, caso seja reformado/a, falecido/a ou desempregado/a)?

Pai _____

Mãe _____

8. Qual o nível de escolaridade completo dos seus pais? (assinale com um X)

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	PAI	MÃE
Nenhum (1)		
1º Ciclo do Ensino Básico (2)		
2º Ciclo do Ensino Básico (3)		
3º Ciclo do Ensino Básico (4)		
Ensino Secundário (5)		
Ensino Superior (Licenciatura) (6)		
Ensino Superior (Mestrado) (7)		
Ensino Superior (Doutoramento) (8)		
Outro. Qual? (9)		

9. Qual a situação na profissão dos seus pais (ou a última situação, caso seja reformado/a, falecido/a ou desempregado/a)?

SITUAÇÃO NA PROFISSÃO	PAI	MÃE
Patrão (1)		
Trabalhador/a por conta própria (com ou sem trabalhadores) (2)		
Trabalhador/a por conta de outrem (3)		
Outra situação. Qual? (4)		

GRUPO II. FORMAÇÃO PROFISSIONAL
--

10. Qual a designação do curso de aprendizagem que frequentou no Centro de Formação Profissional?

Técnico/a de Refrigeração e Climatização ⁽¹⁾	
Técnico/a de Instalações Elétricas ⁽²⁾	

11. Ano letivo em que iniciou o curso aprendizagem: _____

12. Ano letivo de conclusão do curso de aprendizagem: _____

13. Média final do curso de aprendizagem: _____

14. Como tomou conhecimento deste curso de aprendizagem?

- ☐ Através de amigos/familiares ⁽¹⁾
- ☐ Através dos meios de comunicação social (redes sociais, jornais, eventos, etc...) ⁽²⁾
- ☐ Iniciativa própria ⁽³⁾
- ☐ Através do Centro de Emprego/IEFP ⁽⁴⁾
- ☐ Outros (as) ⁽⁵⁾ Qual (ais): _____

15. Qual o principal motivo que o/a levou a frequentar um curso de aprendizagem? (indique apenas um item)

- ☐ Estava desempregado/a ⁽¹⁾
- ☐ Não desejava continuar na escola, sendo que preferia optar por outro tipo de ensino ⁽²⁾
- ☐ Necessidade de usufruir de subsídios fornecidos pelo Centro de Formação Profissional ⁽³⁾
- ☐ Ocupação de tempos livres ⁽⁴⁾
- ☐ Interesse pelas áreas de formação apresentadas ⁽⁵⁾

16. Defina o grau de importância das seguintes frases em relação à entrada num curso de aprendizagem: (assinale com um X)

	Nada importante (1)	Pouco importante (2)	Importante (3)	Muito Importante (4)
Influência da família				
Desenvolvimento de competências pessoais e profissionais				
Desejo de uma positiva inserção no mercado de trabalho				
Influência de professores				
Intenção de participar num curso de aprendizagem em alternância				

GRUPO III. PERCURSO PROFISSIONAL

17. Antes de integrar o curso no Centro de Formação Profissional, alguma vez exerceu uma profissão?

☐ Sim (1) ☐ Não (2) (passe para a questão 20)

17.1. Se respondeu que sim, indique qual? _____

18. Qual era a sua situação na profissão?

☐ Patrão (1)
☐ Trabalhador/a por conta própria (2)
☐ Trabalhador/a por conta de outrem (3)
☐ Outra situação. (4) Qual? _____

19. Com base na sua situação na profissão, indique-nos a que posição hierárquica pertencia:

☐ Dirigente/gestor/a (1)
☐ Quadro Superior (2)
☐ Quadro Intermédio (3)
☐ Encarregado/a geral (4)
☐ Chefia direta/Primeira Chefia (5)
☐ Posição subordinada mas autónoma (6)
☐ Executante (sem tarefas de chefia) (7)
☐ Praticante/ Aprendiz/ Estagiário (8)
☐ Outra (9)

- ☐ Não se aplica (99)
- ☐ Não sabe/ Não responde (999)

20. Após a conclusão do curso no Centro de Formação Profissional, como se apresentava a sua situação em termos de ocupação de uma profissão? (indique apenas um item)

- ☐ Não consegui emprego, encontrava-me desempregado (1) (passar para a questão 27)
- ☐ Ocupava a mesma profissão, antes de integrar para o curso de aprendizagem no Centro de Formação Profissional (2)
- ☐ Consegui emprego na empresa, na qual fui acolhido com estagiário/a, durante a frequência no curso do Centro de Formação Profissional (3)
- ☐ Consegui emprego relacionado com a área do curso de aprendizagem (4)
- ☐ Consegui emprego, mas fora da área do curso de aprendizagem (5)

21. Qual foi o tempo de espera até ocupar uma profissão, após a conclusão do curso de aprendizagem?

- ☐ Menos de 1 mês (1)
- ☐ 1 a 3 meses (2)
- ☐ 4 a 6 meses (3)
- ☐ Até 1 ano (4)
- ☐ + de 1 ano (5)

22. Qual o nº de empregos que já teve, após a frequência no curso de aprendizagem?

- ☐ Nenhum (1)
- ☐ Um (2)
- ☐ Dois (3)
- ☐ + de Três (4)

23. Como conseguiu emprego após a conclusão do curso de aprendizagem?

- ☐ Através de anúncios (1)
- ☐ Inscrição no Centro de Emprego (3)
- ☐ Ajuda do Centro de Formação Profissional (4)
- ☐ Através da rede familiar, amigos (5)
- ☐ Após a concretização do estágio numa empresa (6)
- ☐ Outra forma/meio. (7) Qual? _____

24. Qual era a sua situação na profissão?

- ☐ Patrão (1)
- ☐ Trabalhador(a) por conta própria (2)
- ☐ Trabalhador(a) por conta de outrem (3)
- ☐ Outra situação. (4) Qual? _____

25. Designação da profissão: _____

26. Com base na sua situação na profissão, indique a que posição hierárquica pertencia:

- ☐ Dirigente/gestor/a (1)
- ☐ Quadro Superior (2)
- ☐ Quadro Intermédio (3)
- ☐ Encarregado/a Geral (4)
- ☐ Chefia direta/Primeira Chefia (5)
- ☐ Posição Subordinada mas autónoma (6)
- ☐ Executante (sem tarefas de chefia) (7)
- ☐ Praticante/Aprendiz/Estagiário (8)
- ☐ Outra (9)
- ☐ Não se aplica (99)
- ☐ Não sabe/ Não responde (999)

27. Atualmente está?

- ☐ Empregado/a (1)
- ☐ Desempregado/a à procura do primeiro emprego (2) (passar para a questão 36)
- ☐ Desempregado/a à procura de novo emprego (3) (passar para a questão 34)
- ☐ Estudante (4) (passar para a questão 38)
- ☐ Outras situações (5)

28. Após o término do curso de formação profissional, considera que o seu salário é:

- ☐ Satisfatório e adequado à sua profissão (1)
- ☐ Pouco satisfatório face à formação alcançada e à sua profissão (2)
- ☐ Acima do expectável face à profissão em que se encontra integrado/a (3)

29. Qual a sua remuneração mensal líquida?

- ☐ Igual ou inferior a 550 euros (1)
- ☐ De 551-850 (2)
- ☐ De 851-1150 (3)
- ☐ De 1151-1450 (4)
- ☐ De 1450-1750 (5)
- ☐ Igual ou superior a 1751 (6)

30. Usufui de algum tipo de prémio/bónus (produtividade, assiduidade, antiguidade) para além do salário-base?

- ☐ Sim (1)
☐ Não (2)

31. Qual é o seu tipo de contrato de trabalho?

- ☐ Contrato de trabalho sem termo (efetivo) (1)
☐ Contrato de trabalho a termo certo (2)
☐ Contrato de trabalho a termo incerto (3)
☐ Contrato de trabalho a recibos verdes (4)
☐ Outra situação. (5) Qual? _____

32. Em média, qual o nº de horas de trabalho, por semana?

- ☐ Menos de 20 horas (1)
☐ De 20 a 30 horas (2)
☐ De 31 a 40 horas (3)
☐ Mais de 40 horas (4)

33. Qual o tipo de empresa onde exerce a sua profissão?

- ☐ Empresa pública (1)
☐ Empresa privada (2)
☐ Empresa mista (capitais públicos e privados) (3)
☐ Outra. (4) Qual? _____

34. Qual o nº de vezes que se encontrou em situação de desemprego?

- ☐ 1 (1)
☐ 2 a 3 vezes (2)
☐ + de 3 vezes (3)

35. Qual foi a duração dessa mesma situação de desemprego?

- ☐ Menos de 1 mês (1)
☐ 1 a 3 meses (2)
☐ 4 a 6 meses (3)
☐ Até 1 ano (4)
☐ + de 1 ano (5)

36. Qual o principal fator que contribuiu para a situação de desemprego (escolha apenas um item)?

- ☐ Situação de despedimento (despedi-me) (1)
☐ Situação de despedimento (fui despedido/a) (2)
☐ Término do contrato a termo certo (3)

- ☐ Término do estágio numa determinada empresa (4)
- ☐ Necessidade de auxílio a familiares mais próximos (5)
- ☐ Outra situação. (6) Qual? _____

37. Numa situação de desemprego, aceitaria um emprego que:

	SIM (1)	NÃO (2)
Envolvesse um trabalho ilegal		
Provocasse a sua deslocação de para outra zona do país		
Implicasse a deslocação para outro país		
Não valorizasse os conhecimentos adquiridos no curso de aprendizagem		
Incluísse um contrato de trabalho instável (recibos verdes, contrato a termo certo)		

38. Na procura do primeiro emprego, quais os principais aspetos que tem em linha de conta. (escolha apenas 3 itens)

- ☐ Resposta a ofertas de emprego via online (1)
- ☐ Resposta a ofertas de emprego de jornais (2)
- ☐ Ajuda de familiares e amigos (3)
- ☐ Ajuda do Centro de Emprego (4)
- ☐ Envio de currículo a diferentes empresas (5)

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO

39. Depois de concluído o curso de aprendizagem, qual o nível de adequação, em termos de conhecimentos e competências, relativamente ao posto de trabalho que exerce ou exerceu, caso esteja desempregado/a?

- ☐ Conhecimentos e competências que adquiri no curso de aprendizagem são adequados (1)
- ☐ Conhecimentos e competências que adquiri no curso de aprendizagem são pouco adequados (2)
- ☐ Conhecimentos e competências que adquiri no curso de aprendizagem são desadequados (3)

40. O curso de aprendizagem que frequentou foi importante para: (escolha apenas 3 itens)

- ☐ Conquistar um emprego seguro (1)
- ☐ Entender o mercado de trabalho e o processo organizacional e de funcionamento de uma empresa (2)
- ☐ Adquirir as competências e conhecimentos necessários para ingressar uma profissão (3)
- ☐ Desenvolver a criação do próprio emprego/empresa (4)
- ☐ Obtenção de um salário razoável (5)
- ☐ Ajudar financeiramente os familiares mais próximos (6)

41. Em relação às seguintes frases, qual o grau de dificuldade com que se depara ou deparou no exercício da sua profissão, caso esteja desempregado/a? (assinale com um X)

	Alta dificuldade (1)	Moderada dificuldade (2)	Baixa dificuldade (3)	Nenhuma dificuldade (4)
Aplicação de conhecimentos teóricos ao exercício da profissão				
Aplicação de conhecimentos práticos ao exercício da profissão				
Uso de diferentes ferramentas de trabalho (objetos, materiais)				
Capacidade de diálogo e relacionamento com colegas de trabalho				

42. Caso não tenha prosseguido os estudos no ensino superior, quais dos seguintes aspetos teve relevância para tomar essa decisão? (escolha apenas 3 itens)

- ☐ Desinteresse pela formação superior disponível (1)
- ☐ Estar cansado/a de estudar (2)
- ☐ Ausência de recursos económicos (3)
- ☐ Influência da família (4)
- ☐ Influência da rede de amigos (5)
- ☐ Positiva oferta de emprego (6)
- ☐ Necessidade de obter rapidamente um emprego (7)

VALORES E SATISFAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO
--

43. Indique, com um X, qual o seu grau de satisfação, em relação às seguintes afirmações, alusivas à sua atual profissão ou a última, caso esteja desempregado/a?

	Muito Satisfeito/a (1)	Satisfeito/a (2)	Nem Satisfeito/a/nem insatisfeito (3)	Pouco Satisfeito/a (4)	Nada satisfeito/a (5)
Estabilidade na ocupação profissional					
Valorização das suas ideias e iniciativas					
Aplicação dos seus conhecimentos					
Contacto com os colegas de trabalho					
Higiene e Segurança no Trabalho					
Desenvolvimento das suas competências					
Salário alcançado					
Dinamismo nas tarefas executadas					
Importância atribuída à sua entrega no desempenho das diferentes tarefas					
Hipótese de promoção					

44. Do seguinte conjunto de itens que se referem ao mercado de trabalho, quais são aqueles que considera mais relevantes? (escolha apenas 3 itens)

- ☐ Horário de trabalho razoável (1)
- ☐ Renumeração satisfatória (2)
- ☐ Clima organizacional agradável (3)
- ☐ Higiene e Segurança no trabalho regularizadas (4)
- ☐ Oportunidade de realização pessoal no exercício da sua profissão (5)
- ☐ Tomada de responsabilidade e iniciativa (6)
- ☐ Relação agradável com os colegas de trabalho (7)
- ☐ Capacidade de criatividade e autonomia (8)

Muito obrigada pela sua colaboração!

Anexo 4. Tratamento estatístico do questionário de avaliação da ação pelo formador

[illegible]

Condições Programáticas: motivos (a) que considere as origens, das possíveis dificuldades sentidas ao longo da execução dos conteúdos programáticos						
Desatualização do nível de conhecimentos teóricos	Inadequação do nível de conhecimentos teóricos	Falta de bases teóricas necessárias para aquisição dos conteúdos programáticos	Desatualização das metodologias de ensino de conteúdos	Despreparo dos docentes	Desatualização dos materiais para o ensino	Deficiência de recursos materiais
For.1						
For.2				X		X
For.3						X
For.4	X	X				
For.5			X			
For.6	X	X				
For.7	X	X				
For.8						
For.9						
For.10						
For.11			X		X	
For.12						
For.13						
For.14						
For.15				X		
For.16						
For.17				X		
For.18						
For.19						
For.20						
For.21						X
For.22						
For.23					X	

	Aspectos Positivos	Aspectos Críticos
Par 1	"Compreensão dos formandos"	"Esquemas entre teoria e prática"
Par 2	"Compreensão dos formandos"	"Esquemas entre teoria e prática. Mais debates de campo"
Par 3	"Capacidade reflexiva dos formandos, compreensão de como agir dentro"	"Esquemas entre análise teórica e observação prática"
Par 4		
Par 5		
Par 6	"Introdução dos elementos da equipa pedagógica, discussão da turma"	"Mais a registar"
Par 7	"Introdução dos elementos da equipa pedagógica, discussão da turma"	"Mais a registar"
Par 8	"São articuladas a teoria e prática pedagógica, os aspectos observacionais, os formativos e os normativos"	
Par 9	"São articuladas a teoria e prática pedagógica, os aspectos observacionais, os formativos e os normativos"	

	Aspectos Positivos	Aspectos a Melhorar
For.10	"Boa articulação entre a direção pedagógica, os serviços administrativos, os formadores e os formandos."	
For.11		
For.12	"Equipe formativa, apoio ao formador, laboratório e instalações."	"Motivação dos formandos, formação base dos formadores, falta a referir."
For.13		
For.14	"Realização de desenho assistido por computador, realização de desenhos de ITED"	
For.15		
For.16		
For.17		
For.18		
For.19		
For.20		
For.21		
For.22	"Espírito de grupo na turma, interesse demonstrado pela grande maioria dos Formandos."	"Atividade a pontualidade."
For.23		

	Sugestões, críticas e informações
For.1	"Quanto à UFCD, talvez fosse benéfico investir noutros temas, uma vez que já existe a UFCD "os media hoje".
For.2	
For.3	"Poderia ser mais vantajoso fazer uma fusão mais estratégica entre esta UFCD e a UFCD "procurar emprego", de forma a haver mais articulação entre os conteúdos e menos carga horária subtraída aos temas de língua e cultura."
For.4	
For.5	
For.6	"Nada a registar"
For.7	"Nada a registar"
For.8	
For.9	
For.10	
For.11	
For.12	"Nada a referir"
For.13	
For.14	
For.15	
For.16	
For.17	
For.18	
For.19	
For.20	
For.21	
For.22	
For.23	

Anexo 5. Plano curricular do curso Técnico/a de Refrigeração e Climatização

Componente de formação	Domínio	Código SGFOR	UFCD	Horas
<i>Sociocultural</i>	<i>1. Viver em Português</i>	6651	Portugal e a Europa	50
		6652	Os Media hoje	25
		6653	Portugal e a sua história	25
		6654	Ler a imprensa escrita	25
		6655	A literatura do nosso tempo	50
		6656	Mudanças profissionais e mercado de trabalho	25
		6657	Diversidade linguística e cultural	25
		6658	Procurar emprego	50
	<i>2. Comunicar em Língua Inglesa</i>	6659	Ler documentos informativos	25
		6660	Conhecer os problemas do mundo atual	50
		6661	Viajar na Europa	25
		6662	Escolher uma profissão/mudar de atividade	25
		6663	Debater os direitos e deveres dos cidadãos	25
		6664	Realizar uma exposição sobre as instituições internacionais	50
	<i>3. Mundo Atual</i>	6665	O Homem e o ambiente	25
		6666	Publicidade: um discurso de sedução	25
		6667	Mundo atual – tema opcional	25
		6668	Uma nova ordem económica mundial	25
	<i>4. Desenvolvimento pessoal e social</i>	6669	Higiene e prevenção no trabalho	50
		6670	Promoção da saúde	25
		6671	Culturas, etnias e diversidades	25

	5. <i>Tecnologias da Informação e Comunicação</i>	6672	Processador de texto – funcionalidades avançadas	25
		6673	Internet – navegação	25
		6674	Folha de Cálculo – funcionalidades avançadas	25
		6675	Criação de páginas para a Web em hipertexto	25
<i>Científica</i>	6. <i>Matemática e realidade</i>	-	Organização, análise da informação e probabilidades	50
		-	Operações numéricas e estimação	25
		-	Geometria e Trigonometria	50
		-	Padrões, funções e álgebra	25
		-	Funções, limites e cálculo diferencial	50
	7. <i>Física e Química</i>	-	Movimentos e Forças	25
		-	Sistemas termodinâmicos, eléctricos e magnéticos	25
		-	Movimentos ondulatórios	25
		-	Física Moderna – fundamentos	25
		-	Reações químicas e equilíbrio dinâmico	25
		-	Reações de ácido-base e de oxidação-redução	25
		-	Reações de precipitação e equilíbrio heterógeno	25
		-	Compostos orgânicos, polímeros, ligas metálicas e outros materiais	25

<i>Tecnológica</i>	Tecnologias Específicas	1238	Desenho técnico – normalização e construções geométricas	25
		1239	Desenho técnico – projeções ortogonais	25
		1274	Tecnologia mecânica – princípios básicos dos materiais	25
		1275	Tecnologia mecânica – procedimentos básicos oficinais	25
		1276	Termodinâmica aplicada – termometria e calorimetria	25
		1277	Termodinâmica aplicada – transferência de calor	25
		1278	Prática de técnicas de fabrico – operações fundamentais	25
		1279	Prática de técnicas de fabrico – operações sobre chapa e tubos	25
		1280	Prática de técnicas de fabrico – soldadura de chapa e tubos	25
		1281	Desenho técnico – perspetiva isométrica	25
		1282	Desenho técnico – perspetiva isométrica de tubos e condutas	25
		1283	Desenho técnico – elementos de conjunto	25
		1249	Tecnologia mecânica – constituição genérica das máquinas térmicas	25
		1284	Tecnologia mecânica – processos de instalação e compressores	25
		1285	Termodinâmica aplicada – comportamento dos gases face às variáveis termodinâmicas	25

		1286	Termodinâmica aplicada – máquinas térmicas	25
		1287	Termodinâmica aplicada – seleção de compressores e dimensionamento de linhas, condensadores e evaporadores	50
		1255	Prática de técnicas de fabrico – operação de fabrico metálico e de máquinas térmicas	50
		1248	Desenho técnico – caldeiraria	25
		1288	Desenho técnico – circuitos esquemáticos eléctricos	25
		1289	Eletricidade e eletrónica – eletricidade e medidas eléctricas	25
		1290	Eletricidade e eletrónica - eletromagnetismo e circuitos de comando eletromagnético	25
		1295	Instrumentação e controlo – princípios básicos da regulação e complementos de instrumentação	50
		1296	CDA 2D – refrigeração e climatização	25
		1297	Tecnologia mecânica – técnicas de manutenção	25
		1298	Termodinâmica aplicada – estados de transformação do ar	25
		1299	Termodinâmica aplicada – caldeiras para aquecimento	25
		1300	Termodinâmica aplicada – sistemas de aquecimento a fluído	25

		1301	Termodinâmica aplicada – sistemas de aquecimento por bomba de calor	25
		1302	Eletricidade e eletrônica – corrente alterna	25
		1303	Eletricidade e eletrônica – circuitos de semicondutores e transistores	25

Componentes de formação	Domínios de Formação	Duração
Prática	Contexto de Trabalho	1500 Horas

Fonte: Adaptado de Catálogo Nacional das Qualificações.

Anexo 6. Plano curricular do curso Técnico/a de Instalações Elétricas

Componente de formação	Domínio	Código SGFOR	UFCD	Horas
<i>Sociocultural</i>	<i>1. Viver em Português</i>	6651	Portugal e a Europa	50
		6652	Os Media hoje	25
		6653	Portugal e a sua história	25
		6654	Ler a imprensa escrita	25
		6655	A literatura do nosso tempo	50
		6656	Mudanças profissionais e mercado de trabalho	25
		6657	Diversidade linguística e cultural	25
		6658	Procurar emprego	50
	<i>2. Comunicar em Língua Inglesa</i>	6659	Ler documentos informativos	25
		6660	Conhecer os problemas do mundo atual	50
		6661	Viajar na Europa	25
		6662	Escolher uma profissão/mudar de atividade	25
		6663	Debater os direitos e deveres dos cidadãos	25
		6664	Realizar uma exposição sobre as instituições internacionais	50
	<i>3. Mundo Atual</i>	6665	O Homem e o ambiente	25
		6666	Publicidade: um discurso de sedução	25
		6667	Mundo atual – tema opcional	25
		6668	Uma nova ordem económica mundial	25

	4. <i>Desenvolvimento pessoal e social</i>	6669	Higiene e prevenção no trabalho	50
		6670	Promoção da saúde	25
		6671	Culturas, etnias e diversidades	25
	5. <i>Tecnologias da Informação e Comunicação</i>	6672	Processador de texto – funcionalidades avançadas	25
		6673	Internet – navegação	25
		6674	Folha de Cálculo – funcionalidades avançadas	25
		6675	Criação de páginas para a Web em hipertexto	25
<i>Científica</i>	6. <i>Matemática e realidade</i>	-	Organização, análise da informação e probabilidades	50
		-	Operações numéricas e estimação	25
		-	Geometria e Trigonometria	50
		-	Padrões, funções e álgebra	25
		-	Funções, limites e cálculo diferencial	50
	7. <i>Física e Química</i>	-	Movimentos e Forças	25
		-	Sistemas termodinâmicos, eléctricos e magnéticos	25
		-	Movimentos ondulatórios	25
		-	Física Moderna – fundamentos	25
		-	Reações químicas e equilíbrio dinâmico	25
		-	Reações de ácido-base e de oxidação redução	25

		-	Reações de precipitação e equilíbrio heterógeno	25
		-	Compostos orgânicos, polímeros, ligas metálicas e outros materiais	25
<i>Tecnológica</i>	Tecnologias Específicas	6007	Corrente contínua	25
		6008	Análise de circuitos em corrente contínua	25
		6009	Magnetismo e eletromagnetismo –N3	25
		6010	Corrente alternada	25
		6011	Semicondutores	25
		6012	Transístor bipolar	25
		6019	Eletrônica de potência-dispositivos	25
		6024	Circuitos lógicos	25
		6025	Circuitos combinatórios	25
		6026	Circuitos sequenciais – assíncronos	25
		6029	Tecnologia e montagem de circuitos eletrônicos	25
		6031	Sistemas trifásicos	25
		6033	Transformadores	25
		6036	Sistemas e técnicas de medida	25
		6034	Máquinas elétricas de corrente alternada (c.a.)	25
		6035	Máquinas de corrente contínua (c.c.)	25
		4564	Gestão da manutenção – introdução	25

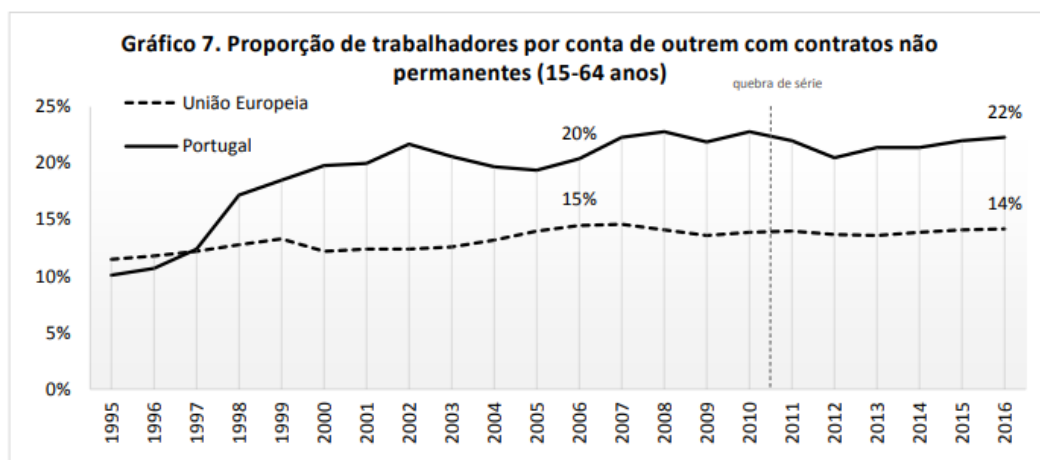
		6040	Noções de higiene e segurança no trabalho- eletricidade e eletrónica	25
		6043	Circuitos de proteção	25
		6051	Programação- algoritmia	25
		6075	Instalações elétricas – generalidades	25
		6076	Instalações elétricas residenciais individuais – projeto	25
		6077	Instalações elétricas residenciais individuais – implementação de um projeto a cabo	25
		6079	Instalações elétricas colectivas e recebendo público – projeto	25
		6085	Instalações ITED – generalidades	25
		6086	Instalações ITED – aplicações – execução de instalações em moradia unifamiliar	25
		6087	Instalações ITED – fibras óticas – aplicações	25
		6088	Instalações ITED – leitura, interpretação e execução de projetos de comunicações	25
		6098	Desenho esquemático de circuitos eléctricos	25
		6078	Instalações elétricas residenciais individuais – implementação de um projeto a calha técnica	25

		6081	Instalações elétricas industriais – projeto	25
		6082	Instalações elétricas industriais – implementação de um projeto	25
		6083	Instalações elétricas – luminotecnia	25
		6084	Instalações elétricas – projeto de iluminação interior	25

Componentes de formação	Domínios de Formação	Duração
Prática	Contexto de Trabalho	1100 Horas

Fonte: Adaptado de Catálogo Nacional das Qualificações.

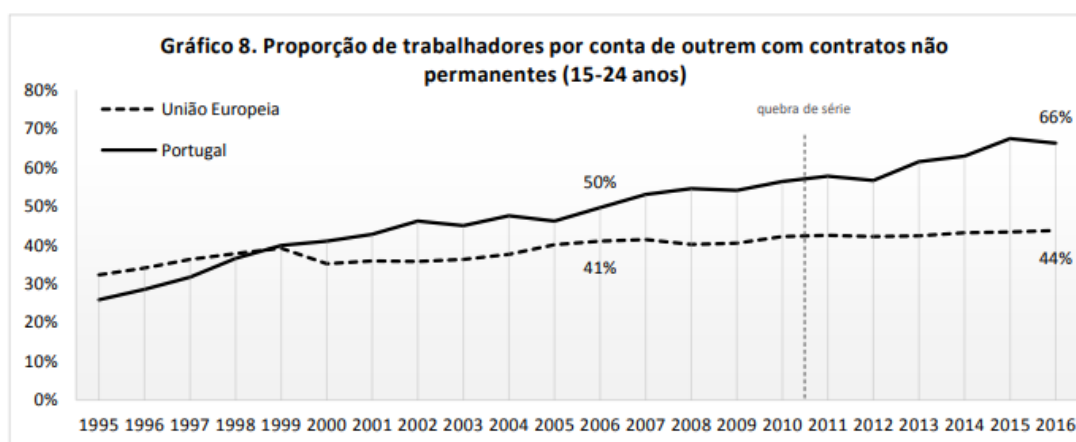
Anexo 7. Proporção de trabalhadores por conta de outrem com contratos não permanentes (15-64 anos)



Fonte: Eurostat, Labour Force Survey.

Fonte: Livro Verde, 2018

Anexo 8. Proporção de trabalhadores por conta de outrem com contratos não permanentes (15-24 anos)



Fonte: Livro Verde, 2018